

Luciene Pessotti
Pedro Valadares
Nelson Pôrto Ribeiro
(organizadores)

ESCRITOS DO PATRIMÔNIO



Escritos do
Patrimônio



Copyright © 2023, Luciene Pessotti de Souza, Pedro Henrique Cabral Valadares, e
Nelson Pôrto Ribeiro (orgs.).

Copyright © 2023, Editora Milfontes.

Av. Eldes Scherer, 2162, Loja 205AB, Shopping Montserrat, Colina de Laranjeiras, Serra, ES.

Compra direta e fale conosco: <https://editoramilfontes.com.br/>

comercial@editoramilfontes.com.br

Brasil

Editor Chefe

Prof. Dr. Bruno César Nascimento

Conselho Editorial - Cadernos de Arquitetura e Urbanismo

Dr^a. Flavia Ribeiro Botechia (UFES)

Prof. Dr. Heraldo Ferreira Borges (Mackenzie)

Prof^ª. Dr^a. Luciana Nemer (UFF)

Prof. Dr. Mário Mendonça de Oliveira (PPGAU/UFBA)

Prof. Dr. José Simões de Belmont Pessoa (PPGAU/UFF)

Profa. Dra. Natália Miranda Vieira-de-Araújo (MDU/UFPE)

Luciene Pessotti
Pedro Henrique Cabral Valadares
Nelson Pôrto Ribeiro
(Organizadores)

Escritos do Patrimônio



Editora Milfontes
Serra, 2023

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

Revisão

De responsabilidade exclusiva dos organizadores

Capa

Imagem da capa:

Autor: *não citado, logo, tenho declarado que não existe intenção de violação de propriedade intelectual*

Maria Luiza Fontana Nascimento - *aspectos*

Projeto Gráfico e Editoração

Bruno César Nascimento

Impressão e Acabamento

Maxi Gráfica e Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E74e Escritos do patrimônio. Luciene Pessotti de Souza, Pedro Henrique Cabral Valadares e Nelson Pôrto Ribeiro (organizadores).
Serra: Editora Milfontes, 2023.
186 p.: 23 cm.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-5389-054-1

1. Patrimônio 2. História 3. Memória I. Pessotti, Luciene II. Valadares, Pedro Henrique Cabral III. Ribeiro, Nelson Pôrto IV. Título.

CDD 363.6909

Sumário

Apresentação..... 7

Prefácio 9

Parte I

Forte de São Francisco Xavier da Barra: (re)interpretando sua história e os fundamentos teóricos projetuais visando sua proteção..... 15

Luciene Pessotti

Carta Manifesto: Pela proteção do Forte de São Francisco Xavier 55

Diretoria do IAB-ES

Parte II

Cardenas de Santo António de Vale de Poldros, Portugal: entre a arquitetura megalítica e a arquitetura vernácula em granito 69

Manuel C. Teixeira

Teorias da restauração italiana e seus reflexos na preservação das edificações paradigmáticas do patrimônio brasileiro 99

Nelson Pôrto Ribeiro

Diálogos consonantes: o Grande Hotel de Oscar Niemeyer e o cenário urbano barroco da cidade de Ouro Preto..... 117

Juliana Cardoso Nery & Rodrigo Espinha Baeta

Casas de Vila Velha. Por uma noção de sítio histórico: a interpretação e apresentação de um patrimônio cultural urbano-arquitetônico..... 141

Luiz Marcello G. Ribeiro

Cercos e deserções: as fortificações no desenvolvimento urbano do Recife-PE..... 163

Pedro Valadares

Apresentação

Os artigos da presente obra são fruto de uma necessidade de se refletir sobre os fundamentos da Restauração e sobre os resultados de pesquisas nesta área objetivando a preservação e proteção legal do patrimônio cultural.

Esta primeira versão do “Escritos do Patrimônio”, que objetivamos ser uma série, versa sobre o patrimônio cultural arquitetônico e urbano, em uma perspectiva teórica a partir de estudos de caso.

Estão reunidos artigos de importantes pesquisadores da área do Patrimônio Cultural, sendo todos arquitetos. Entre os autores temos um pesquisador de Portugal, e os demais são do Brasil, fortalecendo o intercâmbio internacional.

Agradecemos a cada um dos autores que colaboraram com este livro e esperamos que esta obra, ao reunir resultado de pesquisas e reflexões críticas sobre a preservação e proteção do patrimônio cultural brasileiro e português, possa colaborar com a temática e o aprimoramento dos que atuam na área e na formação de novos profissionais.

Finalizado, agradecemos, também, ao *Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento Espírito Santo* pelo apoio a esta publicação, notadamente, pela sua atuação na defesa do patrimônio cultural espírito-santense.

Vitória, novembro de 2023

Os organizadores

Prefácio

Em 2021 comemoramos o centenário do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e é de suma importância que, como arquitetos, pensemos o planejamento das nossas cidades considerando o Patrimônio Histórico e Cultural, elo vivo com nossos antepassados manifestado de forma material e imaterial.

É prerrogativa legal do arquiteto e urbanista a realização de intervenções em edificações históricas respeitando a legislação vigente e, cabe a todos nós, da sociedade civil, proteger o patrimônio cultural brasileiro.

Nesse sentido, Luciene Pessotti nos brinda no artigo inicial “Forte de São Francisco Xavier da Barra: (re)interpretando sua história e os fundamentos teóricos projetuais visando sua proteção” com uma abordagem histórica da fortificação, localizada em Vila Velha, no Espírito Santo. Além disto, reflete sobre sua matriz projetual e a importância de sua proteção legal. A autora nos alerta dos riscos ao patrimônio caso o conjunto das intervenções ora propostas para o bem cultural imóvel sejam realizadas.

Por ser essa batalha uma causa de todos nós, o IAB-ES se posicionou publicamente contra essa intervenção danosa, através de um manifesto, “CARTA MANIFESTO – Pela proteção do Forte de São Francisco Xavier”. As abordagens sobre o Forte estão presentes na primeira parte deste livro.

É verdade que, muitas vezes, enxergamos o Patrimônio como algo distante da nossa realidade, ou apenas como monumentos

grandiosos... Mas, a forma como construímos nossas casas, construções que nos acolhem e protegem ao longo da história da humanidade, é um legado que herdamos das gerações anteriores.

Neste sentido, Manuel Teixeira, em seu artigo “Cardenhas de Santo Antônio de Vale Poldros”, nos guia por uma viagem à essas construções de pedra no norte de Portugal; construções estas que conectam as edificações megalíticas às casas rurais mais remotas do Minho, convidando-nos a compreender a arquitetura que nos é mais próxima, a casa, como expressão cultural do local onde ela é erigida. O texto de Manuel C. Teixeira abre a segunda parte do livro.

O autor descreve minuciosamente as Cardenhas: suas plantas, técnicas construtivas, materiais utilizados, clima; e os motivos delas estarem preservadas até os dias de hoje, bem como, a evolução delas para as construções seguintes – as com telhado – possibilitada pelo uso da madeira, de forma mais rápida e econômica que em cúpulas de pedra. Traz ainda, um comparativo entre as Cardenhas e as casas rurais do Minho, comprovando, através das semelhanças entre elas, que a segunda é derivada da primeira.

Atravessando o oceano, Nelson Pôrto Ribeiro, discorre no artigo “Teorias da Restauração italiana e seus reflexos na preservação das edificações paradigmáticas do patrimônio brasileiro” sobre como as teorias do restauro italiano refletiram na preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Através da análise de restaurações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o autor contribui para a pesquisa histórica de como os arquitetos daquela instituição – principalmente os da segunda geração – tiveram um contato mais direto com a teoria da Escola Italiana de Restauro na década de 1960 e que, ainda que tenham tido esse contato, apenas 20 anos mais tarde os referidos princípios começaram a ser utilizados por aquele Instituto.

Para evidenciar o descompasso, Ribeiro analisa duas intervenções realizadas na “fase heroica” da Instituição que

divergiram dos preceitos italianos; uma terceira intervenção que menos impregnada na tentativa de apagar o ecletismo e uma quarta e última intervenção receptiva à Escola Italiana do Restauro que reconheceu o “momento presente” como aquele a ser restaurado.

De forma indireta, a ação do IPHAN também é apresentada no artigo seguinte, de autoria de Juliana Cardoso Nery e Rodrigo Espinha Baeta, “Diálogos consonantes: o Grande Hotel de Oscar Niemeyer e o cenário urbano barroco da cidade de Ouro Preto”.

O artigo narra sobre a inserção daquela edificação modernista em uma das cidades históricas mais reverenciada no Brasil e como isto se deu de forma respeitosa sem ser subserviente às preexistências históricas. Revela todo o processo de concepção do projeto, as teorias de restauro italianas e a orientação do IPHAN para que a intervenção saísse a contento.

Voltando à escala da casa como patrimônio cultural de um povo, Luiz Marcelo Ribeiro traz à discussão no artigo “Casas de Vila Velha – por uma noção de Sítio Histórico, a interpretação e apresentação de um patrimônio cultural urbano-arquitetônico” a necessidade de identificação das casas do sítio histórico da Prainha, na mesma Vila Velha do Forte de São Francisco Xavier da Barra, como patrimônio cultural daquela cidade. Um patrimônio diverso, da capital histórica do Estado do Espírito Santo, que por muitas vezes nega suas origens coloniais.

O não reconhecimento deste patrimônio tem causado demolições e deformações nas casas e ainda, de forma mais profunda, afetará a identidade daquela população, que não será mais capaz de se reconhecer na sua história.

Por fim, no âmbito das fortificações, mas na cidade do Recife, em Pernambuco, o autor Pedro Valadares discorre no último artigo, “Cercos e deserções: as fortificações no desenvolvimento urbano do Recife-PE”, sobre a preservação de antigas obras de defesa seiscentistas e a demolição de outros fortes coevos no processo de adensamento urbano daquela cidade. O autor aborda a inobservância de princípios básicos da preservação do patrimônio

cultural e os rebatimentos disso na realidade local em que as obras icônicas remanescentes são protegidas individualmente, enquanto objetos desconectados de seu contexto histórico, sufocados pelo crescimento desordenado da cidade.

Que possamos refletir sobre os rumos que estamos tomando enquanto podemos.

Uma boa leitura!

Instituto de Arquitetos do Brasil

Departamento Espírito Santo

Parte I

Forte de São Francisco Xavier da Barra: (re)interpretando sua história e os fundamentos teóricos projetuais visando sua proteção

Luciene Pessotti

Introdução

O forte de São Francisco Xavier da Barra, ou Forte de Piratininga, cuja construção iniciou-se no final do Século XVII, é um expoente da Arquitetura Militar brasileira. Sua matriz projetual, o Forte de São Lourenço da *Cabeça Seca*, ou Forte do Bugio (Figura 01) (c. Século XVI), está em Oeiras, Portugal.

A concepção de traçados circulares, segundo Castro,¹ esteve presente também na Inglaterra, no Forte Deal, construído em 1540 por ordem de Henrique III, considerado um típico modelo de transição. O uso da forma circular, segundo o autor, teria se popularizado a partir deste período.

O Forte de São Lourenço da *Cabeça Seca* (c. Século XVI), matriz projetual do Forte de Piratininga, também foi referência projetual para dois outros recintos fortificados, o Forte de São

1 CASTRO, A. H. F. D. *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: Fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. v.1. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

Marcelo (Figura 02), localizado em Salvador, Bahia; e, o Forte de Nossa Senhora das Mercês, em Belém, ambos construídos no Século XVII (Figura 03).

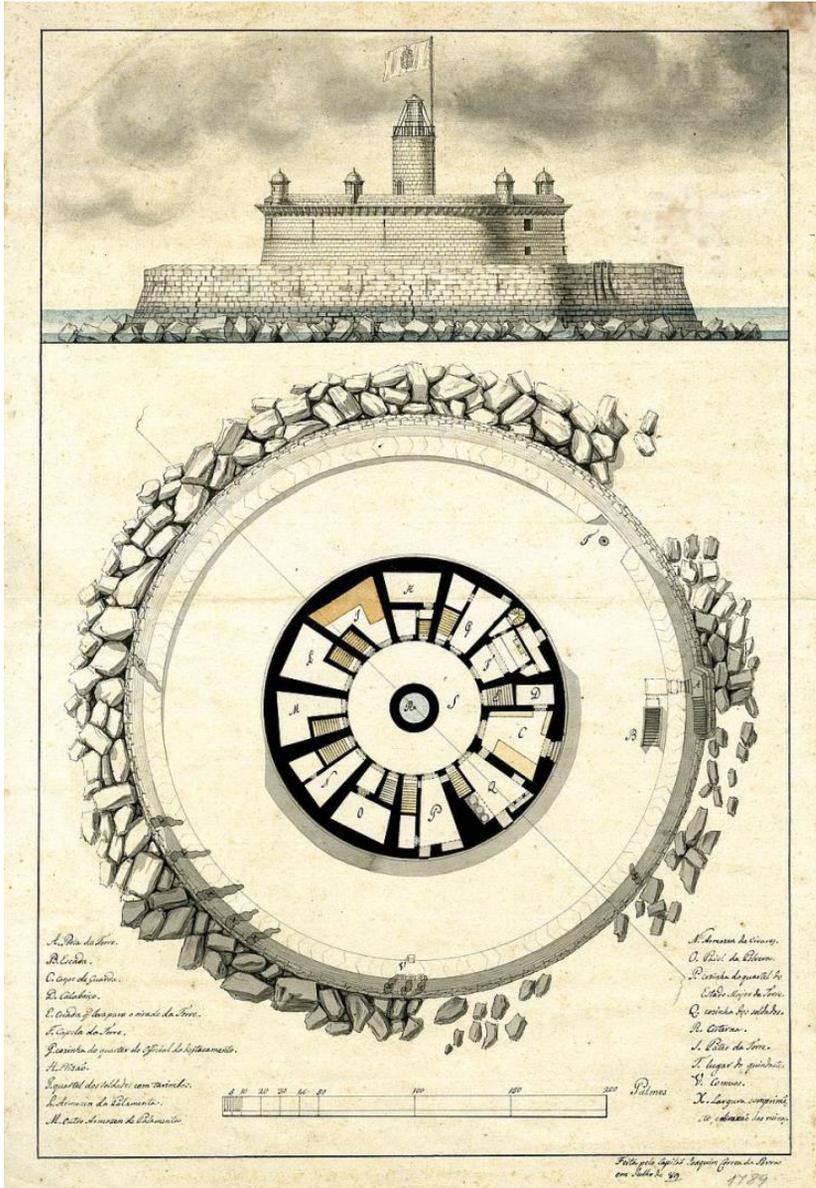


Figura 1: Forte e Farol de São Lourenço da Cabeça Seca (Bugio). Joaquim Correia da Serra. 1789. Fonte: Acervo Museu de Lisboa (2022).

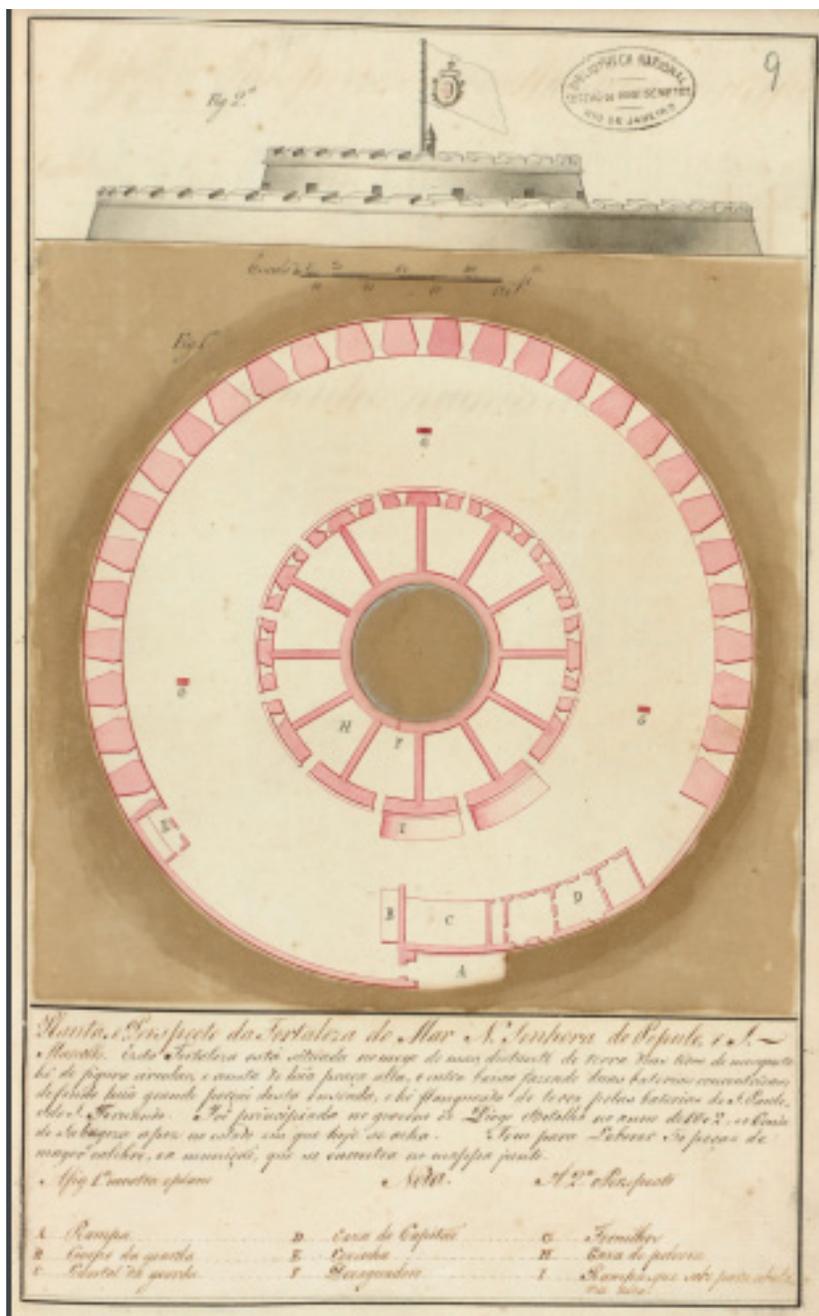


Figura 2: Forte de São Marcelo. Fonte: PLANO da fortificação..., 1799.

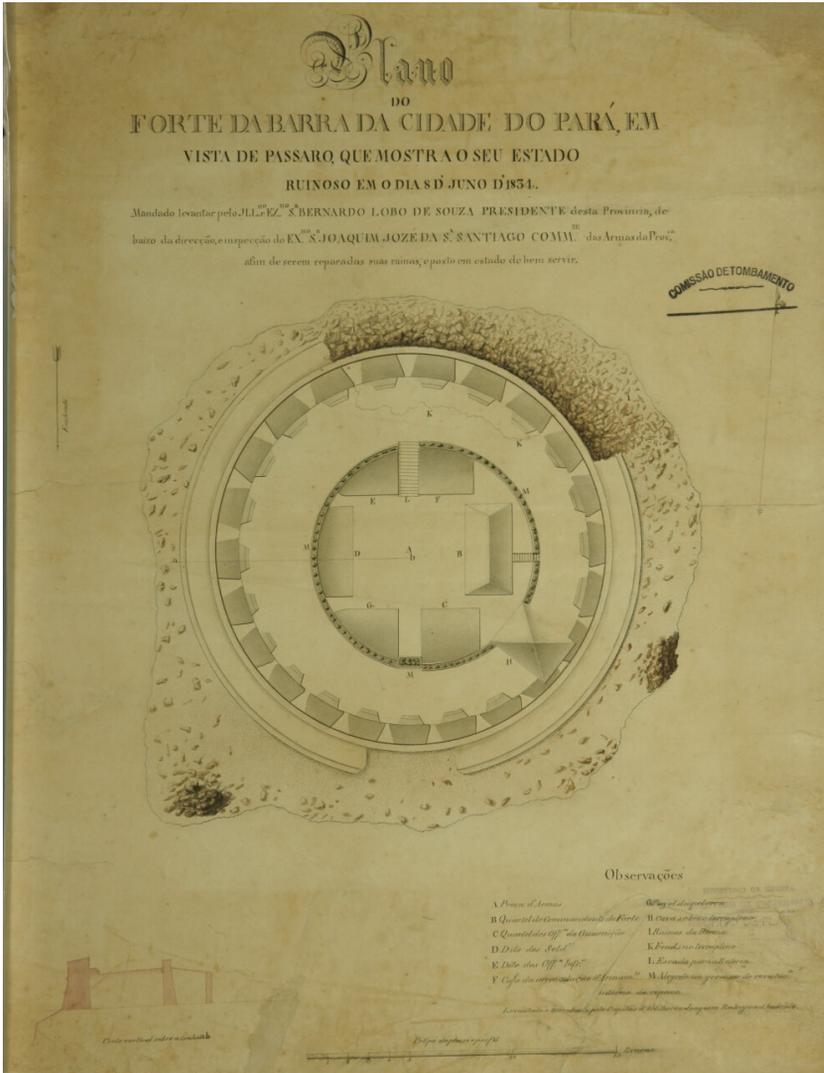


Figura 3: Planta do Forte de Nossa Senhora das Mercês, em Belém, Pará. Fonte: Acervo do historiador Adler Homero Fonseca de Castro

O Forte de Piratininga foi o primeiro elemento defensivo da Capitania do Espírito Santo. Entretanto, o resultado de pesquisas recentes indicam que pode ter tido outras denominações e outras configurações espaciais. Além disto, pode ter sido construído em locais que diferem do sítio onde hoje está implantado. Certamente as primitivas estruturas defensivas que remetem sua origem foram mais precárias dadas as circunstâncias do período. Ressalta-se que

sempre foi sua função defender a Barra ou Baía de Vitória, onde se assentaram as duas primeiras vilas portuguesas no Século XVI, a Vila de Nossa Senhora da Vitória e a Vila do Espírito Santo e, a costa sul marítima da América Portuguesa.

A história do forte de São Francisco Xavier da Barra está intrinsecamente relacionada a posse e defesa da Capitania do Espírito Santo. Para compreender a importância da Capitania do Espírito Santo no contexto da América Portuguesa é preciso refletir sobre os fatores que levaram Portugal a descoberta de novos horizontes geográficos, fato que alterou a geopolítica da época. A conquista do território da América Portuguesa e a ocupação e consolidação do projeto colonial na Capitania do Espírito Santo estão profundamente interligadas.

A história da ocupação, posse, defesa e da formação urbana da Capitania do Espírito Santo possuem referências teóricas do Renascimento e da Engenharia Militar, conforme abordaremos.

A ocupação do território do Espírito Santo pela Coroa portuguesa deu-se após o período dos *descobrimientos*, no bojo da Expansão ultramarina. O emprego do termo *descobrimientos* vem sendo adotado por pesquisadores, designando as transformações ocorridas com as técnicas², notadamente as de navegação,³ e, referindo-se aos princípios que orientaram os novos padrões arquitetônicos e urbanísticos em Portugal,⁴ e nas fundações da Expansão.⁵

Na perspectiva geográfica, Maurel afirma, que a Península Ibérica assumiu um papel fundamental na *mundialização da Terra* pela sua localização privilegiada.⁶ Os fatores que levaram Portugal

2 CHAUNU, Pierre. *Expansão Européia do Século XIII ao XV*. São Paulo: Pioneira, 1978.

3 ADONIAS, Isa. *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993.

4 ROSSA, Walter. *A urbe e o traço*. Uma década de estudos sobre o urbanismo português. Portugal: Ed. Almedina, 2002.

5 BUENO, Beatriz P. Siquiera. *Desenho e Desígnio: O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: EDUSP, 2011a.

6 MAUREL, Joaquín Bosque. La etapa ibérica en el pasado de la mundialización/

à empresa marítima foram, notadamente, os econômicos;⁷ e, a consolidação de Portugal enquanto Estado, processo que se iniciou no Século XIV.⁸

Sob a perspectiva jurídica a posse do território brasileiro pela Coroa Portuguesa deu-se por *aquisição originária*, i.e, por *direito de conquista*. As terras consideradas sem senhorio, ou cultivo anterior, permitiram à Coroa traspassá-las a terceiros garantindo a posse, a defesa e colonização do território.⁹

O fato do Brasil, logo de início, “ser um extenso território desurbanizado e onde o parco povoamento não fizera ainda qualquer marca, estabeleceu uma diferença fundamental para qualquer outra zona de colonização”.¹⁰

A conquista do território e o início da exploração das Américas redefiniu as bases da economia no contexto geopolítico à época, e “marcou a abertura dos Tempos Modernos”,¹¹ promovendo o alargamento das atividades de exploração e do comércio por todos os continentes.

Os primeiros investimentos na América Portuguesa deram-se em pontos fortificados, as feitorias e, posteriormente, nas Capitânicas Hereditárias. A partir de então a Coroa Portuguesa ocupou o território americano implantando, gradualmente, um sistema jurídico-administrativo semelhante ao de Portugal.

globalización (1492- 1825). *GEOSP: Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 3, p. 129-149, 2003.

7 JOHNSON, H. B. A colonização portuguesa do Brasil, 1500-1580. In.: LESLIE, Bethell (Org). *História da América Latina: A América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, p. 241-282.

8 FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Formação do Patronato Político Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1998.

9 ABREU, Maurício de Abreu. A apropriação do território no Brasil colonial (265-298). In.: FRIDMAN, Fania e HAESBAERT, Rogério (coords.). *Escritos sobre história*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

10 ROSSA, Walter. *A urbe e o traço*. Uma década de estudos sobre o urbanismo português. Portugal: Ed. Almedina, 2002.

11 NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1995, p.17.

Neste período iniciou-se a ocupação da Capitania do Espírito Santo doada em 1534 a Vasco Fernandes Coutinho pelo rei D. João III.

As principais influências na formação de uma rede de feitorias, vila e cidades na América Portuguesa foram as experiências do Norte da África, ainda no Século XV, como em Alcácer Seguer, Arzila e outras, que levaram à criação ou ampliação de *núcleos urbanos fortificados* como Ceuta, Tânger e Mazagão. A Coroa Portuguesa priorizou na África Oriental, segundo Liesegang,¹² entre os Séculos XVI e XVII, uma fronteira militar. As mais antigas fortalezas foram as erguidas, (I) na ponta da ilha de Moçambique, entre 1445-1555; (II) as de Kiwa (Qíloa), a de Sofala (1505); e, a (III) Torre de São Gabriel, de 1507, na Ilha de Moçambique.

Estas obras já preconizavam a criação da profissão de engenheiro militar, cuja descrição do perfil está no tratado de Azevedo Fortes, *O Engenheiro Português* (1722). O novo campo de conhecimento e seus profissionais se situavam como ramificação da Arquitetura, referência expressa no tratado por *Architettura Militar*. As Academias Militares são descritas por *Aula de Fortificação e Architettura, Aulas Militares e Academias Militares*.

Alguns engenheiros militares que trabalharam em África e no Oriente atuaram diretamente na América Portuguesa. Cita-se Miguel de Arruda, Mestre das obras d'el Rei, que trabalhou com Benedetto de Ravena nas obras de fortificação de Ceuta e deu as primeiras instruções a Luís Dias para a fundação de Salvador da Baía, em 1549.¹³

Neste contexto, pode-se afirmar que a formação territorial do Brasil foi um *campo de experimentação das teorias de fortificação*

12 LIESEGANG, Gerhard. Análise das estruturas urbanas em África e especialmente na África Oriental, entre os séculos XVII e XVIII, e o impacto da Expansão portuguesa. In: Colóquio Internacional. Universo Urbanístico Português. 1415-1822, 2001, Lisboa. Actas... Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (CNCDP), 2001. p. 139-156.

13 OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As Fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil*. Salvador: Omar G., 2004.

vigentes na Europa e teve como referência as intervenções portuguesas em África e no Oriente. O território da capitania do Espírito Santo não foi exceção. No seu território houveram intervenções sob a influência de referências teóricas renascentistas caracterizadas pela atuação da Engenharia Militar.

A Capitania do Espírito Santo e seus recintos fortificados: (re)interpretando as matrizes históricas e teóricas

A ocupação da capitania do Espírito Santo possui muitas particularidades. Segundo Castro¹⁴, o que chama mais atenção é a “semelhança que a ocupação do estado teve com os *modelos ideais de colonização*, tais como, os elaborados em Portugal no Século XVI”.¹⁵

A defesa da América Portuguesa no Século XVI foi uma preocupação para os colonizadores. A carta do capitão donatário do Maranhão, Fernando Álvares de Andrade, para o Rei de Portugal, datada de 10 de Fevereiro de 1547, demonstra tais aflições. No documento Andrade refere-se à morte do donatário da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, e ressalta a ameaça que os corsários franceses representavam costeando o litoral. Tais ameaças motivaram D. João III organizar uma expedição para defesa da colônia americana.¹⁶ Em 1548 já se organizava em Lisboa a viagem de Tomé de Souza à colônia americana.¹⁷

A situação de fragilidade da Capitania do Espírito Santo no Século XVI está registrada no *Regimento do Governador e Capitão*

14 CASTRO, Adler Homero Fonseca. *Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro*. Fortificações do Brasil de 1504 a 2006. v. IV. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2019.

15 CASTRO, Adler Homero Fonseca. *Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro...Op. Cit.*, p. 16, *grifo nosso*.

16 CARTA de Fernando Álvares de Andrade para El-rei, de Lisboa, a 10 de Fevereiro de 1547. D.H. LVII, p.15-17.

17 CARTA de Fernando Álvares de Andrade a Elrei, datada Lisboa, a 27 de Dezembro de 1549 (aliás1548), sobre os preparativos da armada de Tomé de Sousa. D.H. LVII, p.17-18.

General Tomé de Souza.¹⁸ Tomé de Sousa, importante militar português, foi nomeado primeiro governador-geral da América Portuguesa em Almerim, Portugal, em 17 de dezembro de 1548. O *Regimento...* registra a preocupação do regente de Portugal com relação à salvaguarda e resistência da capitania do Espírito Santo frente às ameaças dos índios da região e dos ataques dos inimigos europeus.

Para compreender como se deu a defesa do território da Capitania do Espírito Santo é preciso analisar, inicialmente, como ocorreu sua ocupação e a organização das (proto)vilas¹⁹ ao longo do Século XVI vinculando este processo aos *princípios norteadores do sistema defensivos* e suas matrizes teóricas.

A ocupação do território e o fazer urbano no Brasil colonial, segundo Cruz,²⁰ tem influência de modelos herdados da antiguidade clássica. Estes modelos serviram de referência para as organizações espaciais do território e das urbes do período medieval em Portugal. A autora identificou uma analogia entre o Medievo português e a fundação de núcleos urbanos da América Portuguesa e atestou o que eles têm de *arcaísmos* e *modernidade* ressaltando as matrizes históricas.

No âmbito do urbanismo da Expansão, sob a influência do somatório de experiências da Reconquista, adotou-se um *padrão* na forma de ocupar e organizar povoações, vilas e cidades.²¹ Cruz cita alguns traços que caracterizam a cidade portuguesa, a saber:

18 REGIMENTO de Tomé de Sousa, de 17 de dezembro de 1548. In.: TAPAJÓS, Vicente. *A política administrativa de d. João III*. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público/Serviço de Documentação, 1966, p. 253-269. (História Administrativa do Brasil, 2).

19 O conceito de proto-vilas é utilizados por Portas (2004) ao abordar algumas (hipó)teses sobre as matrizes e influências do urbanismo português, notadamente nas primeiras vilas fundadas na Expansão.

20 CRUZ, Glenda Pereira da. Permanência e renovação da urbanística medieval portuguesa no Brasil. In.: ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder; ROSSA, Walter (orgs.). *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (CNCDP), 2001, p. 157-169.

21 CRUZ, Glenda Pereira da. Permanência e renovação da urbanística medieval portuguesa no Brasil... *Op. cit.*

(I) um *senso do sítio*, formulado a partir de critérios relacionados às características que determinariam a escolha do local de implantação e que expressa a preferência por determinadas implantações. O *padrão de assentamento* tem como referência as implantações da Antiguidade, caracterizadas pela existência de praia resguardada, desembocadura de um rio que aporte água potável e uma colina com condições defensivas; (II) a *adaptação à topografia do terreno*, e, a partir daí a adoção de normas de urbanização, tais como, a organização da malha em torno de uma igreja importante ou mosteiro; (III) a *litoralidade*, que deu origem a estrutura formal das cidades litorâneas e caracteriza-se por fundações mais abertas ao exterior “guardando algumas semelhanças com os antigos núcleos fortificados”,²² criando uma dialética espacial entre a *alta* defensiva e a *baixa* comercial, gerando o modelo português de cidade.

Nas duas (proto)vilas da Capitania do Espírito Santo pode-se observar esses padrões. O *senso de sítio* está presente na escolha no local para o assentamento das duas (proto)vilas seiscentistas e sua organização espacial. A primeira vila, a do Espírito Santo, foi implantada no que se supunha a desembocadura de um rio de acordo com o padrão da litoralidade. A segunda vila, a de Nossa Senhora da Vitória, localizada mais a dentro da baía (considerado um ria à época), teve sua estrutura urbana adaptada à topografia. A Vila da Vitória seguiu o urbanismo de colina tendo sido organizada pelas condicionantes do sítio com uma parte *alta* e a outra *baixa*.²³ A forma de ocupação do território se deu com a implantação das duas (proto)vilas adaptadas às características da geomorfologia do território. A região era formada por cadeias de montanhas, tais como, o Morro do Moreno, do Convento de Nossa Senhora da Penha, de Jaburuna, Penedo e o Maciço Central da ilha. Tal adequação tem, ainda, referências históricas e componentes dos fundamentos teóricos renascentistas. A

22 CRUZ, Glenda Pereira da. Permanência e renovação da urbanística medieval portuguesa no Brasil... *Op. cit.*, p. 161.

23 LOBO, Manuel Leal da Costa, SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo (coords.). *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Makepesquisa e IST Press, 2012.

ocupação, segundo este padrão, adaptava os desígnios da missão ao sítio²⁴, configurando-se como um conjunto de estratégias que definiu os primeiros elementos defensivos da capitania, que não se constituíram somente por edifício militares isolados.

Para compreender as influências de *referências teóricas*, segundo Bastos,²⁵ é importante analisar os conjuntos arquitetônicos e urbanos da América Portuguesa sob a perspectiva de pressupostos, procedimentos e princípios exatamente coevos à sua formação.

Para tal análise Bastos propôs “reconstituir a história dos fundamentos e preceitos”²⁶, tais como, decoro, conveniência, comodidade, adequação, regularidade e ordem. Tais fundamentos e preceitos permitem compreender os princípios que nortearam o processo de ocupação e defesa do território na colônia americana. A doutrina do decoro teria contribuído para a *politica de implantação de povoações* e esteve presente nos tratados antigos e modernos de Arquitetura e Engenharia Militar. Tais referências eram adotadas na formação de oficiais e profissionais responsáveis pela fábrica construtiva nas colônias ultramarinas.

Ao escolher o primeiro sítio para a implantação da Vila do Espírito Santo o donatário adotou os preceitos do decoro, ou seja, a “recomendação pela *escolha dos sítios mais convenientes*, uma orientação primordial de adequação às circunstâncias, costumes e preexistências físicas, naturais e construídas”,²⁷ pois, “é a acomodação (adequada) dos elementos que proporciona comodidade (conveniente)”²⁸.

De acordo com esta perspectiva teórica o *contexto geográfico* revela que as características geomorfológicas do sítio de

24 PORTAS, Nuno. Os tempos das formas nas cidades lusas no Brasil. *Oceanos*, n. 41, p. 162-173, 2000.

25 BASTOS, Rodrigo Almeida. Regularidade e ordem das povoações mineiras do século XVIII. *Revista do IEB/USP*, n. 44, p. 27-54, 2007.

26 BASTOS, Rodrigo Almeida. Regularidade e ordem das povoações mineiras do século XVIII. *Op. Cit.*, p. 29, *grifo nosso*.

27 *Ibidem*, p. 29.

28 *Ibidem*, p. 45.

implantação das duas (proto)vilas eram associadas aos princípios defensivos, conforme citado acima. O território escolhido por Vasco Fernandes caracteriza-se por duas porções territoriais divididas pelo canal da baía de Vitória, que era permeado por uma sequência progressiva de morros, pequeninas praias, imponentes contrafortes de granito. As encostas dos morros das porções territoriais eram cobertas por densa cobertura vegetal.²⁹

Os morros serviram como pontos de observação e, enquanto elementos naturais, foram estrategicamente utilizados na defesa das duas (proto)vilas portuguesas. A escolha do local para a implantação desses núcleos urbanos têm referências na racionalização e leitura do território que os portugueses adotavam para a posse e defesa dos mesmos. As referências das formas de assentamento eram aquelas existentes do outro lado do atlântico,³⁰ com claras matrizes históricas,³¹ e advindas das recentes experiências da Expansão, com influências renascentistas³² e da tratadística coeva³³.

A escolha dos locais para as construções dos elementos defensivos que objetivavam garantir a posse e defesa do território, tais como, muros, fortins e fortificações, entre outros, também, adotavam a *lógica de racionalização*, pois, seguiam os princípios da Engenharia Militar.

Os elementos defensivos construídos pelos colonizadores adaptavam-se à conformação geográfica do lugar. A escolha do sítio de implantação da capitania, do local para a fundação das duas (proto)vilas e, para a construção dos elementos de defesa,

29 SANTOS, Jair. *Vila Velha: onde começou o Estado do Espírito Santo*: fragmentos de uma história. Vila Velha: Ed. do autor, 1999.

30 PORTAS, Nuno. Os tempos das formas nas cidades lusas no Brasil. *Oceanos... Op. cit.*

31 CRUZ, Glenda Pereira da. Permanência e renovação da urbanística medieval portuguesa no Brasil... *Op. cit.*

32 TEIXEIRA, Manoel. O Urbanismo Português no Brasil nos Séculos XVI e XVII. In.: TEIXEIRA, Manoel; VALLA, Margarida. *O Urbanismo Português. Século XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Portugal: Livros Horizonte, 1999.

33 BASTOS, Rodrigo Almeida. Regularidade e ordem das povoações mineiras do século XVIII... *Op. cit.*

reflete a lógica de uma estratégia de cunho militar amplamente dominada pelos portugueses, conforme atestam os estudos sobre a atuação dos engenheiros militares.³⁴

O Espírito Santo teve ao longo do período colonial muitos recintos fortificados. As fortificações, entre outros elementos defensivos, construídos até o Século XVII foram (I) o fortim na primeira vila, a do Espírito Santo, na praia de Piratininga; (II) o muro que cercundava os primeiros arruamentos e edificações da Vila da Vitória; (III) um pequeno fortim, o de São Maurício, no sopé do morro onde se instalaram os jesuítas;³⁵ (IV) os redutos ou baterias de São João e de São Marcos, localizados à frente do Penedo; (V) forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo; (VI) bateria de Nossa Senhora da Vitória; (VII) fortim de São Tiago ou São Diogo.³⁶ Temos como hipótese a existência de um possível muro ou paliçada para defesa da Vila do Espírito Santo, visto que o sítio de implantação da vila tinha a sua parte posterior vulnerável à ataques vindo da porção territorial e do Oceano Atlântico, estes provenientes da praia.

Os primeiros elementos defensivos localizavam-se na vizinhança da Vila do Espírito Santo, e posteriormente, no entorno da Vila Nova ou Vila da Vitória. A localização dos fortins, baterias, e trincheiras do período colonial permite-nos conjecturar que desde o início da ocupação os locais escolhidos estavam de acordo com as referências históricas de ocupação e defesa do território português,³⁷ algumas ainda de transição, ou

34 BUENO, Beatriz P. Siqueira. *Desenho e Desígnio: O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)... Op. cit.*

35 Segundo Prata este fortim tem sua construção entre 1682 e 1725, “presumindo que sua construção tenha sido executada pelos jesuítas, supostamente em pedra e cal, devido ao fato de ser localizado na linha d’água da baía, dentro do cercado dos ditos inacianos”. PRATA, Maria Catharina Ries Queiroz. *O patrimônio da Posse - um estudo da arquitetura militar do Espírito Santo no período colonial*. Dissertação (Mestrado em Artes). Centro de Artes, Programa de Pós-graduação em Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010, p. 160.

36 A construção deste elemento defensivo “é anterior ao ano de 1725, como citado por Dionísio Carvalho de Abreu e, presumidamente, posterior ao ano de 1682, de acordo com a informação do Provedor-mor Manoel de Moraes, onde inexistem referências à sua existência”. *Ibidem*, p.171.

37 CRUZ, Glenda Pereira da. Permanência e renovação da urbanística medieval

seja, medievo-renascentistas, e, notadamente, no Século XVIII, com referências da tratadística renascentista.³⁸

A Capitania do Espírito Santo foi alvo de piratas e de nações europeias durante o período colonial. No Século XVI a capitania foi atacada diversas vezes pelos franceses (1551, 1557, 1561, 1567). Jean de Léry, membro da expedição francesa de Boisle-Comte,³⁹ narrou o ataque a primeira vila em 1557.⁴⁰

O temor dos colonizadores, segundo Mori, Lemos e Castro, “concentrava-se na diferença numérica ‘dos contrários’ e nos *ataques imprevisíveis* naquele inóspito território”.⁴¹ Os colonizadores enfrentavam no Século XVI os inimigos europeus e os locais. O europeus eram “possuidores de diferentes logísticas e estratégias”.⁴² Os povos nativos da América usavam “métodos primitivos, mas eficazes, dada a diferença numérica entre os opositores”.⁴³

O Século XVII foi marcado pelos ataques batavos. A primeira ofensiva deu-se em 1625. O almirante holandês Patrid atacou as vilas portuguesas na capitania do Espírito Santo, permanecendo no local vinte e quatro dias “cometendo atropelias, roubos, incêndios e mortes”⁴⁴ Em 1640 repetiram os holandeses arremetida com a intenção de “talvez [...] eleger Vitória em cabeça-

portuguesa no Brasil... *Op. cit.*

38 BUENO, Beatriz P. Siqueira. *Desenho e Desígnio: O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*... *Op. cit.*

39 CASTRO, Adler Homero Fonseca. *Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro. Fortificações do Brasil de 1504 a 2006*... *Op. cit.*, p. 21.

40 LÉRY, Jean. *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo*. Distrito Federal: Editora Brasília, 1971.

41 MORI, Vitor Hugo; LEMOS, Carlos A. Cerqueira; CASTRO, Adler Homero F. *Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003, p. 38, *grifo nosso*.

42 *Ibidem*, p. 53.

43 *Ibidem*, p. 53-54.

44 SALVADOR, José Gonçalves. *A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700)*. A presença dos cristãos-novos. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural, UFES/Depto. Estadual de Cultura, 1994, p. 47.

de-ponte [...] visando o Rio de Janeiro e Bahia”,⁴⁵ importantes pontos estratégicos da costa marítima à época.

No Século XVIII a preocupação foram as minas de ouro. Com a descoberta do precioso metal nos confins da capitania do Espírito Santo, em 1693, a região recebeu sua sentença de isolamento definitiva que perdurou até o Século XIX. Houve uma verdadeira obsessão em defender a vila, prática comum que se deu também em Salvador e no Rio de Janeiro. Foram, então, remodeladas algumas fortificações existentes e projetadas outras novas por engenheiros militares.

Remodelaram-se os fortes de São João, o Forte de Nossa Senhora do Monte Carmo e o Forte de São Maurício, que passou a ser denominado de Forte de Santo Inácio. Na Vila Velha foi concluída a fortaleza da Barra de São Francisco Xavier de Piratininga.

Em 1726, o Conde de Sabugosa enviou o engenheiro militar Nicolau de Abreu para fortificar a vila que se transformou em “verdadeira praça de guerra”.⁴⁶ Aos três fortes que foram remodelados acrescentou-se a (re)construção do forte de São Diogo.⁴⁷

O sargento-mor José Antônio Caldas recebeu a incumbência de rever o estado de conservação dos fortes. No levantamento realizado em 1767 pelo engenheiro militar, o *Prospecto e planta da Villa da Victoria e Planta da barra* (Figura 04), tem-se os registros das fortificações no Século XVIII. Os elementos defensivos passaram a integrar a trama urbana como uns dos principais elementos morfológicos do período.

45 SALVADOR, José Gonçalves. *A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700)*. A presença dos cristãos-novos... *Op. Cit.*, p. 47.

46 DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma Ilha*. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória; Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995, p. 73.

47 Ver nota 36.



Figura 4: Prospecto e planta da Villa da Victoria e Planta da barra. Autoria de José Antônio Caldas. 1767. Fonte: Oliveira, 1951.

Logo, pode-se afirmar que na Capitania do Espírito Santo desde o Século XVI adotou-se um *padrão* na forma de ocupar e organizar as primitivas vilas. Constata-se, assim, a partir deste estudo de caso, a *regularidade* na repetição destes padrões medievo-renascentistas, configurando-se este objeto de estudo uma importante contribuição às pesquisas da formação da rede urbana na América Portuguesa,

A noção de regular ou regularidade não deve ser empregada somente ao que possui atributos geométricos, mas, também, aquilo que se repete com frequência mantendo um determinado padrão de características.

O *verbetes regularidade* é definido por Bluteau como “a qualidade de ser regular, feito conforme as regras da arte; [...] uniforme”.⁴⁸

Conforme demonstraram as análises de Reis Filho,⁴⁹ e de

48 BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da Lingua portuguesa* (reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva). T. I. Lisboa: Na officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 738

49 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da Evolução Urbana no*

outros pesquisadores, existiu um padrão nas formas de ocupar e defender o território da América Portuguesa, assim como, de assentar e organizar as formações urbanas de acordo com o desígnio da missão.⁵⁰

Entendemos que ao adotar-se essa mesma abordagem para a reflexão e (re)interpretação da ocupação e defesa do território da Capitania do Espírito Santo, apoiados nos fundamentos de *regularidade* e de *ordem*, obteve-se um maior entendimento das estratégias e padrões de ocupação e defesa do território desde o Século XVI.

Na perspectiva da revisão histórica e teórica adotada nesta abordagem as (proto)vilas, os recintos fortificados, notadamente, o Forte de São Francisco Xavier da Barra, assumem uma importância significativa para a formação territorial e defesa da América Portuguesa.

Forte de São Francisco Xavier da Barra: síntese histórica e matriz projetual

O Forte de São Francisco Xavier da Barra está localizado no município de Vila Velha, Espírito Santo, nas dependências do 38º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro. A construção atual remonta, segundo documentação de fonte primária, o final do Século XVII. Entretanto, outros elementos defensivos anteriores a este forte, com denominação e localização distinta, foram construídos com a função de defender a primeira vila da capitania.

A Vila do Espírito Santo, primeira formação (proto)urbana da capitania teve, conforme as prerrogativas de posse e defesa da época, uma estrutura defensiva, talvez um fortim, possivelmente no local chamado Piratininga.⁵¹

Brasil (1500-1720). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

50 PORTAS, Nuno. Os tempos das formas nas cidades lusas no Brasil. *Oceanos*, A construção do Brasil Urbano... *Op. cit.*

51 NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, [s.d].

As informações das fontes historiográficas permitem conjecturar que o donatário não construiu de imediato a fortificação, mas, uma ou duas estruturas de defesa menos complexas. Certamente a configuração espacial destes elementos eram adequadas ao sítio, aos materiais construtivos disponíveis, as ameaças dos inimigos locais e estrangeiros, e de acordo com os recursos financeiros. Pela falta de informações documentais precisas não se pode afirmar o local de implantação destas estruturas, sua tipologia arquitetônica e os materiais empregados.

Uma estrutura militar, conforme citado, foi mencionada por Jean de Léry no início de 1557, quando estava a caminho da França Antártica.⁵²

No entanto, a informação mais precisa data de 1674. Neste ano, Francisco Gil de Araújo,⁵³ interessado na exploração do ouro investiu na compra da Capitania do Espírito Santo e mandou “fundar o forte *S. Francisco Xavier* a entrada da Barra em sitio muito conveniente”.⁵⁴ A data da edificação do forte não é precisa. Mas, tem-se a primeira descrição de sua tipologia arquitetônica ainda no final do Século XVII:

*A forma delle hé de laranja, o diametro de 80 palmos e a circumferencia de 240, a muralha hé fortissima pois nace entre grandes penedos com doze palmos e nos mesmos continúa athé o pavimento do lageado e dahy sobe em nove de groço em dez améas, toda a praça lageada com hum grande telheiro, e sua casa de pólvora; pode ser socorrida em qualquer conflicto e de presente fica com oito peças cavalgadas.*⁵⁵

A informação acima foi passada a Gil de Araújo em 27 de julho de 1682, por Manoel de Moraes, Provedor-mor, que relatou também que havia “*fundando para sua defença em a Barra deste Rio huã*

52 LÉRY, Jean. *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo...* Op. Cit., p. 45-46.

53 Francisco Gil de Araújo adquiriu a capitania em 1647, só indo morar na região em 1678, onde permanecer até 1682. Cf. OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo...* Op. cit.

54 LAMEGO, Alberto. *A terra goitacá. À luz de documentos inéditos.* v. I. Paris: L'Édition D'Art Gaudio, 1913, p. 148.

55 LAMEGO, Alberto. *A terra goitacá...*Op. Cit., p. 148.

grande fortaleza das Melhores deste estado".⁵⁶ Ou seja, a obra do forte no formato circular iniciou-se após 1674, mas, já estaria em curso em 1682 quando Manoel de Moraes a descreveu (Figuras 05 e 06).

As obras teriam continuado e sido executadas sob a direção do Capitão-mor Francisco Ribeiro que, em 1703, deixa as obras adiantadas.⁵⁷ Segundo Prata,⁵⁸ o forte, ainda em obras teria sido, em 1705, alvo de ataques.

Ressaltamos, entretanto, que alguns documentos históricos, em geral correspondências entre os administradores da capitania e da Metrópole, ou entres estes e representantes da administração da Colônia, citam que a fortaleza não teria sido concluída até o início do Século XVIII.⁵⁹

A historiografia consagrou sua construção em 1702. Na verdade, neste ano, por determinação do governador-geral D. Rodrigo da Costa (1702-1705), colocou-se uma placa em sua fachada onde se grafou a data de 1702.⁶⁰ A placa se encontra fixada na fachada até os dias atuais.

O Forte de São Francisco Xavier ou de Piratininga teve, portanto, seu partido arquitetônico inicial circular. Em 1726 o engenheiro militar Nicolau Abreu de Carvalho executa reformas no forte, mas, não elabora nenhuma planta. Em 1766, José Antônio Caldas coordena reformas no forte e (re)elabora sua planta representando sua estrutura circular que persistia desde sua construção no século anterior.

56 Sobre o bem estado em que se acha aquela Capitania pelo muito que nela tem obrado o Donatário Francisco Gil de Araújo. 19/08/1682. Disponível em: <https://historiacapixaba.com/documentos/19-08-1682-sobre-o-bem-estado-em-que-se-acha-aquela-capitania-pelo-muito-que-nela-tem-obrado-o-donatario-francisco-gil-de-araujo/>. Acesso em: 21/07/2021.

57 PRATA, Maria Catharina Ries Queiroz. *O patrimônio da Posse - um estudo da arquitetura militar do Espírito Santo no período colonial...* Op. cit.

58 *Ibidem*.

59 BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos*. Portarias (1971-1722). Cartas de Ofício (1704-1717). Vol. LXX. Rio de Janeiro, Typ. Baptista de Souza, 1945, p.40-42; p. 30; p.346-349.

60 SOUSA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brazil. *RIHGB*, Tomo XLVIII, Parte II, p. 5-140, 1885.

Segundo Oliveira,⁶¹ esse formato não era muito comum, porém, não chega ser inusitado, citando como exemplar o Forte de Nossa Senhora das Mercês, em Belém, construído também no Século XVII pelo engenheiro militar José Velho de Azevedo.

A tipologia arquitetônica do Forte de São Lourenço da *Cabeça Seca*, ou Forte do Bugio, foi a matriz dos fortes circulares no Brasil. O Forte de São Marcelo é um dos mais reconhecidos exemplares. Os desenhos do Bugio são de 1646, mas, sua construção teria se iniciado no final do Século XVI.

Pela datação histórica constata-se que o desenho do Forte do Bugio é anterior a Carta Régia datada de 1650, documento que autorizou o Conde Castelo Melhor a construir o forte em Salvador.⁶²

Confrontado as datas das fontes históricas observa-se que o Forte de Piratininga foi erigido após c. de 1674, data posterior do início da construção do Forte de São Marcelo, que teria se dado após 1650.

Podemos conjecturar, desta forma, que o Forte de São Francisco Xavier pode ter tido influência do projeto do Forte do Bugio e do Forte de São Marcelo, e talvez até, do Forte de Nossa Senhora das Mercês (Figura 03).

Nas pesquisas realizadas até o momento não encontrou-se fontes historiográficas que permitam a identificação dos engenheiros militares que atuaram na elaboração dos projetos das fortificações construídas na Capitania do Espírito Santo nos Séculos XVI e XVII. No Século XVII há registros da atuação destes profissionais em reformas e remodelação dos recintos fortificados e elaboração de plantas (levantamentos), notadamente, Nicolau Abreu de Carvalho e José Antônio Caldas.

Defende-se, no bojo das pesquisas, a hipótese que o Forte de Piratininga teve seu desenho elaborado por um engenheiro militar

61 OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As Fortalezas e a Defesa de Salvador*. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2008, p. 115.

62 *Ibidem*, p. 177.

atuante na Colônia ou na Metrópole e que seu projeto tenha chegado a capitania depois de 1650, pois, neste ano obteve-se a autorização para a construção do Forte de São Marcelo em Salvador.

Para refletir melhor a questão da matriz projetual é preciso considerar o investimento da Coroa Portuguesa na formação de um novo quadro técnico e a circulação de novos conteúdos científicos. Bueno,⁶³ afirma que o intercâmbio com as cortes italianas no Século XVI pode ser avaliado pelo legado de Francisco de Holanda.⁶⁴ O sucesso do programa modernizador iniciado por D. João III deu-se pelo “intercâmbio de indivíduos”⁶⁵, e, “foi responsável pela consolidação dos novos métodos de fortificação”.⁶⁶

O projeto e obra da fortaleza de Mazagão, em 1541, é considerado “o marco inaugural do abandono definitivo do sistema medieval de defesa em territórios de além-mar”.⁶⁷

A mudança na metodologia na elaboração dos projetos e nas construções de obras em além-mar ocorre, portanto, pelo intercâmbio dos profissionais lusitanos com os italianos. O intercâmbio permitiu a divulgação de modelos pelo compartilhamento de conhecimentos entre os engenheiros militares estrangeiros e os portugueses. Desta forma, uma nova metodologia de projeto e obras defensivas foi implantada nos canteiros das Províncias do Reino e Conquistas.⁶⁸

63 BUENO, Beatriz P. Siqueira. *Desenho e Desígnio: O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*... Op. cit.

64 Segundo Vilhena (2017, p.5), Holanda teria sido o primeiro a refletir na possibilidade do fogo cruzado no projeto do Forte de São Julião da Barra. Uma fortaleza poderia ser construída no imenso areal próximo, pouco a frente, a Cabeça Seca. Logo, Holanda pensou na possibilidade desta fortificação e teve “a ideia de fortificá-lo” – no caso, o Forte da Barra – “de modo a tornar possível o cruzamento de fogo sobre os canais de navegação a partir da ação combinada de duas fortalezas encaradas”. VILHENA, Luís dos Santos. *Colecção de plantas geograficas, ydrográficas, planos e prospectos relativos a algumas das cartas de notícias Soteropolitanas e Brasíliacas [Manuscrito] : aqui precede huma breve analysis critica sobre a origem das mesmas Mapas*. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1801.

65 BUENO, Beatriz P. Siqueira. *Desenho e Desígnio: O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*... Op. cit., p. 70.

66 *Ibidem*.

67 *Ibidem*.

68 *Ibidem*, p. 72.

O relacionamento entre Miguel de Arruda (português) e Benedetto de Ravena (italiano) é exemplo paradigmático. Miguel de Arruda teria iniciado, segundo Bueno, o “processo de difusão sistemática da ciência do desenho [...], como instrumento de trabalho, nos canteiros portugueses”.⁶⁹ Através de sua pioneira função de *Mestre das obras dos muros e das fortificações do Reino, Luguares d’Álém* [i.e., África] e Índia, orientou e supervisionou obras e instruiu profissionais.

Iniciou-se, então, a centralização das obras das Províncias do Reino e Conquistas sob a coordenação de um único profissional.

Esta iniciativa da Coroa Portuguesa permitiu que Miguel de Arruda concebesse à distância as *traças* e *amostras* das cidade de Salvador, e confiasse a Luís Dias, mestre pedreiro, a função de implantar e fortificar, a partir de 1549, a capital da América colonial.

Constata-se, portanto, que desde a implantação da cidade de Salvador, com um projeto concebido *a priori*, a Coroa Portuguesa adotou a prática da elaboração dos projetos na Metrópole e enviados à América Portuguesa. Inicialmente as *traças* foram desenvolvidas por mestres de ofício, profissão de raiz medieval, e posteriormente, por engenheiros militares, profissão que surgiu com as renovações técnico-científicas do Renascimento.

Durante a União Ibérica (1580-1640) vários engenheiros militares italianos foram contratados para atuar na colônia americana. Leonardo Turriano foi o primeiro engenheiro-mor do Reino (1598), Baccio da Filicaia, o primeiro engenheiro-mor do Brasil (1597-c.1602), ambos italianos e, Francisco de Frias da Mesquita, português, o segundo ou terceiro na mesma função de Filicaia (c.1616-1635). No período filipino foram produzidos centenas de desenhos de arquitetura por italianos que atuaram em Portugal.⁷⁰

69 BUENO, Beatriz P. Siqueira. *Desenho e Desígnio: O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*... *Op. cit.*, p. 73.

70 *Ibidem*.

Sobre a matriz projetual do projeto do Forte de São Lourenço da Cabeça Seca há referências da adoção dos princípios da “tradição italiana (a começar por Vitruvius). A forma circular do Forte do Bugio teria se inspirado no Castelo Sant’ Angelo, em Roma”.⁷¹

Moreau afirma, baseado nas investigações do pesquisador português Rafael Moreira, que teria sido Spanoqui, o criador do partido e do uso da tipologia arquitetônica circular do forte do Bugio, tendo sido repetido sem grandes variações até o Século XVIII.⁷²

No que tange a tipologia arquitetônica do Forte de São Marcelo, seu anel externo não é perfeitamente redondo, com cerca de 160 m de diâmetro. O anel interno, com cerca de 70 m de diâmetro, é perfeitamente circular. Segundo Moreau a medida da muralha interna do forte São Marcelo “é comparável à muralha externa do Forte do Bugio (diâmetro de 62 m por 6 de altura, com alambor)”.⁷³

A experiência do projeto e dificuldades da obra do forte de São Lourenço da Cabeça Seca teriam auxiliado nas soluções técnicas do Forte de São Marcelo. O projeto teria sido elaborado na Metrópole e seria de autoria de Spanoqui como “parte do plano de defesa discutido por ele, Turriano e Frias de Mesquita”.⁷⁴

Considerando que para a defesa de Salvador, capital à época, foi elaborado um projeto à distância a partir da atuação conjunta dos engenheiros militares citados, conjecturamos, portanto,

71 MOREAU, Felipe Eduardo. *Arquitetura militar em Salvador da Bahia Séculos XVI A XVIII*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação da FAU-USP, São Paulo, 2011, p.189.

72 Rafael Moreira, segundo Moreau, “também cita uma interessante polêmica entre Spanoqui e Leonardo Turriano, que em meio à grande erudição, evidencia ser do primeiro a autoria do projeto para o Forte do Bugio (e eventualmente da idéia do São Marcelo). Spanoqui defendia para a construção militar a ‘superioridade da forma circular sobre a oval’, enquanto Turriano elogiava a oval”. *Ibidem*, p. 189-190.

73 MOREAU, Felipe Eduardo. *Arquitetura militar em Salvador da Bahia Séculos XVI A XVIII... Op. cit.*, p. 190.

74 MOREAU, Felipe Eduardo. *Arquitetura militar em Salvador da Bahia Séculos XVI A XVIII... Op. cit.*, p. 191.

que o mesmo teria se dado para a Capitania do Espírito Santo, especificamente, para o Forte de Piratinga. Ou seja, o projeto do Forte de São Francisco Xavier da Barra pode ter integrado parte da estratégia defensiva da América Portuguesa, em virtude da preocupação com a proteção da região aurífera. Desta forma, este projeto pode ter sido concebido no mesmo período que elaborou-se aquele desenvolvido para o Forte de São Marcelo, tendo sido adotado para ambos os mesmo princípios projetuais.

Segundo Bueno,⁷⁵ houve depois da União Ibérica um número crescente de engenheiros militares enviados ao Brasil. Entre 1580 e 1706, atuaram na América Portuguesa um total de 38 profissionais. Conforme citado, Leonardo Turriano, Baccio da Filicaia, e Francisco de Frias da Mesquita foram engenheiros-mor do Reino e da América Portuguesa, respectivamente, no período da União Ibérica. Além disto, estiveram à frente dos projetos para Salvador, Bahia.

Logo, é possível conjecturar que os fortes de partido arquitetônico de formato circular construídos na América Portuguesa tiveram como principal matriz projetual o Forte do Bugio, pois, os engenheiros militares que atuaram nos projetos e obras da fortaleza de Lisboa mantinham contato entre si e atuaram, principalmente, nos projetos de defesa para Salvador, com destaque, no Forte de São Marcelo.

Nesse contexto, devemos ressaltar a atuação da Engenharia Militar na Capitania do Espírito Santo. Segundo as pesquisas de Beatriz Picolotto Siqueira Bueno atuaram no local, Diogo de Campos Moreno, português, no Século XVII; Nicolau Abreu de Carvalho e Padre Diogo Soares, portugueses, no Século XVIII; João de Abreu Gorjão e João Afonso Bittencourt, ambos de origem desconhecida, Século XVIII; José Antônio Caldas, brasileiro, Século XVIII.⁷⁶

75 BUENO, Beatriz P. Siqueira. Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América portuguesa (séc. XVI-XIX). *Revista Navigator: Dossiê Engenharia Militar, guerra e representações cartográficas nas Américas nos séculos XVI a XIX*, v. 7, n. 14, p. 13, 2011b.

76 BUENO, Beatriz P. Siqueira. *Desenho e Desígnio: O Brasil dos engenheiros militares*

Atesta-se pelos dados acima que não houveram muitos engenheiros militares atuando na capitania do Espírito Santo. Em 1726, o Vice-Rei Conde de Sabugosa envia o engenheiro Nicolau de Abreu para reforma das edificações militares. As obras foram relatadas em 1734 pelo próprio engenheiro.⁷⁷

O tenente-coronel Nicolau Abreu de Carvalho esteve duas vezes no Espírito Santo, em 1724 ou 1726, e 1734. O engenheiro militar descreveu as obras que realizou no Forte de Piratininga, tendo levantado seus parapeitos, feito sua esplanada e uma guarita, a casa de pólvora abobada, o quartel para os soldados, “sua alpendurada [sic], reformar sua portada e entrada, ou subida”.⁷⁸

Segundo Bluteau,⁷⁹ alpendurada é o mesmo que alpendrada, um “pórtico foftido em columnas, que acompanha o lanço de algum edifício”.⁸⁰

Comparando a descrição de Carvalho com a que foi feita por Manoel de Moraes em 1682 constatou-se que o forte manteve sua tipologia arquitetônica e a praça *lageada*, com o telheiro, mas, com uma complexidade maior de funções, considerando um número maior de cômodos.

O engenheiro militar que atuou de forma mais abrangente na Capitania do Espírito Santo foi o sargento-mor José Antônio Caldas. Caldas recebeu a incumbência de rever o estado de conservação dos fortes, levantar a planta e perspectiva, i.e., o perfil, sendo este realizado com câmara escura, instrumento tecnológico avançado à época. O engenheiro militar relatou importantes informações sobre o lugar. Atuou na região na segunda metade do Século XVIII.

(1500-1822)... *Op. cit.*

77 PRATA, Maria Catharina Ries Queiroz. *O patrimônio da Posse - um estudo da arquitetura militar do Espírito Santo no período colonial...* *Op. Cit.*

78 Carta do engenheiro militar Nicolau de Abreu Carvalho para o Vice-rei, Vasco Fernandes César de Meneses, datado de vinte e um de abril de 1734, a informar sobre as reformas que efetuou nas fortalezas da Capitania do Espírito Santo. *In.: APES/AHU - Espírito Santo*, cx. 02, doc. 93.

79 BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da Lingua portuguesa* (reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva)... *Op. Cit.*, Tomo primeiro.

80 *Ibidem*, p. 65, grafia no original.

Chama atenção que as informações que constam na legenda da planta, datada de 1766, levantada por José Antônio Caldas. O engenheiro militar informa⁸¹ que a “*Planta e Fazada está muito diferente do em q’ estava, e nam tinha corpo de guarda nem quartel capaz, possuindo apenas um telheiro descoberto pelos lados na sua entrada*”. Com a reforma feita o forte passou a ter “*caza de sobrado p.a a residencia doz Comandantes*”.⁸² Comparando as informações dadas por Caldas com as de Manoel de Moraes, de 1682, que informava que a fortificação tinha [...] *toda a praça lageada com hum grande telheiro*”,⁸³ observa-se que foi acrescido um novo pavimento ao corpo do edifício militar que passou a abrigar novas funções, como a residência dos comandantes.

Tais informações que constam dos relatos acima podem ser observadas nas Figuras 05 e 06.

A partir do relato de Manoel de Moraes tem-se as seguintes medidas do Forte de Piratininga: o diâmetro de 80 palmos corresponde a cerca de 17,60m e, a circunferência de 240 palmos, corresponde a cerca de 52,80m. Considerando o raio de 8,8 metros, a área do propugnáculo era de aproximadamente 243,16 m². Tais medidas demonstram que a fortaleza não possuía dimensões vantajadas, mas, também, não se trata de uma estrutura militar sem expressão para as condições da Capitania do Espírito Santo à época. A sua muralha teria doze palmos, ou seja, 2,64m de altura, por 1,98m de largura (nove palmos), com dez ameias.⁸⁴

81 OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo... Op. Cit.*, p. 569.

82 *Ibidem*, p. 569.

83 *Informação do Provedor-mor, Manoel de Moraes, a Francisco Gil de Araújo... Op. Cit.*, p. 149.

84 Nas pesquisas em andamento tem-se comparado as medidas atual da fortificação com aquelas das iconografias históricas aqui apresentadas (Figuras 05 e 06). Tem-se como hipótese que a reforma do forte ocorrida no Século XVIII tratou-se de uma ampliação que gerou a duplicação de sua área. O anel interno representado na Figura 06 na cor vermelho pode indicar um elemento construído. Conjectura-se que poderia ser os limites da antiga muralha que teria sido mantida para conter o recuo dos canhões após os disparos. Fontes primárias indicam essa possibilidade que deveria ser atestada na Pesquisa Arqueológica.

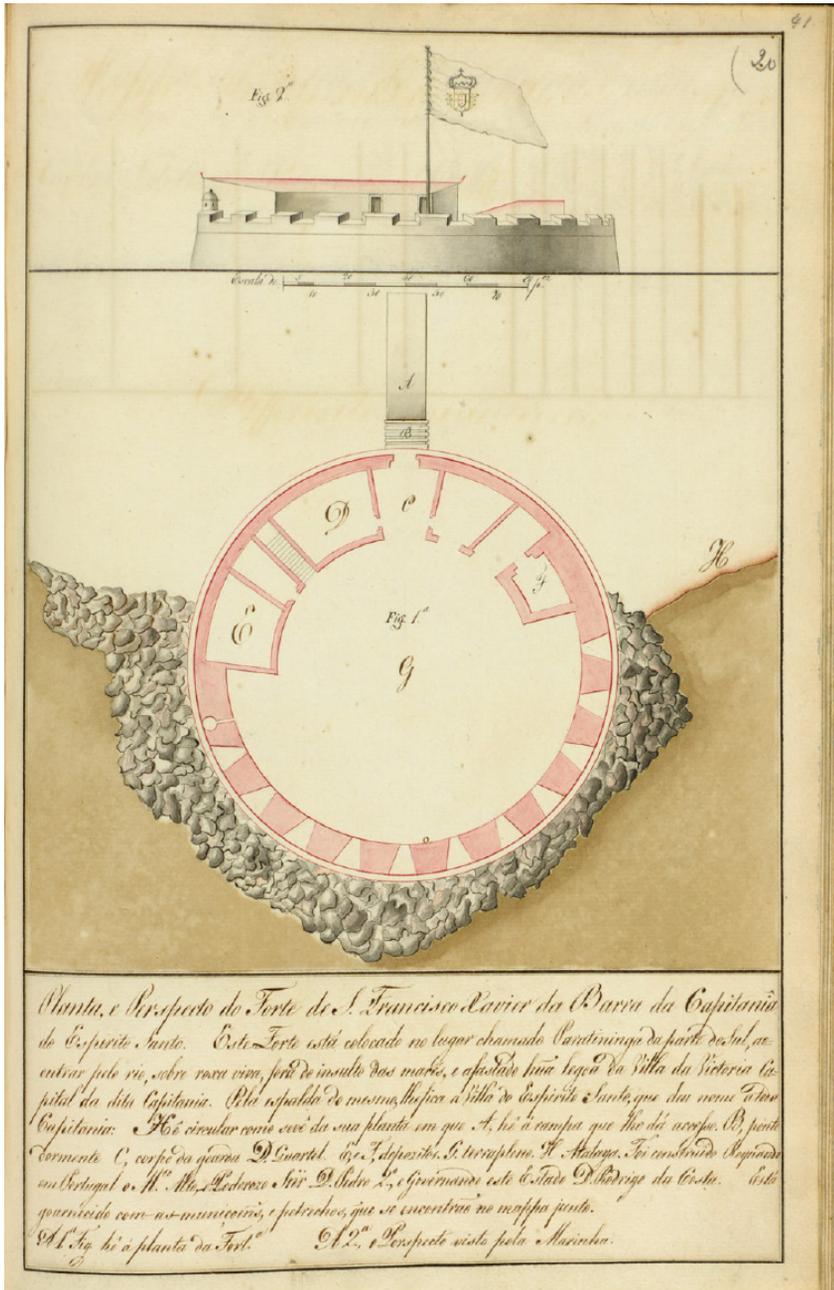


Figura 5: Planta do Forte de São Francisco Xavier. Fonte: PLANO da fortificação..., 1799.

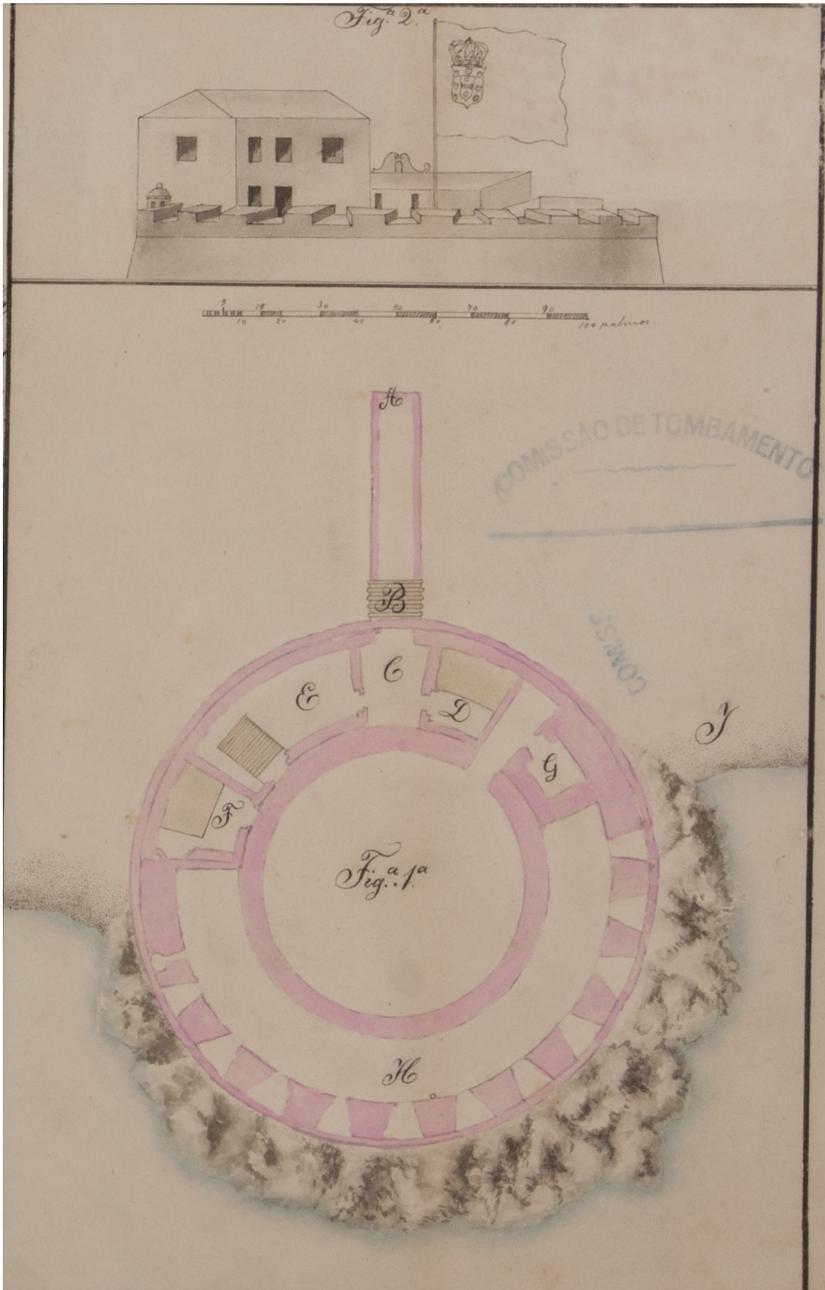


Figura 6: Planta do Forte de São Francisco Xavier. Fonte: Vilhena, 1801.

Pela tipologia arquitetônica do Forte de São Francisco Xavier sabe-se que ele não possui o torreão central, tal qual na feição inicial do Forte do Mar.⁸⁵ Mas, sua forma circular é marcante como nos demais fortes. Deve se considerar, ainda, que o Forte de São Marcelo não teve em sua forma final o torreão, mantendo apenas a muralha circular.⁸⁶

Embora o Forte de Piratininga não esteja situado no mar, como o do Bugio e o de São Marcelo, sua localização possui ligação estratégica com o oceano, considerando sua implantação na entrada da Baía de Vitória. Situado na base do Morro do Convento de Nossa Senhora da Penha, defendia, em especial, o lado sul da entrada da baía.

Sua localização é estratégica. Manoel de Moraes, Provedor-mor da Capitania, em carta a Francisco Gil de Araújo, ressaltou que o sítio era muito *conveniente*, pois, as embarcações inimigas enfrentariam risco ao tentar entrar na Baía de Vitória.⁸⁷

Conforme citado anteriormente, a reconstituição da história dos fundamentos e preceitos,⁸⁸ tais como, conveniência, termo citado na carta de Manoel de Moraes, permitiu compreender quais princípios nortearam a escolha do sítio para a construção do Forte de Piratininga. Logo, *a escolha de um sítio mais conveniente* para a construção da fortificação adequou-se às circunstâncias, costumes e preexistências físicas e naturais. Além disto, o sítio era o mais conveniente para a defesa do território onde foi implantado.

No que tange os aspectos relativos a preservação do patrimônio cultural, notadamente dos bens imóveis, e especificamente representantes da arquitetura militar, o Forte de Piratininga é um dos exemplares mais significativos no Espírito Santo. Trata-se do único exemplar edificado íntegro existente.

85 OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As Fortalezas e a Defesa de Salvador... Op. Cit.*

86 *Ibidem.*

87 PRATA, Maria Catharina Ries Queiroz. *O patrimônio da Posse - um estudo da arquitetura militar do Espírito Santo no período colonial... Op. Cit.*

88 BASTOS, Rodrigo Almeida. *Regularidade e ordem das povoações mineiras do século XVIII... Op. cit.*

Apesar das alterações sofridas ao longo do tempo a fortificação ainda preserva sua tipologia circular original, cuja matriz projetual está no bojo das inovações renascentistas e da Engenharia Militar europeia.

Arquitetura Militar: especificidades e singularidades enquanto patrimônio cultural brasileiro

Objetivando contribuir para um entendimento mais profundo sobre a importância da preservação da Arquitetura Militar do Brasil faz-se necessário algumas considerações sobre sua definição e aspectos relativos a sua especificidade e singularidade relacionadas aos partidos arquitetônicos, linguagem plástica e sistemas construtivos.

A Arquitetura Militar, segundo Castro,

é o ramo da atividade humana visando à construção de obras defensivas, capazes de resistir a um ataque, mas essa definição é simplista, pois ignora que o campo é muito mais vasto, indo de monumentos até o urbanismo.⁸⁹

As fortificações, redutos, baterias e outros elementos defensivos existentes no território brasileiro representam nossos valores históricos, artísticos e arquitetônicos.

Esses elementos defensivos tem, segundo Almeida três aspectos relevantes para sua preservação. O primeiro refere-se aos fortes como marcos avançados da conquista do território. O segundo aspecto,⁹⁰

que singulariza essa arquitetura e explica seu reconhecimento como obra de arte reside na *especificidade de suas características construtivas* e, conseqüentemente, de sua linguagem plástica. Trata-se de uma arquitetura cujo repertório formal contém *exclusivos elementos*

89 CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Arquitetura Militar. In.: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016, (verbeta), p.1.

90 ALMEIDA, Luis Fernando de. O valor cultural da arquitetura militar e sua preservação... *Op. Cit.*, p.20.

arquitetônicos, tais como seu fechamento com muralhas, a contraposição das saliências em ângulo agudo dos baluartes com as cortinas alongadas e recuadas, o ritmo de composição ditado pelas canhoneiras, a referência ao desenho urbano por meio da disposição dos edifícios (quartéis) em torno das praças (terraplenos) etc.⁹¹

Desta forma, pela especificidade e singularidade dos partidos arquitetônicos e sistemas construtivos os exemplares do sistema defensivo colonial são reconhecidos não só como documentos históricos mas, também, como obras de arte.

O terceiro aspecto refere-se a fortificação como categoria de uma família arquitetônica extinta, datando de 1914 seu último exemplar, o Forte de Copacabana, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Atualmente no país estão protegidos pelo instrumento do tombamento federal, instituído pelo IPHAN, o conjunto de 19 fortalezas e fortes. O *Forte São Marcelo*, localizado em Salvador (BA), está incluído na Lista Indicativa a Patrimônio Mundial e é reconhecido por seu “desenho circular” e reconhecido como “o único exemplar ainda existente no País”.⁹²

Tal assertiva difere dos resultados das nossas pesquisas. Conforme citado além do Forte São Marcelo, há o Forte de Nossa Senhora das Mercês, em Belém (PA), e o nosso objeto de estudo, o Forte de São Francisco Xavier da Barra. Os três possuem essa tipologia arquitetônica singular.

O estudo das tipologias arquitetônicas no âmbito da preservação dos bens culturais móveis é um dos principais métodos para a sua preservação. A tipologia arquitetônica de um edifício militar permite identificar sua matriz projetual e a filiação das correntes teóricas que estava associada.⁹³

91 ALMEIDA, Luis Fernando de. O valor cultural da arquitetura militar e sua preservação. *DaCultura*, ano VI, n. 11, p. 20-23, 2000, *grifo nosso*. Disponível em: http://funcb.org.br/images/revista/8_3r1u.pdf. Acesso em 3 de abr. 2021.

92 BRASIL. IPHAN. Patrimônio Cultural. Patrimônio Material. *Fortes Incluídos na Lista Indicativa a Patrimônio Mundial*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1611/>. Acesso em 3 de abr. 2021.

93 PESSOTTI, Luciene. Fortaleza da Barra de São Francisco Xavier: Legado da

A arquitetura militar portuguesa do período da Expansão é definida como de transição. Os registros cartográficos referentes à América do Século XVII já apresentam as obras de fortalezas modernas, ou abaluartadas. Já no Século XVIII, no reinado de José I, de 1750 a 1777, o Brasil teve uma campanha de reformas e construção de novas fortificações, e neste momento, as referências dadas à arquitetura militar de transição foram substituídas pelas inovações do período.⁹⁴

Investigações realizadas nas últimas décadas,⁹⁵ entretanto, vêm demonstrando que na América Portuguesa foram construídos elementos defensivos com imenso repertório técnico e teórico da Engenharia Militar, notadamente, com os conhecimentos e inovações do Renascimento.

Desta forma, pode-se afirmar que muitas fortificações edificadas na América Portuguesa tiveram em seus partidos arquitetônicos referências teóricas inovadoras.

Forte de São Francisco Xavier da Barra: expoente da engenharia militar portuguesa no Espírito Santo

O estudo do Forte de São Francisco Xavier da Barra esbarra em dificuldades relativas as fontes primárias disponíveis. Tais dificuldades impossibilitam o acesso a registros históricos que podem elucidar questões relativas ao projeto da edificação.

A realização de Pesquisa Arqueológica seria uma alternativa científica para a recuperação histórica do Forte de Piratininga. Através de levantamento e pesquisa histórica e arqueológica seria

Engenharia Militar Portuguesa no Espírito Santo *In.: Novos subsídios para uma História da Construção Luso-Brasileira*. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 61-115.

94 CRUXEN, E. A arquitetura militar portuguesa no período de Expansão Ultramarina e suas origens medievais. *Revista Aedos*, v. 3, n. 9, 2011. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo531317-a-arquitetura-militar-portuguesa-per%C3%ADodo-de-expans%C3%A3o-ultramarina-e-suas-origens-medievais. Acessado em 5 de jun. 2020.

95 BUENO, Beatriz P. Siquiera. *Desenho e Designio: O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)... Op. cit.*

possível reunir informações relevantes do edifício estudado.⁹⁶

Até o presente momento reuniu-se nas pesquisas, ainda em andamento, documentação que permitiu a análise da tipologia arquitetônica do Forte de Piratininga. Através das fontes primárias e secundárias disponíveis, incluindo a cartografia, fundamentou-se a análise que foi relacionada com os pressupostos teóricos e técnicos da engenharia militar portuguesa e inovações do Renascimento.

Tal entrecruzamento de dados e a análise teórica permitiu constatar, no bojo da pesquisa, que a tipologia arquitetônica do Forte de São Francisco Xavier da Barra é excepcional, considerando-se as suas matrizes teóricas, os fortes do Bugio (Portugal) e São Marcelo (Salvador).

Para viabilizar uma melhor leitura e interpretação do bem cultural tem-se, conforme citado, a alternativa de uma avaliação do seu Potencial Arqueológico. Tal pesquisa no Forte de São Francisco Xavier da Barra possibilitaria a identificação das alterações sofridas, e principalmente, permitiria identificar as permanências de seus elementos constitutivos originais e, porventura, datá-los.

A análise da documentação de fonte primária e uma visita *in loco*, no ano de 2019,⁹⁷ permitiu constatar que o Forte de Piratininga sofreu algumas alterações. Entretanto, as permanências da edificação militar permitem a leitura da sua tipologia arquitetônica. As alterações não comprometeram os principais elementos que caracterizam a arquitetura militar do período colonial. Logo, não se pode deixar de considerar sua importância para a história da arquitetura militar brasileira.

Segundo Fernandes,

as Fortificações são lugares de outros produtos culturais, que possibilitam a ocorrência de um riquíssimo acervo documental, iconográfico,

96 NAJAR, Rosana. *Arqueologia Histórica: Manual*. Brasília: IPHAN, 2005.

97 No ano de 2019 realizamos estudos no âmbito da Licença Capacitação. Entre 2020 e 2021 elaboramos a pesquisa de pós-doutoramento no PPGAU/UFBA sob a orientação do Prof. Dr. Mário Mendonça de Oliveira.

cartográfico e de variados instrumentos e objetos decorrentes das suas funcionalidades.⁹⁸

Conforme abordado, o Forte de Piratininga teve influência direta das renovações do Renascimento cultural europeu, notadamente, da Engenharia Militar. Embora tenha se constatado possíveis alterações em sua tipologia arquitetônica para adaptação de novos usos internos, o forte é um importante documento arquitetônico, constituindo-se parte de um riquíssimo acervo histórico local e nacional.

Conjectura-se, também, que houveram à época de sua construção e reformas, adaptações à realidade de materiais, mão de obra, e recursos disponíveis. Certamente os objetivos da missão colonizadora impuseram restrições e adaptações na edificação do forte. Assim como, as reformas mais recentes podem ter suprimido elementos históricos relevantes.

Desta forma, ressalta-se que a Pesquisa Arqueológica vinculada aos resultados da pesquisa histórica permitiria uma (re)leitura da tipologia arquitetônica do Forte de Piratininga. Além disto, tais procedimentos permitiriam identificar com mais clareza as matrizes projetuais; orientar o levantamento cadastral; e, principalmente, fornecer subsídios científicos para possíveis intervenções.

Tais investigações e análises podem, ainda, embasar o processo de proteção legal, visto que, apesar de sua singularidade o Forte de São Francisco Xavier da Barra não possui tombamento em nenhuma esfera.⁹⁹

98 FERNANDES, Synésio Scofano. *Fortificações Brasileiras – IPHAN*. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/banco-de-pareceres/Banco_de_Pareceres_Tombamento_FORTIFICAOES_BRASILEIRAS.pdf

99 O Forte de São Francisco Xavier da Barra está localizado no Sítio Histórico da Prainha, Vila Velha, legalmente protegido conforme a Lei municipal Nº 5.657/2015. As intervenções no Sítio Histórico exige a aprovação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

O tombamento federal foi solicitado no dia 05 de julho de 2022 por essa pesquisadora e o Prof. Dr. Mário Mendonça de Oliveira (PPGAU/UFBA) e encontra-se em análise. Foi solicitado no dia 14 de julho deste mesmo ano o tombamento em caráter de urgência. O IPHAN negou o pedido. O Exército Brasileiro, que é responsável pelo bem cultural, não foi notificado do pedido de tombamento, conforme determina o Decreto Lei nº 25 de 1937. Desta forma, o IPHAN não providenciou o tombamento provisório do Forte de Piratininga.¹⁰⁰

No entanto, o Forte de São Francisco Xavier da Barra está inventariado. O inventário dos bens culturais de Vila Velha foi incorporado ao Plano de Diretor Municipal de Vila Velha. O PDM de Vila Velha, Lei Complementar nº 65/2018, está em vigor desde 12 de novembro de 2018, data da sua publicação. Logo o forte tem proteção legal conforme define o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257) e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.¹⁰¹

Atualmente o forte é objeto de uma proposta de intervenção que, se realizada, descaracterizará sua tipologia, apagando importantes registros históricos. Além disto, a proposta compromete a leitura espacial e histórica da edificação.

Conclusão

A fortaleza de São Francisco Xavier da Barra, ou Forte de Piratininga, é um dos principais expoentes da arquitetura militar

100 O tombamento pode ser provisório ou definitivo. O primeiro ocorre a partir da notificação ao proprietário pela autoridade administrativa competente, informando-o de que a coisa que possui tem notável valor histórico, artístico ou natural; é definitivo o tombamento a partir da inscrição dos bens, separada ou em grupo, num dos quatro Livros do Tombo da repartição administrativa que determinou a medida (Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Tombo Histórico; Tombo das Belas Artes e Tombo das Artes Aplicadas). ROMANO, Rogério Tadeu. *Alguns apontamentos sobre o tombamento à luz da doutrina e da jurisprudência*. Portal Jus, 07/05/2021. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/90459/alguns-apontamentos-sobre-o-tombamento-a-luz-da-doutrina-e-da-jurisprudencia>. Acessado em 10 de ago. 2022.

101 O inventário dos bens culturais de Vila Velha foi incorporado ao PDM. A identificação dos bens culturais pode ser constatada no link: <https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/Mapa%20E%20-%20Bens%20de%20Interesse%20Cultural.pdf>

do Espírito Santo, sendo o único representante arquitetônico do período colonial ainda existente. O bem cultural testemunha os objetivos e desígnios da missão exploradora desta porção do território, bem como, as estratégias de defesa da costa sul da América Portuguesa.

A tipologia arquitetônica de forma arredondada, singular, é única no Espírito Santo. A forma arredondada pouco comum no Brasil, teve influência dos princípios teóricos do Renascimento, além, das referências da atuação dos engenheiros militares que atuaram em projetos e obras no nosso território, adaptando-os à realidade existente, como foi o caso do Forte de São Marcelo em Salvador, Bahia.

Sendo assim, sua tipologia merece especial atenção, pois, remete-se a um importante momento da história da arquitetura do Brasil. No que tange a sua proteção legal cabe uma avaliação rigorosa de suas permanências na contemporaneidade.

Visando contribuir para sua preservação e proteção legal o Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento Espírito Santo (IAB/ES), elaborou um manifesto. O documento está inserido na íntegra na primeira parte deste livro. A leitura deste manifesto permite uma melhor compreensão das profundas alterações na tipologia e espacialidade, entre outros aspectos, que o Forte de São Francisco Xavier da Barra poderá sofrer.

Referências

ABREU, Mauricio de Abreu. A apropriação do território no Brasil colonial (265-298). In.: FRIDMAN, Fania e HAESBAERT, Rogério (coords.). *Escritos sobre história*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ADONIAS, Isa. *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993.

ALMEIDA, Luis Fernando de. O valor cultural da arquitetura militar e sua preservação. *DaCultura*, ano VI, n. 11, p. 20-23, 2000, *grifo nosso*. Disponível em: http://funceb.org.br/images/revista/8_3r1u.pdf. Acesso em 3 de abr. 2021.

BASTOS, Rodrigo Almeida. Regularidade e ordem das povoações mineiras do século XVIII. *Revista do IEB/USP*, n. 44, p. 27-54, 2007.

BLUTEAU, Rafael. *Dicionário da Língua portuguesa* (reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva). T. I. Lisboa: Na oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 738

BRASIL. IPHAN. Patrimônio Cultural. Patrimônio Material. *Fortes Incluídos na Lista Indicativa a Patrimônio Mundial*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1611/>. Acesso em 3 de abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos*. Portarias (1971-1722). Cartas de Ofício (1704-1717). Vol. LXX. Rio de Janeiro, Typ. Baptista de Souza, 1945.

BUENO, Beatriz P. Siqueira. Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América portuguesa (séc. XVI-XIX). *Revista Navigator: Dossiê Engenharia Militar, guerra e representações cartográficas nas Américas nos séculos XVI a XIX*, v. 7, n. 14, p. 13, 2011b.

BUENO, Beatriz P. Siquiera. *Desenho e Designio: O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: EDUSP, 2011a.

CARTA de Fernando Álvares de Andrade a Elrei, datada Lisboa, a 27 de Dezembro de 1549 (aliás1548), sobre os preparativos da armada de Tomé de Sousa. D.H. LVII, p.17-18.

CARTA de Fernando Álvares de Andrade para El-rei, de Lisboa, a 10 de Fevereiro de 1547. D.H. LVII, p.15-17.

Carta do engenheiro militar Nicolau de Abreu Carvalho para o Vice-rei, Vasco Fernandes César de Meneses, datado de vinte e um de abril de 1734, a informar sobre as reformas que efetuou nas fortalezas da Capitania do Espírito Santo. In.: *APES/AHU – Espírito Santo*, cx. 02, doc. 93.

CASTRO, A. H. F. D. *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: Fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. v.1. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Arquitetura Militar. In.: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016, (verbete), p.1.

CASTRO, Adler Homero Fonseca. *Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro*. Fortificações do Brasil de 1504 a 2006. v. IV. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2019.

CHAUNU, Pierre. *Expansão Européia do Século XIII ao XV*. São Paulo: Pioneira, 1978.

CRUXEN, E. A arquitetura militar portuguesa no período de Expansão Ultramarina e suas origens medievais. *Revista Aedos*, v. 3, n. 9, 2011. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo531317-a-arquitetura-militar-portuguesa-per%C3%ADodo-de-expans%C3%A3o-ultramarina-e-suas-origens-medievais. Acessado em 5 de jun. 2020.

CRUZ, Glenda Pereira da. Permanência e renovação da urbanística medieval portuguesa no Brasil. In.: ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder; ROSSA, Walter (orgs.). *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), 2001, p. 157-169.

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma Ilha*. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória; Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Formação do Patronato Político Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1998.

FERNANDES, Synésio Scofano. *Fortificações Brasileiras – IPHAN*. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/banco-de-pareceres/Banco_de_Pareceres_Tombamento_FORTIFICAOES_BRASILEIRAS.pdf

JOHNSON, H. B. A colonização portuguesa do Brasil, 1500-1580. In.: LESLIE, Bethell (Org). *História da América Latina: A América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998.

LAMEGO, Alberto. *A terra goitacá*. À luz de documentos inéditos. v. I. Paris: L'Édition D'Art Gaudio, 1913.

LÉRY, Jean. *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo*. Distrito Federal: Editora Brasília, 1971.

LIESEGANG, Gerhard. Análise das estruturas urbanas em África e especialmente na África Oriental, entre os séculos XVII e XVIII, e o impacto da Expansão portuguesa. In: Colóquio Internacional. Universo Urbanístico Português. 1415-1822, 2001, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), 2001.

LOBO, Manuel Leal da Costa, SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo (coords.). *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Makpesquisa e IST Press, 2012.

MAUREL, Joaquín Bosque. La etapa ibérica en el pasado de la mundialización/globalización (1492- 1825). *GEOUSP: Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 3, p. 129-149, 2003.

MOREAU, Felipe Eduardo. *Arquitetura militar em Salvador da Bahia Séculos XVI A XVIII*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação da FAU-USP, São Paulo, 2011.

MORI, Vitor Hugo; LEMOS, Carlos A. Cerqueira; CASTRO, Adler Homero F. *Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.

NAJAR, Rosana. *Arqueologia Histórica: Manual*. Brasília: IPHAN, 2005.

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, [s.d].

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As Fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil*. Salvador: Omar G., 2004.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As Fortalezas e a Defesa de Salvador*. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2008, p. 115.

PESSOTTI, Luciene. *Fortaleza da Barra de São Francisco Xavier: Legado da Engenharia Militar Portuguesa no Espírito Santo In.: Novos subsídios para uma História da Construção Luso-Brasileira*. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 61-115.

PORTAS, Nuno. Os tempos das formas nas cidades lusas no Brasil. *Oceanos*, n. 41, p. 162-173, 2000.

PRATA, Maria Catharina Ries Queiroz. *O patrimônio da Posse - um estudo da arquitetura militar do Espírito Santo no período colonial*. Dissertação (Mestrado em Artes). Centro de Artes, Programa de Pós-graduação em Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

REGIMENTO de Tomé de Sousa, de 17 de dezembro de 1548. In.: TAPAJÓS, Vicente. *A política administrativa de d. João III*. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público/Serviço de Documentação, 1966, p. 253-269. (História Administrativa do Brasil, 2).

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da Evolução Urbana no Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

ROMANO, Rogério Tadeu. *Alguns apontamentos sobre o tombamento à luz da doutrina e da jurisprudência*. Portal Jus, 07/05/2021. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/90459/alguns-apontamentos-sobre-o-tombamento-a-luz-da-doutrina-e-da-jurisprudencia>. Acessado em 10 de ago. 2022.

ROSSA, Walter. *A urbe e o traço*. Uma década de estudos sobre o urbanismo português. Portugal: Ed. Almedina, 2002.

ROSSA, Walter. *A urbe e o traço*. Uma década de estudos sobre o urbanismo português. Portugal: Ed. Almedina, 2002.

SALVADOR, José Gonçalves. *A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700)*. A presença dos cristãos-novos. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural, UFES/Depto. Estadual de Cultura, 1994.

SANTOS, Jair. *Vila Velha: onde começou o Estado do Espírito Santo: fragmentos de uma história*. Vila Velha: Ed. do autor, 1999.

SOUSA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brazil. *RIHGB*, Tomo XLVIII, Parte II, p. 5-140, 1885.

TEIXEIRA, Manoel. O Urbanismo Português no Brasil nos Séculos XVI e XVII. In.: TEIXEIRA, Manoel; VALLA, Margarida. *O Urbanismo Português. Século XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Portugal: Livros Horizonte, 1999.

VILHENA, Luís dos Santos. *Colecção de plantas geograficas, ydrográficas, planos e prospectos relativos a algumas das cartas de notícias Soteropolitanas e Brasíliaes [Manuscrito] : aqui precede huma breve analysis critica sobre a origem das mesmas Mapas*. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1801.

Carta Manifesto

Pela proteção do Forte de São Francisco Xavier

Diretoria do IAB-ES

“Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade.”

(Carta de Veneza, 1964)

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 23, define que “É competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”; e ainda, em seu artigo 216, no § 1º, temos que “o Poder Público, **com a colaboração da comunidade**, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. (Grifo nosso)

Neste sentido, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, entidade centenária dedicada à arquitetura e ao Urbanismo no Brasil, departamento do Estado do Espírito Santo, teve conhecimento através das mídias sociais do projeto “Casa Cor 2022 – Vista do Forte” e, através deste documento, vem cumprir seu papel constitucional de proteger o patrimônio cultural brasileiro.

O projeto propõe uma intervenção no Forte de São Francisco Xavier da Barra, no município de Vila Velha, no Espírito Santo, que, na análise técnica dos arquitetos deste instituto, causará danos ao patrimônio cultural.

O Forte de São Francisco Xavier teve sua construção iniciada no fim do século XVII, estando concluída na primeira década do século XVIII. Em 1726, o Engenheiro Nicolau de Abreu Carvalho conduziu uma reforma no forte, que manteve o caráter circular que conhecemos hoje. Esta concepção arquitetônica circular do Forte de Piratininga teve como referência projetual os fortes de São Lourenço da Cabeça Seca (Portugal), e de São Marcelo (Salvador, Bahia).

No Brasil a forma circular adotada em fortes é rara e remonta aos princípios renascentistas.

A importância do Forte de São Francisco Xavier da Barra se dá ainda por ter sido o primeiro elemento defensivo da Capitania do Espírito Santo. Ainda que o formato original seja distinto do atual, o recinto fortificado, conforme atesta a historiografia foi edificado por Vasco Fernandes Coutinho. Há referência deste elemento defensivo denominado Forte do Espírito Santo no início da colonização. No Século XVI, em 1592, há menção na historiografia do Forte de Piratininga, pois, dele se fez o ataque aos ingleses comandados pelo corsário Thomas Cavendish. No Século XVII, com a ameaça de ataques ingleses e holandeses, a estrutura defensiva da entrada da baía de Vitória é citada em diferentes momentos. Mas, é no Século XVIII que se tem a elaboração do Forte de São Francisco Xavier da Barra com a tipologia arquitetônica atual, ou seja, circular. Erigido para defender a entrada da Baía

de Vitória e impedir o contrabando do ouro da Minas Gerais, o forte teve o apuro dos princípios renascentistas em seu partido arquitetônico.

Trata-se de um bem cultural de valor inestimável, que já foi listado como de interesse de tombamento no processo Iphan 01458.003599.2010_16, que trata do tombamento em conjunto das fortificações brasileiras – e que, infelizmente, por motivos de corpo técnico insuficiente para atender a todas as demandas da autarquia, não teve continuidade.

O primeiro pedido de tombamento exclusivo para o Forte de São Francisco Xavier da Barra foi realizado em 05 de julho de 2022, e consta do Processo nº 01409.000279/2022-15. Conforme preconiza o Art. 4º da Portaria Iphan no 11 de 11/09/1986, o processo foi enviado para o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam) para abertura do Processo “T”. Em 11 de julho de 2022 o Arquivo Central do Iphan procedeu à abertura do processo de tombamento registrado sob o número 2029-T-22. Até o presente momento, desconhecemos qualquer manifestação contrária ao tombamento.

O pedido de tombamento foi solicitado pelo Prof. Dr. Mário Mendonça de Oliveira, membro fundador do ICOFORT/ ICOMOS, pelo reconhecimento do valor excepcional do Forte de Piratininga. O Prof. Dr. Mário Mendonça de Oliveira trabalhou por décadas no IPHAN e é referência internacional em pesquisas, publicações sobre a Engenharia Militar e elaboração de projetos em edificações militares.

No dia 14 de julho de 2022, após ser constatado que a proposta de intervenção para o Forte de Piratininga insere-se no tema “projetos de interiores”, iniciativa que fere os preceitos definidos e referendados nas cartas patrimoniais internacionais e as diretrizes de intervenção do IPHAN, foi solicitado, em caráter de urgência o tombamento do forte.

No que tange as questões legais e procedimentos acerca dos processos de Tombamento, está divulgado no Portal do Iphan, o

seguinte conteúdo, consultado no dia 29 de julho de 2022, e cuja referência é o Decreto Lei nº 25 de 1937,

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal. Os tombamentos federais são responsabilidade do IPHAN e começam pelo pedido de abertura do processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. O objetivo é preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens.

[...]

O processo de tombamento, após avaliação técnica preliminar, é submetido à deliberação das unidades técnicas responsáveis pela proteção aos bens culturais brasileiros. *Caso seja aprovada a intenção de proteger um determinado bem, seja cultural ou natural, é expedida uma notificação ao seu proprietário.*

Essa notificação significa que o bem já se encontra sob proteção legal, até que seja tomada a decisão final, depois de o processo ser devidamente instruído, ter a aprovação do tombamento pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e a homologação ministerial publicada no Diário Oficial. O processo é concluído com a inscrição no Livro do Tombo e a comunicação formal do tombamento aos proprietários.¹

Para além do tombamento em nível federal, é importante ressaltar que o Brasil é cossignatário do ICOFORT ICOMOS (*International Scientific Committee on Fortifications and Military Heritage*) que estabelece diretrizes projetuais para intervenções em fortificações históricas, quais sejam:

1. Todas intervenções devem ser baseadas em um Plano de Conservação que inclua minimamente: estudo histórico do sítio e de todos os períodos de desenvolvimento do mesmo e de seus usos; estudo do desenvolvimento morfológico; levantamento topográfico e planimétrico; avaliação de estudos arqueológicos; avaliação estrutural com análise, diagnóstico e monitoramento para preservação; estudo da paisagem em que o bem está

¹ Disponível em: <https://iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do?id=12576&retorno=paginaIphan>);

<https://iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do?id=12576&retorno=paginaIphan>

inserido; estudo interpretativo; análise de viabilidade de reutilização; análise de uso; critérios e análise de recomendações; avaliação de riscos/plano de preparação para riscos; plano de negócios e operações; pesquisas de visitantes/estudos de gestão de visitantes; plano de proteção; plano de gerenciamento. Todo o Projeto de intervenção em fortificações deve ser desenvolvido por uma equipe interdisciplinar de profissionais devidamente qualificados, com conhecimento e experiência específicos em recintos fortificados similares e patrimônio militar;

2. Todas as intervenções devem basear-se na integração holística dos valores do sítio em relação aos sistemas defensivos e envolventes;
3. Todas as intervenções devem ser compatíveis com os elementos e características das fortificações e patrimônio militar de acordo com a Carta do Zimbabué e em relação à Tríade Vitruviana: “Firmitas, Utilitas et Venustas”. “A escolha entre técnicas “tradicionais” e “inovadoras” devem ser ponderados caso a caso e dar preferência aos menos invasivos e mais compatíveis com os valores patrimoniais, considerando os requisitos de segurança e durabilidade.² A natureza das operações militares deve ser considerada especialmente tendo em vista qualquer “perda” anterior de tecido ou destruição que possa ser considerada como um marcador de um evento histórico que deve ser conservado e não restaurado.

a) O conceito de compatibilidade “Firmitas” deve ser entendido como a compatibilidade mecânica entre os materiais históricos e os materiais utilizados para restauração e/ou consolidação estrutural, sempre privilegiando a intervenção de impacto mínimo;

b) Compatibilidade funcional ou “Utilitas” é a

² Cf. Carta-Princípios para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico do ICOMOS, 2003

sobrevivência dos elementos característicos da fortificação do ponto de vista do seu desenho funcional original e do traçado defensivo das suas vias e acessos;

c) Compatibilidade estética ou “Venustas” significa que a intervenção deve ser esteticamente compatível com a estrutura e ambiente originais. No entanto, deve também garantir a permanência da leitura stratigráfica anterior à intervenção e a legibilidade stratigráfica da própria intervenção. Compatibilidade estética ou “Venustas” significa que a intervenção deve ser esteticamente compatível com a estrutura e ambiente originais. No entanto, deve também garantir a permanência da leitura stratigráfica anterior à intervenção e a legibilidade stratigráfica da própria intervenção.

Como legislação incidente na área, para qualquer projeto no Forte Piratininga, deve ser observado ainda, a Portaria de Entorno do Convento da Penha e o Plano Diretor Municipal de Vila Velha, considerando que aquela edificação se encontra inserida no Sítio Histórico da Prainha.

Até o presente momento, desconhecemos a análise do Iphan sobre a intervenção proposta no imóvel no que tange à interferência na visibilidade e na ambiência do bem tombado, Outeiro e Convento de Nossa Senhora da Penha; bem como, desconhecemos a apresentação da referida proposta ao Conselho de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Vila Velha e seu parecer – caso tenha sido apresentado.

Não obstante, é salutar ainda dizer que o projeto deve ser apresentado ainda ao Corpo de Bombeiros, para que os usuários tenham segurança ao utilizar o espaço proposto ou teremos uma tragédia anunciada.

Para tudo isso, é preciso que haja projeto e não apenas uma proposta com imagens de “como ficará” o forte após a intervenção. Projeto com Registro de Responsabilidade Técnica (CAU) e

Assinatura de Responsabilidade Técnica (CREA) dos profissionais autores dos projetos arquitetônico e complementares.

A inexistência de um projeto que siga as orientações do ICOFORT ICOMOS para o bem militar, coloca este bem em risco. Uma fortificação que sempre nos protegeu dos inimigos externos, agora corre o risco de desaparecer e cabe a nós nos manifestarmos contra essa imperícia.

É importante salientar que, antes de mais nada, uma proposta para um bem de tamanha importância para o patrimônio cultural brasileiro não pode ser analisada apenas por imagens disponibilizadas pela internet. É necessário que seus responsáveis técnicos qualificados apresentem o projeto nos órgãos competentes para a devida análise.

Mas como, infelizmente, todo o conhecimento que temos da proposta se dá através de imagens divulgadas através das mídias sociais que mostram uma estrutura metálica engastada na parede externa do bem e com pilares sustentando o seu balanço,³ traremos uma breve demonstração, por imagens, de como essa intervenção afeta visualmente o patrimônio – uma vez que não temos o projeto para analisar as interferências na estrutura física e nem mesmo um diagnóstico para vislumbrar os possíveis danos ao patrimônio arqueológico.

Na primeira imagem já é nítido como a estrutura proposta secciona a compreensão do edifício como um todo, alterando a imagem consolidada do bem. Além disso, o elemento proposto muda a escala da edificação, achatando a muralha dos canhões, projetando-se sobre ela e impondo-se sobre ela, destacando-se e concorrendo visualmente com a mesma. Este novo elemento atrai o olhar do espectador para si e coloca em pano de fundo o mais importante elemento de um forte: sua muralha com seus canhões.

3 Cf. <https://www.instagram.com/tv/CfZ5DVTNNti/>



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3

A estrutura é ainda toda engastada na parede da fachada do forte. Mas, aguentaria esse edifício de três séculos, o peso desta nova estrutura chumbada nas suas paredes e no seu piso?



Imagem 4

Aqui temos novamente a estrutura concorrendo visualmente com a muralha dos canhões e pessoas olhando para o horizonte, sem perceber a importância do que está sob seus pés...



Imagem 5

Nesta imagem, temos a intervenção vista do terrapleno (nome técnico do pátio do forte) e mais uma vez vemos como a estrutura proposta se sobrepõe visualmente sobre a edificação, concorrendo com ela, seccionando-a, mudando a sua escala.

Para além da visibilidade, podemos citar como riscos dessa intervenção:

1. perda do material construtivo;
2. alteração da tipologia arquitetônica com modificações de vãos, cômodos etc.;
3. perda de vestígios arqueológicos relevantes que demonstrem a evolução da construção ao longo dos séculos;
4. comprometimento da estrutura (fundação, muralhas e paredes);
5. risco de morte aos usuários – uma vez que o projeto não foi analisado pelo Corpo de Bombeiros e, assim, não temos garantias que aquela estrutura é segura para os futuros usuários do forte.

A inexistência de um projeto, por si só, já deveria impossibilitar o início das obras, mas, infelizmente, receia-se que isto não inviabilize a mesma. E, conforme podemos demonstrar, apenas por estas imagens, a presente proposta de intervenção não atende à tríade Vitruviana: “Firmitas, Utilitas et Venustas”, ou seja: não há estudos que nos assegurem a compatibilidade mecânica entre os materiais – o que poderia comprometer a estrutura, e nem mesmo a intervenção é a de menor impacto possível; os elementos característicos da fortificação do ponto de vista do seu desenho funcional original e do traçado defensivo das suas vias e acessos – bem como seu entendimento – serão visualmente impactados pela presença da estrutura e sua leitura não será mais possível em sua plenitude; e a intervenção não é esteticamente compatível com a estrutura e ambiente originais e não garante a permanência da leitura estratigráfica anterior à intervenção e a legibilidade estratigráfica da própria intervenção.

Ressalta-se que também não há o *Diagnóstico do Estado de Conservação do Forte de Piratininga* que fundamentaria o *Projeto Executivo de Estrutura* do Forte de Piratininga. Logo, o peso da estrutura metálica proposta poderá alterar ou comprometer de forma irreparável o **solo** onde está construído o forte, bem como, seu sistema construtivo, formado em parte por alvenaria de pedras, notadamente, a muralha, com mais de 300 anos. Neste sentido, há risco de comprometimento das fundações do recinto militar, assim como, das demais edificações do entorno imediato nas instalações do 38 B.I.

1. *Visando garantir que o forte seja preservado para esta e para as futuras gerações, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, recomenda que:*
2. *Seja contratada uma equipe multidisciplinar com capacitação comprovada para desenvolver o projeto de intervenção do forte, de acordo com os preceitos do ICOFORT ICOMOS;*
3. *Os profissionais apresentem registro de responsabilidade técnica do projeto proposto;*
4. *Que o projeto seja apresentado aos órgãos competentes, para análise, parecer e aprovação – se assim couber; incluindo o Iphan, Prefeitura Municipal de Vila Velha, Corpo de Bombeiros e outros;*
5. *Que o projeto seja amplamente debatido com a sociedade, notadamente, com os moradores do Sítio Histórico da Prainha em Audiência Pública.*

Destacamos que é do interesse de todos e do IAB, como organização civil, a restauração de bens imóveis de valor histórico bem como sua utilização pela sociedade. Mas é preciso que, para isso, seja realizado um projeto adequado para o bem, com o respeito que a memória do mesmo – que sempre nos protegeu – merece.

Na oportunidade, o IAB se coloca à disposição da sociedade para acompanhar o desenvolvimento de uma proposta coerente

com as especificidades do Forte São Francisco Xavier, afim de garantir sua proteção e preservação.

Parte II

Cardenhas de Santo António de Vale de Poldros, Portugal: entre a arquitectura megalítica e a arquitectura vernácula em granito

Manuel C. Teixeira

A arquitectura vernácula tem as suas origens em formas arquitectónicas arcaicas, iniciadas à milhares de anos, muitas vezes para outros fins, cuja evolução pode ser rastreada ao longo dos tempos. As cardenhas de Santo António de Vale de Poldros – construções de pedra das serras do norte de Portugal – são o elo de ligação entre as construções megalíticas, de tempos remotos, e as casas rurais minhotas, mais recentes. Assim se demonstrando que a arquitectura primitiva não é um tema distinto da história da arquitectura, estagnada no passado e objecto de estudo arqueológico, mas que há linhas de continuidade e de evolução entre a arquitectura primitiva e tipologias arquitectónicas do presente.

A arquitectura tradicional ou vernácula em Portugal tem sido abordada ao longo do tempo por autores de diferentes áreas disciplinares, com diferentes enfoques e objectivos. De entre os primeiros autores que se dedicaram a este tema refiram-se Amorim Girão e Orlando Ribeiro, da Geografia, Raul Lino e Paulino Montez, da Arquitectura.

Amorim Girão, na sua *Geografia de Portugal*, de 1941, dedica um capítulo à casa popular, vista nas suas relações com a geografia. Para este autor, a primeira influência do meio nas formas de habitação deriva da própria natureza dos materiais de construção empregues; a segunda influência deriva do clima, o qual prevalece muitas vezes sobre a primeira. Estas relações são sempre mais visíveis na casa rural, habitada pelos que se empregam no amanho da terra, a qual “está sempre mais integrada no ambiente que a rodeia”.¹ Da vasta bibliografia de Orlando Ribeiro, destacamos a sua obra *Geografia e Civilização: Temas Portuguesas*, de 1961, onde é reafirmada a relação da arquitectura popular com o meio físico e a influência que os materiais de construção têm na gestação de diferentes formas arquitectónicas.

Os arquitectos desde cedo se preocuparam com as questões da arquitectura popular. Raul Lino dedica-se a este tema em vários dos seus livros, nomeadamente *A Nossa Casa*, de 1918, e *Casas Portuguesas*, de 1933. Raul Lino defende a existência de uma arquitectura genuinamente portuguesa, que para ele reside na proporção: “É a proporção, a base de toda a arquitectura. Proporção, linha, volume, cor, eis os elementos de que o arquitecto dispõe em primeiro lugar. O episódico, o ornato, o pequeno motivo, são coisas secundárias”.² E citando Blondel: “A satisfação que nos é dado sentir diante do que é belo na Arte depende da observância de regra e medida; o nosso agrado ressalta só da proporção”.³ Raul Lino enfatiza que “não é com motivos acessórios, enfeites, rodriguices, que a acasa se faz”.⁴

Paulino Montez, no seu livro *História da Arquitectura Primitiva em Portugal*, de 1943, caracteriza a arquitectura como expressão da cultura afirmando:

Costumes, crenças e instituições, conhecimentos científicos, literários e artísticos de um povo, de um país ou de uma época, tudo se imprime na arquitectura, com tanto maior relevo e

1 Amorim Girão. *Geografia de Portugal*. Porto: 1941, p. 249.

2 Raul Lino. *Casas Portuguesas*. Lisboa: 2001, p. 60-61.

3 *Ibidem*, p. 110.

4 *Ibidem*, p. 69.

nitidez, quanto mais original for o carácter da civilização que ela resume e apresenta.⁵

A arquitectura popular é encarada como a expressão arquitectónica que melhor corresponde às condições materiais existentes, e também aquela que melhor traduz a especificidade cultural da sociedade.

A partir de meados do século passado assiste-se a um renovado interesse pela arquitectura popular. O *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*, promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, e realizado na década de 50, que deu origem ao livro *Arquitectura Popular em Portugal* publicado em 1961, é uma das principais referências desse período. Na introdução ao *Inquérito* contrapõe-se a arquitectura popular à erudita, caracterizando aquela como um arquitectura em que “assumem particular importância a correlação estrita com as condições naturais da região, o seu radical utilitarismo, a rusticidade e a permanência”.⁶ A obra veio despertar a atenção de uma nova geração de arquitectos para a arquitectura popular, tornando-se uma obra de referência e sendo-lhe atribuído um papel importante no desenvolvimento da arquitectura portuguesa da segunda metade do século XX. Dos arquitectos envolvidos no *Inquérito*, Fernando Távora foi aquele que melhor conseguiu desenvolver uma arquitectura contemporânea enraizada na cultura arquitectónica tradicional, evidenciando em vários dos seus projectos um diálogo permanente entre a arquitectura erudita e popular.

A abordagem cientificamente mais consistente da arquitectura popular em Portugal foi no entanto levada a cabo por etnólogos e antropólogos, de que se destacam Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, e realizados no Centro de Estudos de Etnologia, criado em 1947. Desde o início que a habitação tradicional portuguesa constituiu um dos principais temas de estudo dos investigadores

5 Paulino Montez. *História da Arquitectura Primitiva em Portugal*. Lisboa: 1943, p. 13.

6 Sindicato Nacional dos Arquitectos. *Arquitectura Popular em Portugal*, v. 1. Lisboa: 1961, p x.

deste Centro. São destes autores as obras *Construções Primitivas em Portugal*, de 1969, e a *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, de 1992, colectânea de textos publicados anteriormente.

Nas *Construções Primitivas em Portugal* os autores debruçam-se sobre

as formas mais simples, morfologicamente elementares e cronologicamente primárias, de construções existentes em Portugal, que aproveitam fundamentalmente os materiais locais, tais como eles se apresentam na natureza, ou, quando muito, com qualquer ligeiro afeiçoamento, segundo sistemas ou processo mais ou menos elaborados, mas de tipo arcaico e alheios a conceitos propriamente tecnicistas.⁷

Nos textos que compõem a *Arquitectura Tradicional Portuguesa* são analisadas diferentes tipologias de arquitectura popular de várias partes do país, caracterizadas através dos seus elementos compositivos, organização em planta e o estudo detalhado de diferentes componentes da casa, bem como através dos seus pormenores construtivos, materiais e técnicas edificatórias. A arquitectura popular é entendida, em cada tempo e em cada local, como expressão dos modos de vida, das condições ambientais e dos materiais disponíveis para a construção, nela se reflectindo igualmente os numerosos condicionamentos económicos, sociais, históricos e culturais das populações que a constroem e habitam. Segundo os autores, é uma arquitectura feita com materiais locais, trabalhados com uma grande economia de meios e colocados em obra com técnicas que foram sendo aperfeiçoadas e utilizadas ao longo de gerações.

A utilização das mesmas técnicas e dos mesmos sistemas construtivos e a racionalidade desta arquitectura conduziram ao desenvolvimento de soluções similares em zonas com idênticas características. As construções adquirem um carácter e uma textura específicas de cada região e integram-se na paisagem circundante, parecendo fundir-se com ela. Podemos caracterizar a arquitectura popular como uma arquitectura integrada no seu

⁷ Ernesto Veiga de Oliveira; Fernando Galhano; Benjamin Pereira. *Construções Primitivas em Portugal*. Lisboa: 1994, p. 7.

ambiente físico e cultural, respondendo de perto às necessidades funcionais e às possibilidades materiais e técnicas dos seus utilizadores e construtores.

Na arquitectura popular não há lugar à adopção de soluções gratuitas, prevalecendo a racionalidade, a austeridade na utilização de recursos e a adaptação ao meio, que levam à adopção de soluções tipo que no entanto nunca se repetem, antes respondem em cada caso a situações e necessidades concretas, criando-se um diálogo entre unidade e diversidade extremamente rico. A utilização de materiais locais reduz o custo da sua utilização, traduz-se numa maior integração material, cromática e textural na natureza envolvente e assegura um melhor desempenho do ponto de vista ambiental. A qualidade da construção, baseada num sólido conhecimento dos materiais e das técnicas tradicionais, garante a solidez, a nobreza e a sobriedade das soluções arquitectónicas e contribui para o sentido de estabilidade e de permanência desta arquitectura.

Apesar da aparente imutabilidade da arquitectura vernácula – e todos os autores referidos tendem a ter esta visão – no tempo longo da história a arquitectura popular evolui, ajustando-se às necessidades a que tem de dar resposta em cada momento, aos novos modos de vida dos seus habitantes, às mudanças climáticas que vão ocorrendo, ao desenvolvimento das técnicas construtivas, e aos recursos disponíveis. A arquitectura vernácula tem as suas origens em formas arquitectónicas arcaicas, iniciadas à milhares de anos, que foram evoluindo e cuja evolução pode ser rastreada ao longo dos tempos. É isso que se pode observar em Santo António de Vale de Poldros.

Santo António de Vale de Poldros é um povoado de montanha situado no extremo norte de Portugal, na serra da Peneda, a uma altitude de 1100 metros, orientado a sul, sobranceiro ao vale do rio Vez. Aí se encontram ainda hoje construções – as cardenhas – cuja origem remonta à cultura megalítica que nos permitem entender a génese destes abrigos primitivos de pedra, como também a evolução que conduziu, a partir deles, à casa rural tradicional do Minho.

As cardenhas de Vale de Poldros são construções com um carácter primitivo, com paredes em pedra seca ou junta seca, com um aparelho de granito irregular e uma cobertura igualmente de pedra, no sistema de falsa cúpula. A planta das cardenhas era originalmente redonda, tendo posteriormente adoptado uma forma quadrangular, existindo cardenhas de um único piso e de dois pisos, com diferentes tamanhos. Nas cardenhas de um único piso, mais primitivas, abrigavam-se pessoas e animais, separados de forma precária, sendo estas mais tarde dedicadas exclusivamente ao abrigo de animais. Nas cardenhas de dois pisos existia já uma separação funcional: no piso de cima vivam as pessoas enquanto no piso inferior se abrigava o gado.



Figura 1: Cardenhas de Santo António de Vale de Poldros de um piso.



Figura 2: Cardenhas de Santo António de Vale de Poldros de dois pisos.

Em registos conventuais dos séculos XII e XIII Vale de Poldros é referida como aldeia, o que significa que era uma povoação habitada permanentemente ou segundo um regime de ocupação sazonal. A população vivia então a maior parte do ano em Vale de Poldros, descendo para uma cota mais baixa durante

os meses de Inverno, pois quando a neve cobria as montanhas era necessário mandar o gado para terrenos mais abrigados. Alguns séculos mais tarde, este padrão alterou-se e a população passou a residir mais tempo a uma altitude mais baixa, só se mudando para a montanha nos meses de Verão, quando os gados necessitavam de prados mais frescos.

Razões para esta transformação foram várias, ocorridas ao longo dos séculos: o arrefecimento climático ocorrido a partir de finais do XIII, que tornou mais agreste o viver na montanha, a peste negra em meados do século XIV, cujas consequências se fizeram sentir durante bastante tempo e a introdução da cultura do milho nos séculos XVI-XVII, que exigia para o seu cultivo as condições climáticas existentes a mais baixa altitude.

As temperaturas durante o chamado Ótimo Climático Medieval, que vai aproximadamente do ano 1000 a 1300, foram bastante mais elevadas do que no período que se seguiu. Este acentuado arrefecimento terá tido influência no povoamento de montanha, obrigando as populações a descer e a estabelecer-se, pelo menos no Inverno, em terras mais baixas e mais quentes, com um clima mais favorável, só se deslocando para a montanha no Verão. A peste negra, que chegou a Portugal no Verão de 1348, terá também contribuído para este movimento, causando um elevado número de mortos, que se estima em cerca de dois terços da população. Vale de Poldros, a par de outras povoações de montanha, foram particularmente afectadas, dado o clima dessas zonas favorecer a propagação da peste, levando as populações a abandoná-las como locais de habitação permanente. Finalmente, a introdução da cultura do milho, a partir do século XVI, e a grande produtividade deste novo cereal levou as populações a cultivá-lo intensamente e a deslocar-se para terrenos mais baixos, pois a cultura de regadio do milho não se adequa à altitude.

O desenvolvimento de povoações nas encostas da serra, não se traduziu num total abandono de Santo António de Vale de Poldros, tendo havido antes uma recomposição no sistema de exploração do território. A principal actividade agrícola a partir

de então – o cultivo do milho – passou a estar ligada à nova aldeia, enquanto a pastorícia e as primitivas culturas se continuaram a relacionar com os antigos aglomerados serranos. As cardenhas continuaram a ser utilizadas para esta ocupação temporária e, conforme se foram arruinando foram sendo substituídas por outras idênticas. A razão por que não se encontram no local os restos de anteriores construções é porque, como acontece habitualmente, as suas pedras foram utilizadas nas novas edificações.

As cardenhas, que hoje apresentam um carácter rude, em resultado da sua antiguidade e degradação, eram ao tempo da sua edificação cuidadas construções em pedra, incorporando conhecimentos estruturais aperfeiçoados que se apercebem tanto na construção das suas paredes e da falsa cúpula como noutros detalhes. O que pode parecer por vezes simples acastelamentos de pedras são estruturas coerentes, construídas com técnica e rigor.



Figura 3: O rigor construtivos das cardenhas. A falsa cúpula.

As cardenhas são o resultado das condições ambientais e dos factores geomorfológicos que determinaram o tipo de materiais disponíveis localmente para construção, bem como o resultado de factores históricos, sociais, económicos, culturais e tecnológicos que determinaram a sua arquitectura. O solo de

Santo António de Vale de Poldros é de natureza granítica, com afloramentos de gnaiss, rocha xistosa de textura cristalina com composição mineralógica idêntica à do granito. Estas duas rochas, aproveitadas tal como aparecem na natureza ou cortadas em blocos de diferentes tamanhos, foram os materiais utilizados para a construção das cardenhas.

A permanência das cardenhas ao longo dos tempos é justificada pelo mesmo tipo de factores que levaram à sua construção, sendo de realçar ainda factores de natureza antropológica. Como diz Robert Kaplan “*Les montagnes constituent une force conservatrice apte à protéger les cultures indigènes des idéologies modernisatrices agressives qui, trop souvent, frappent les plaines*”.⁸ As zonas de montanha são tradicionalmente mais conservadoras, nelas se observando uma muito maior permanência de formas, o que explica também a sobrevivência das cardenhas.

Podemos situar a origem remota da cultura construtiva das cardenhas na civilização megalítica, que em Portugal se situa entre o IV e o II milénio a.C. Esta civilização corresponde à ocupação do território por sociedades nómadas ou semi-nómadas de caçadores-recolectores, e ao início das actividades agro-pastoris. Para a sua habitação, estas comunidades aproveitavam abrigos naturais graníticos ou construam abrigos com materiais vegetais perecíveis.

Pelo contrário, construções megalíticas, de menires, alinhamentos, dolmens e mamoa, cumpriam a função de sacralizar e demarcar territórios, definindo os seus limites. O seu carácter religioso, muitas delas monumentos tumulares ligadas ao culto dos antepassados, e a procura de permanência para estas construções justificava a sua construção em pedra, mais sólida e perene. A sua localização em pontos singulares e de grande visibilidade, como as portelas ou os caminhos de cumeada, reforçava a sua natureza simbólica.

8 Robert D. Kaplan. *La Revanche de la Géographie*. Paris: 2012, p. 14.

A partir do II milénio a.C., este panorama altera-se. Embora a recolção e a caça continuem a assumir um papel significativo, há um cada vez maior desenvolvimento da agricultura e da pastorícia, que obrigam a uma crescente sedentarização. Tendo por base estas construções megalíticas, desenvolveram-se tecnologias construtivas que, quando as populações se sedentarizaram, passaram a ser utilizadas também na construção de abrigos e habitações permanentes. A pedra dessacralizou-se, passando a ter igualmente fins profanos. As construções inteiramente em pedra que encontramos em povoados de montanhas, como as cardenhas de Vale de Poldros, tiveram esta origem. É nestas construções que encontramos algumas das mais profundas raízes da arquitectura rural do Minho.

Para Jorge Dias, estas construções em falsa cúpula contam-se “entre as formas mais arcaicas de construção, e relacionam-se com as habitações primitivas o género humano”,⁹ e para Veiga de Oliveira, algumas destas construções mostram mesmo “uma estrutura dolménica”.¹⁰ Segundo Vergílio Correia, entre nós o sistema de cobertura de falsa cúpula pode certamente filiar-se “numa remotíssima tradição popular que alcança os tempos pré-históricos e os monumentos do fim do Neolítico em Portugal”.¹¹

O sistema de construção em falsa cúpula aparece-nos já no IV milénio a.C. na cultura mesopotâmica e mais tarde nas culturas mediterrânicas, nomeadamente nos *tholoi micénicos*, de cerca de 1.500 anos a.C., os quais apresentam características construtivas idênticas às cardenhas. Muitas construções da cultura megalítica caracterizam-se pela sua verticalidade, com grandes pedras colocadas ao alto cobertas por grandes lajes. Alguns túmulos, no entanto, adoptaram um sistema construtivo idêntico ao das cardenhas e dos *tholoi micénicos*, nos quais as paredes eram construídas através de sucessivas fiadas de pedra sobrepostas

⁹ Ernesto Veiga de Oliveira; Fernando Galhano; Benjamin Pereira. *Construções Primitivas em Portugal...* Op. cit., p. 21-22.

¹⁰ *Ibidem*, p. 22.

¹¹ *Ibidem*, p. 185.

e a cobertura era em falsa cúpula, sendo o todo coberto de terra. Embora se trate de construções com funções e naturezas distintas, há uma coincidência nos modos de construção que nos leva a afirmar que as cardenhas radicam directamente na cultura megalítica.

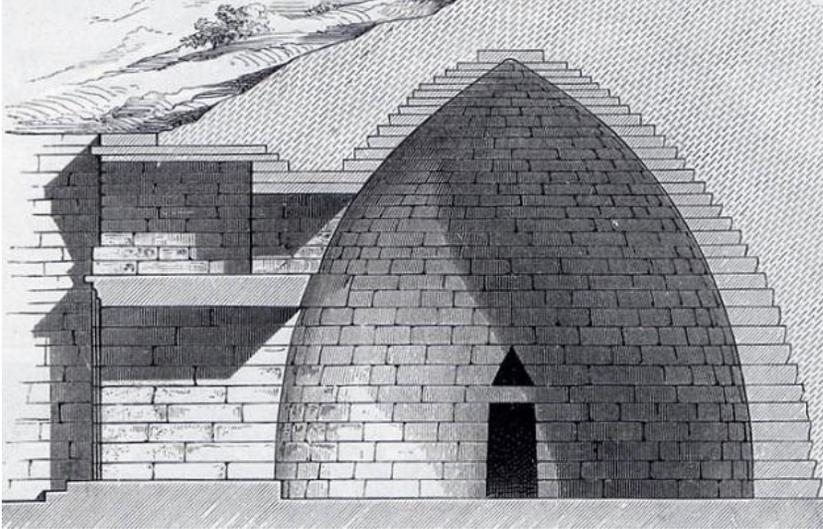


Figura 4: Tholos Micénico.

As cardenhas de um único piso, que se destinavam exclusivamente ao abrigo de animais, têm apenas uma entrada e implantam-se em terrenos planos. As cardenhas de dois pisos, que se destinavam ao abrigo de animais no piso térreo e das pessoas no piso superior, têm entradas independentes para cada um dos pisos e podem implantar-se ou em terrenos em declive ou em terrenos planos. As cardenhas implantadas em terreno inclinado correspondem a uma tipologia mais antiga, em que o acesso a cada um dos pisos é feito através de fachadas distintas, sempre de nível com o terreno. O segundo caso, de cardenhas implantadas em terreno plano, é uma tipologia mais recente, na qual as entradas para os dois pisos são situadas na mesma fachada, e o acesso ao piso de cima se faz através de uma escada de pedra exterior, adossada ou perpendicular à fachada.

A maior parte das cardenhas é de planta quadrangular, encontrando-se apenas alguns exemplos, arruinados, com a planta redonda. Essa seria, no entanto, a planta original das cardenhas, dada a maior facilidade de construção de formas redondas relativamente a formas ortogonais e a sua maior resistência estrutural. A evolução para formas quadrangulares veio colocar problemas construtivos mais complexos. Entre eles, a passagem do perímetro quadrado da planta, ao perímetro redondo da falsa cúpula, e o travamento das paredes nos cunhais. Se o primeiro problema foi eficazmente solucionado, no que se refere ao cunhais encontram-se cardenhas em que os conhecimentos estruturais necessários a esta nova geometria não estavam ainda plenamente desenvolvidos e as paredes não estão adequadamente travadas nos cantos.

As dimensões variavam bastante. Nas cardenhas de dois pisos, as maiores atingem 4.40 metros de lado e uma altura de 5.40 metros no seu ponto mais alto; as mais pequenas podem ter apenas 2.00 metros de lado, com todas as outras dimensões correspondentemente menores. Algumas cardenhas implantam-se isoladas, com acesso directo ao espaço público. Noutros casos, estavam associadas a um pátio exterior, ou quinteiro, sendo comum nestas situações encontrarmos associada a uma cardenha de maior dimensão outras cardenhas mais pequenas, dedicadas exclusivamente ao abrigo do gado.

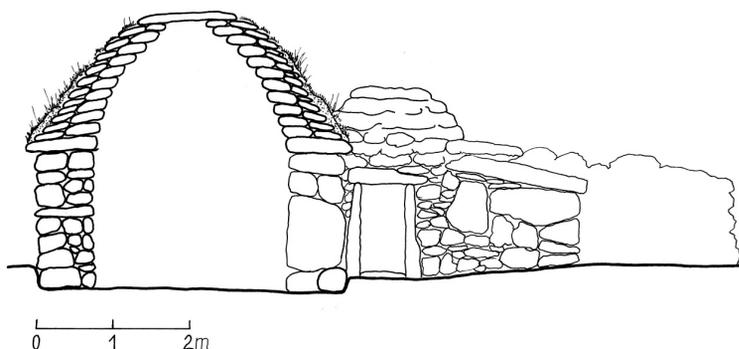


Figura 5: Corte de cardenha de um único piso.

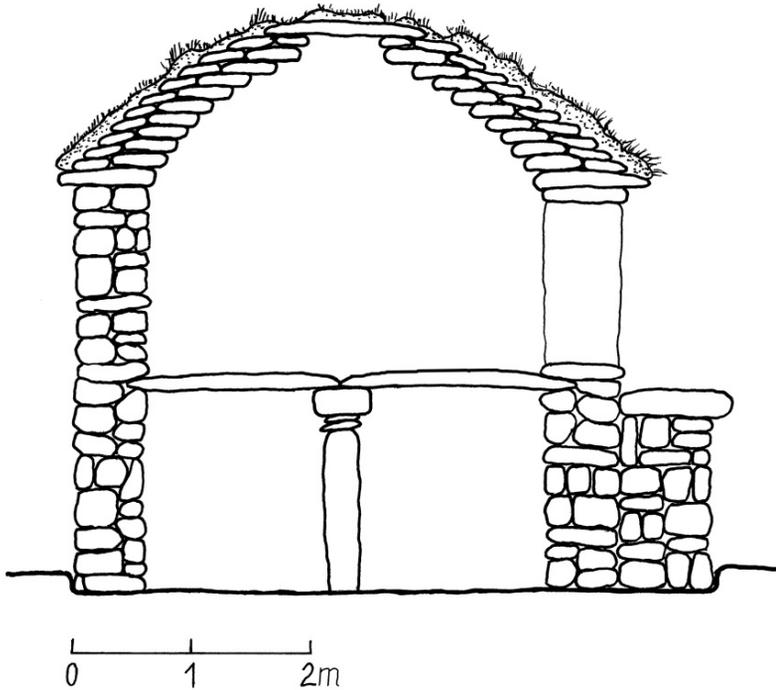


Figura 6: Corte de cardenha de dois pisos.

Para além das entradas, não existem janelas ou quaisquer outras aberturas, excepto uma laje um pouco levantada no topo da falsa cúpula, para escoamento do fumo e entrada de alguma luz. O interior é inevitavelmente escuro. Cada piso reduz-se um único espaço, sem qualquer compartimentação, em que a única afectação funcional, no piso destinado a habitação, é o espaço da lareira, adossada a um canto na parede da entrada ou na parede oposta à entrada, e junto da qual se dormia. Completam o equipamento do interior das cardenhas um ou dois nichos para utensílios, perto da lareira, e por vezes bancos, que se situam igualmente perto do fogo, na parede perpendicular à entrada.

Tanto as paredes como a cobertura das cardenhas são construídas em junta seca, sem qualquer tipo de argamassa, sendo os materiais utilizados o granito e o gnaiss, materiais locais adequados às condições ambientais. As paredes são geralmente construídas com blocos irregulares, utilizando-se pedras de diferentes tamanhos e texturas. As paredes são duplas, compostas por dois muros de

pedra unidos por juntoiras – pedras colocadas transversalmente que articulavam solidamente os dois muros. A espessura total das paredes, nas cardenhas mais antigas, varia entre os 75 e os 90 centímetros. As faces exterior e interior das paredes são diferentes no que respeita à sua estrutura e à dimensão dos elementos que a compõem. A exterior é constituída por blocos graníticos por vezes de grandes dimensões, enquanto a parede interior é geralmente constituída por pedras mais pequenas, com uma função estrutural mais reduzida. O preenchimento das juntas das paredes era feito através de torrões de terra e pequenas pedras. Geralmente, nos espaços das cardenhas destinados aos animais, os blocos são mais rudes e menos uniformes, enquanto no piso destinado a habitação as pedras são mais regulares e mais bem aparelhadas.

A construção de paredes de junta seca obedece a regras precisas, necessárias para assegurar a sua estabilidade e durabilidade. Entram em consideração as propriedades do material, o tamanho, a forma e o posicionamento dos blocos, bem como a orientação dos veios da pedra. Na maior parte dos blocos que constituem o corpo das paredes, os veios da pedra dispõem-se horizontalmente ao plano das paredes, enquanto nas juntoiras, que ligavam a parede exterior e a parede interior, estes veios dispõem-se perpendicularmente, reforçando a sua função estrutural. Para se conseguir uma boa ligação entre fiadas, e assegurar a estabilidade da parede, as juntas deviam estar desencontradas, de forma a distribuírem a pressão de cada pedra sobre pelo menos duas pedras da fiada anterior. Por vezes, eram incorporadas na construção afloramentos rochosos, tal como existiam no local ou ligeiramente afeiçoados, que passavam a fazer parte das paredes.

Um momento importante na construção das paredes era a construção dos cunhais. Em cardenhas mais antigas os cunhais eram ainda mal resolvidos, colocando-se por vezes grandes blocos no ângulo das paredes, procurando compensar com a grande massa destes blocos a insuficiência do travamento. Nas cardenhas mais recentes os cunhais já são bem resolvidos, com pedras de maior dimensão imbricando-se alternadamente numa e noutra parede,

evidenciando uma evolução da tecnologia construtiva adequada às formas quadrangulares.

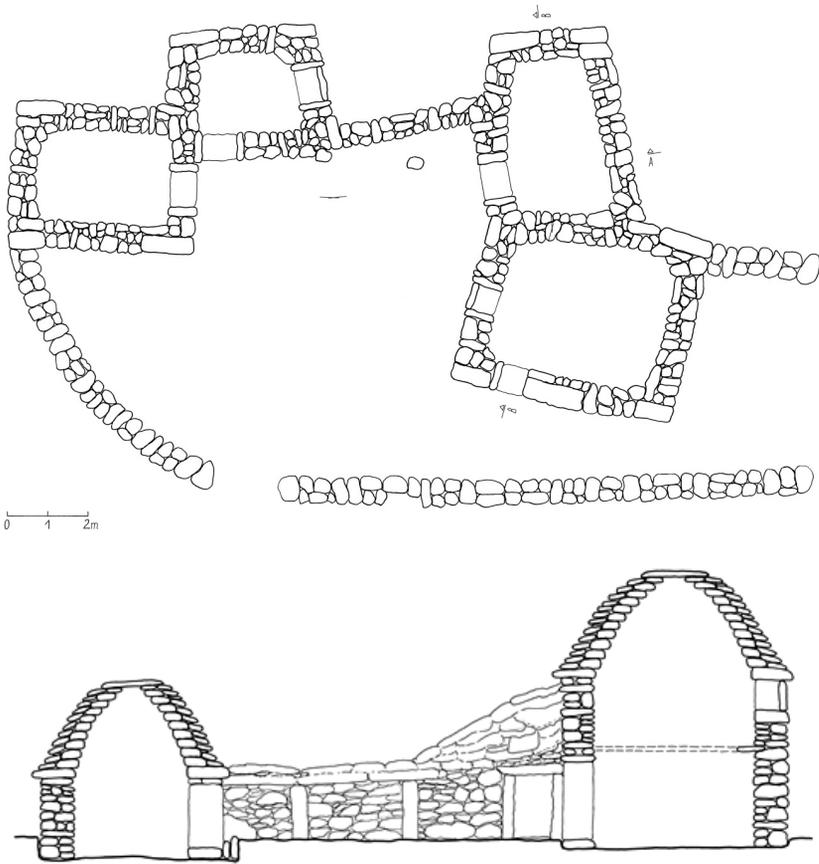


Figura 7: Planta e corte de um conjunto de cardenhas associadas a um quinteiro.

A última etapa na construção das paredes era o capeamento, que consistia numa fiada de pedras mais regulares, maiores e mais largas do que as outras, que cobriam o topo da parede. Este capeamento comprimia as fiadas inferiores das paredes e reforçava a ligação entre as suas duas faces, protegendo-as contra as intempéries, evitando infiltrações, ao mesmo tempo que preparava o assentamento da cobertura, funcionando como imposta da falsa cúpula. O capeamento sobressaía até vinte centímetros do plano da parede, formando uma cornija a toda à volta da cardenha.



Figura 8: Pormenor de capeamento formando cornija.

A cobertura das cardenhas em falsa cúpula é um sistema de construção que resulta da sobreposição de sucessivas camadas de lajes graníticas colocadas em círculo, que vão diminuindo progressivamente de diâmetro, cada uma das camadas avançando sobre a camada anterior, fechando o espaço, até formarem uma pequena abertura no topo, que é encerrada com uma laje. Aparentemente de feitura primitiva, estas construções revelam no entanto um grande saber construtivo, produzindo estruturas capazes de resistir durante séculos, com uma grande espacialidade e grande beleza plástica.

Os volumes geométricos definidos pelas paredes da cardenha e pela cobertura são distintos: um paralelepípedo e uma calota. Isto significa que as falsas cúpulas, com um perímetro redondo, se desenvolvem sobre uma planta quadrada, o que exige a transição de uma forma geométrica a outra. É a partir da imposta que se começa a fazer a transição entre as duas formas geométricas, através da colocação de lintéis em diagonal, nos ângulos das paredes, criando uma base octogonal. A partir desta base octogonal, as seguintes camadas constroem facilmente um perímetro circular até ao topo.



Figura 9: Vista interior de falsa cúpula.



Figura 10: Transição entre a planta quadrada da cardenha e a forma circular da falsa cúpula,

O perfil das falsas cúpulas é uma catenária invertida, que é a forma óptima de um arco. A superfície gerada pela rotação de uma catenária é uma superfície mínima, o que significa que não só é a forma mais económica, representando o menor gasto de material, como é a forma mais estável estruturalmente. Os construtores de falsas cúpulas terão chegado a estas conclusões, de natureza mecânica e matemática, através de um longo processo de tentativa e erro, mas que em Vale de Poldros já seria um saber estabilizado, pois todas as falsas cúpulas que aqui encontramos,

independentemente de serem maiores ou menores, mais ou menos elevadas, correspondem a esta fórmula. A aparente rudeza das cardenhas esconde um saber elaborado, desenvolvido ao longo de séculos até chegar a uma fórmula perfeita. É assim que as relações entre a forma da cúpula, o seu diâmetro e a espessura das paredes de suporte, são idênticas àquelas que iremos encontrar mais tarde em cúpulas renascentistas.

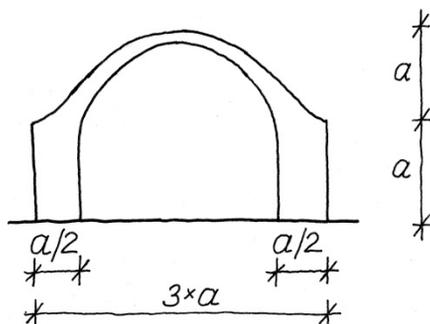


Figura 11: Proporções ideais de cardenha.



Figura 12: Diferentes relações entre espessura das paredes e altura da falsa cúpula.

As pedras utilizadas na construção das paredes têm uma forma e uma dimensão distinta das utilizadas na construção da falsa cúpula, sendo estas menos espessas e mais regulares nas suas dimensões. Enquanto as primeiras se podem caracterizar como blocos, para as segundas a melhor designação é a de lajes. Apesar de existirem ainda variações, há uma maior regularidade na forma e no tamanho dos componentes utilizados nas falsas cúpulas, devido à necessidade de uma maior precisão estrutural na sua construção.

A estabilidade da falsa cúpula está tanto na sua própria geometria e dimensões como nas dimensões das paredes sobre as quais assenta, e lhes dão apoio. O avanço de cada círculo de lajes sobre a camada anterior influi também na estabilidade estrutural, bem como na forma e na percepção da falsa cúpula. As lajes colocadas mais próximas do topo podem avançar mais sobre a fiada anterior do que as colocadas mais abaixo, porque há uma peso menor actuando sobre elas. Se avançarmos mais cada fiada de lajes relativamente à anterior, a falsa cúpula torna-se mais achatada; pelo contrário, se mantivermos um avanço constante, a falsa cúpula torna-se mais alta.

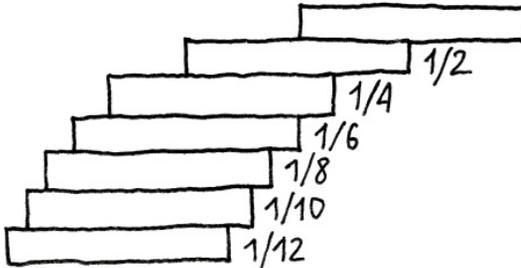


Figura 13: Avanço de cada laje sobre as anteriores na construção da falsa cúpula.

Cada falsa cúpula é de facto constituída por duas camadas, uma interior e outra exterior. A interior tem uma função estrutural, enquanto a exterior tem uma função de cobertura. Esta última é constituída por lajes de menor dimensão e menor espessura, que se apoiam sobre as lajes da cúpula interior, funcionando como contrapeso do avanço de cada fiada, aumentando a estabilidade e a resistência do conjunto e protegendo-a contra os elementos. Estas lajes mais finas, que na prática exercem a função de telhas, ao apoiarem-se sobre as lajes interiores, mais espessas, assumem naturalmente uma inclinação de 15-20º, que facilita o escoamento das águas da chuva. Todo o conjunto era ainda coberto por uma camada de terra, que aumentava o isolamento e a solidez da construção.

O pavimento do piso inferior das cardenhas, destinado aos animais, é sempre em terra ou em rocha viva. Este piso situava-se cerca de 20 ou 30 centímetros abaixo do nível exterior, deixando o espaço necessário para o tojo, que fazia a cama do gado. O pavimento do piso superior era constituído por grandes lajes de pedra, apoiadas numa estrutura de pilares e vigas também de pedra. Um grande pilar de pedra, colocado a meio do piso inferior, servia de suporte a vigas, igualmente em pedra, que nos extremos se encastravam na parede ou assentavam em cachorros. Três ou quatro grandes lajes apoiadas nesta estrutura e que igualmente se encastravam nas paredes constituíam o pavimento superior. Os acertos entre estes vários componentes eram resolvidos pela inserção de pequenas pedras. Sobre o pilar, uma pedra de maiores dimensões fazia as funções de capitel. Estes estruturas integralmente em pedra são impressionantes pelas suas dimensões e pelo saber construtivo que evidenciam. O aparente arcaísmo da solução mostra-nos, de uma forma muito explícita, princípios fundamentais da arquitectura e da engenharia, em que se revela a função exacta de diferentes elementos construtivos e o apurado saber estrutural que está por detrás do posicionamento e do rigoroso dimensionamento das suas diferentes componentes. Em cardenhas mais recentes, o pavimento do piso superior e a sua estrutura de suporte passaram a ser de madeira. Nestas estruturas de madeira não existia um pilar central, e as vigas, geralmente três ou quatro, encastravam-se nas paredes sem apoio central.

As cardenhas de Vale de Poldros constituem o culminar de uma cultura construtiva ancestral que remonta à cultura megalítica. Ao mesmo tempo, estas cardenhas são os últimos exemplos desta técnica construtiva que vinha do princípio da civilização.



Figura 14: Estrutura e pavimento superior em pedra.

A partir daqui as cardenhas evoluíram para outro tipo de construções que se distinguem fundamentalmente delas pelas suas coberturas, que passaram a ser em telhado – inicialmente de colmo, mais tarde substituído por telhas – em vez da falsa cúpula. Foi a possibilidade de construir em madeira as armações dos telhados, de uma forma mais rápida e mais económica que a construção de falsas cúpulas em pedra, que levou ao abandono destas. As falsas cúpulas eram no entanto soluções arquitectónicas muito mais sofisticadas e de maior beleza do que os telhados que as vieram substituir, como ainda hoje qualquer falsa cúpula de cardenha permite atestar.

Com as paredes construídas em junta seca, com blocos de diferentes tamanhos, estas novas construções denotam por vezes poucas diferenças relativamente às cardenhas. Por vezes, seriam antigas cardenhas às quais tenha sido substituída a cobertura em falsa cúpula por uma cobertura em telhado. Outras apresentam uma melhor qualidade construtiva, com um aparelho mais cuidado e uma geometria mais regular, os cunhais resolvidos adequadamente para as suas funções estruturais, as ombreiras das portas ancoradas nas paredes através de silhares e as paredes mais altas.

Nestas novas tipologias construtivas que evoluíram a partir das cardenhas, a maioria continua a ser de planta quadrangular, com um único compartimento por piso, com uma porta no piso térreo e uma porta e por vezes uma janela no sobrado. A entrada para cada um dos pisos situava-se na mesma fachada da casa, sendo o acesso ao piso superior feito através de uma escada exterior em pedra. A sua organização funcional continua a ser a mesma. Em cima, no piso sobradado, viviam as pessoas; a escada exterior dava acesso a uma cozinha através da qual se acedia a um ou dois quartos, divididos por tabiques. No piso inferior guardavam-se os animais em espaços distintos, existindo uma porta para cada uma das cortes. As janelas, sempre no piso superior, são escassas, resumindo-se a uma ou duas, na fachada principal e no alçado posterior, e mais raramente algum postigo nas fachadas laterais. Tanto o pavimento do piso superior como a sua estrutura de suporte são sempre de madeira. A excepção

é a zona da lareira, situada contra uma das paredes laterais, que continua a estar apoiada num maciço de pedra. Os telhados são de duas águas, com cãpeas de pedra num ou nos dois lados conforme os ventos dominantes.

Existem aspectos de pormenor e detalhes construtivos comuns às cardenhas e a estas casas, se bem que alguns pormenores arquitectónicos das cardenhas nos apareçam esbatidas. Assim acontece com a cornija de pedra que marca o limite superior da parede e o início da cobertura, que irá permanecer em todas as fases de evolução das cardenhas, e mais tarde nas casas, sendo um elemento proeminente na composição das fachadas de ambas. Um outropormenor construtivo que surpreendentemente encontramos tanto nas cardenhas como nas casas é o sanqueado que existe tanto nas falsas cúpulas como nos telhados, que é conceptualmente o mesmo, apesar de se tratarem de sistemas construtivos distintos, com diferentes materiais e de a sua formalização, e o modo de atingir este sanqueado, serem distintos.

A identidade que observamos entre as duas tipologias é reveladora da evolução formal que se verificou elas. Analisando uma cardenha e uma casa de dois pisos em Vale de Poldros, observamos que a composição da fachada, a forma em planta, as dimensões, a volumetria, as soluções de acesso e a disposição dos seus vários elementos, bem como alguns detalhes construtivos, são os mesmos, demonstrando o processo evolutivo da cardenha à casa rural minhota. A composição dos respectivos alçados apresenta uma grande identidade: o posicionamento dos vãos na fachada, as suas dimensões e proporções, a relação entre eles e entre eles e a fachada no seu todo, são as mesmas, quer se trate de cardenhas ou de casas.

A arquitectura destas casas de dois pisos, se por um lado radica na tipologia das cardenhas, por outro lado apresenta já em embrião a estrutura da típica casa rural minhota, de planta rectangular, com varanda, que com pequenas variantes se irá disseminar pelos vales e pelas aldeias serranas e irá perdurar até meados do século XX.



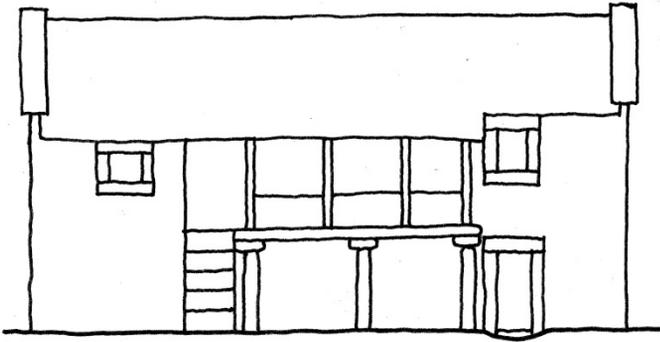
Figura 15: Identidade na composição de alçados de cardenha e de casa.

A partir deste módulo inicial, a casa arural minhota evoluiu para formas mais complexas. À medida que a família cresce e aumentam as necessidades de espaço, a casa amplia-se através da junção de outros compartimentos ao corpo inicial, que se vai expandindo linearmente. A planta, inicialmente de forma quadrada, passa a rectangular e surge a varanda, como solução para dar acesso aos vários espaços da casa. Cada quarto tinha uma entrada independente através da varanda que corria ao longo da fachada. Inicialmente aberta, a varanda virá a ser fechada na maior parte dos casos, transformando-se numa nova divisão, verdadeiramente o centro funcional da casa, ao mesmo tempo espaço de comunicação e espaço de trabalho, participando da vida da casa e do quinteiro.

Estas casas são assim descritas por Veiga de Oliveira:

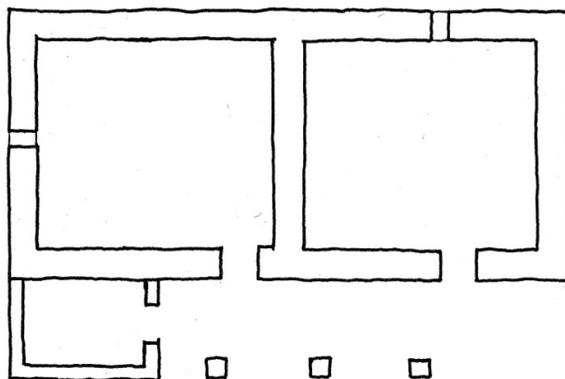
as casas destes povoados, em perpianho de granito, são de planta rectangular, em geral de dois pisos baixos, o andar sobradado para a habitação, compreendendo a cozinha, e o térreo para as cortes de gado e lojas; a sua cobertura é as mais das vezes de duas águas pouco inclinadas, de velha telha caleira ou, nos casos mais rústicos e arcaicos, de colmo, e não raro com cápeas e guarda-ventos [...] uma escada exterior dá acesso a uma varanda também de perpianho, corrida ao longo da fachada, com guarda alta [...] no térreo, ela faz de coberto de arrumos.¹²

Esta tipologia de casa rural com varanda ir-se-á disseminar pelas zonas de vale e pelas encostas das montanhas do Alto Minho, com algumas diferenças de pormenor entre umas e outras, caracterizando fortemente a paisagem rural minhota até à segunda metade do século passado, restando poucas no seu estado original.

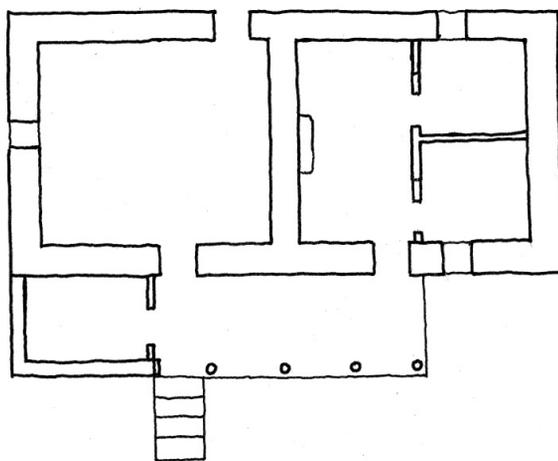


alçado

¹² Ernesto Veiga de Oliveira; Fernando Galhano; Benjamin Pereira. *Construções Primitivas em Portugal...* Op. cit., p. 175.



térreo



sobrado

Figura 16: Alçado e plantas de casa rural tradicional do Minho.







Figura 17: Casa rural tradicional do Minho.

Teorias da restauração italiana e seus reflexos na preservação das edificações paradigmáticas do patrimônio brasileiro¹

Nelson Pôrto Ribeiro

Introdução

Quase que imediatamente após aqueles a quem chamaríamos de os fundadores da disciplina da preservação do patrimônio edificado – J. Ruskin e E. E. Viollet-le-Duc - já havia uma produção teórica em Itália, o país europeu que concentrava o maior número de patrimônio cultural edificado a ser preservado, que possibilitasse uma espécie de pensamento majoritário para que este se cristalizasse em 1882 em diretivas no contexto da atuação e da regulamentação da Direção Geral das Antiguidades e Belas Artes.

Essa repartição do governo italiano era, a essa altura, dirigida pelo arqueólogo Giuseppe Fiorelli que havia trabalhado nas escavações de Pompeia e essas diretivas, conhecidas a partir de então como ‘restauro filológico’, podem ser sintetizadas na forma abaixo:

¹ Meus agradecimentos usuais ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que desde 2005 vem ininterruptamente apoiando as minhas pesquisas. Agradeço também ao Pesquisador José Simões B. Pessoa pelas contribuições dadas através de interlocuções amigáveis sobre o assunto.

O essencial é que qualquer trabalho de restauração deve basear-se em uma pesquisa e estudo minucioso da edificação, em sua construção e em todas as modificações que ocorreram; e que uma avaliação crítica de todas as partes do edifício deve fornecer a base para um julgamento de o que é importante como história ou como arte e, mais, o que deve ser conservado, e o que deve ser removido sem danos ao monumento. O objetivo era, além disso, entender o que tinha sido o 'estado normal' da construção original, e qual era seu 'estado atual' no momento presente e, em seguida, suprimir essa diferença, 'Reativando e mantendo, tanto quanto possível, o estado normal em tudo o que precisa ser conservado'. A restauração de partes formais perdidas ou danificadas era aceito desde que evidências claras da forma original existissem, ou - mesmo - se isso era justificado pela necessidade de estabilidade estrutural. Se adições posteriores não fossem importantes do ponto de vista histórico ou artístico, sua demolição poderia ser justificada; reconstruções deveriam, no entanto, ser mantidas ao mínimo, e a principal atenção seria dada à conservação do original.²

É possível identificar na essência dessas diretivas que elas tiveram forte influência da teoria de Camillo Boito, o teórico de maior envergadura na geração imediatamente após a geração de Ruskin e Viollet-le-Duc.

Contudo, apesar da reflexão já existente e a rigor consagrada, quando em 1902 um importante monumento numa das praças mais significativas da Itália - o campanário da Praça de São Marcos em Veneza - ruiu, foi em seguida substituído por uma edificação idêntica (fig. 01).

Luca Beltrami, o arquiteto responsável pela restauração do campanário, defendia um 'restauro histórico' onde podia e devia acontecer, quando necessário, um grande volume de reconstrução, baseado em documentos existentes ou no próprio monumento. De acordo com este autor - que restaurou também, entre outros, o Castelo Sforza - a restauração não deveria se basear na imaginação, mas em dados concretos do próprio monumento.

² JOKILEHTO, Jukka. *A History of Architectural Conservation: The Contribution of English, French, German and Italian Thought towards an International Approach to the Conservation of Cultural Property*. York: University of York, 1986, p. 335, tradução nossa.

Ele insistia que era essencial para bons resultados sempre *'saber como encontrar o caminho a adotar a partir do estudo do monumento'*, isto significaria uma pesquisa arqueológica e histórica completa na própria edificação, bem como estudos de documentos e outras estruturas arquitetônicas análogas. De acordo com Jokilehto, parece que apenas no final de sua vida pôde Beltrami aceitar a história com suas *'imperfeições'* como um valor em si, *'durante toda a sua vida, deu prioridade à aparência arquitetônica, e sua restauração sempre foi sem nenhuma ênfase ou distinção entre o que era original e o que era moderno'*.³ De alguma forma Beltrami deu continuidade a uma linha mais próxima das reconstruções de Viollet-le-Duc.

Fig. 01. Abaixo, os escombros do campanário na Praça de São Marcos em 1902 (acervo particular). À direita, o campanário reconstruído em seguida (Wikimedia Commons).



Figura 1

Curiosamente, apesar de Beltrami ser um nome secundário na disciplina da restauração do início do século XX, e de ter sido contemporâneo e/ou sucedido por autores de renome como Gustavo Giovanonni que formulou o *'restauro científico'* e de Benedetto Croce com seu *'restauro crítico'*, posições teóricas de muito maior repercussão e que inclusive influenciaram a formulação de documentos patrimoniais de valor universal como a Carta de Atenas e a Carta de Veneza,⁴ a posição de Beltrami,

3 JOKILEHTO, Jukka. *A History of Architectural Conservation...* Op. cit., p. 344.

4 CARTA DE ATENAS. Sociedade das Nações. 1931; CARTA DE VENEZA.

ainda que subrepticiamente, acabou por predominar e ter grande replicabilidade nas obras de restauro da primeira metade do século XX. Talvez porque Beltrami fosse o único que conseguisse através de uma abordagem menos retórica, atender as aspirações da sociedade de recuperar o passado perdido das suas cidades, fosse por ato bélico-destrutivo fosse pela incúria dos administradores da urbe ou pela sanha da especulação imobiliária.

Posteriormente, a adoção de reconstruções, muitas vezes de ‘reconstrução total’, foram oficialmente aceitas mas apenas no contexto da reconstrução de monumentos destruídos em um cenário bélico: a Declaração de Dresden, adotada pelo ICOMOS em 1982, reconhece a *‘validade espiritual e simbólica da reconstrução de sítios culturais destruídos em consequência de tempos de guerra’*. A Declaração, exatamente como na proposição de Beltrami, pressupõe a existência de documentação fidedigna para tanto: fotografias, maquetes, levantamentos cadastrais etc. Ela vem a reboque - tal como se estivesse validando - as grandes reconstruções que se efetivaram na Europa após a II Grande Guerra tais como a reconstrução do Mercado da cidade velha de Varsóvia (1948-1953), a reconstrução da Frauenkirche em Dresden (1992-2000) e mais recentemente a reconstrução do Palácio Imperial de Berlim (2019).

O IPHAN e a escola italiana de restauro

Apesar de ter sido fundado em 1937, o contato dos técnicos do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) - o pessoal mais qualificado da área da restauração no país, sobretudo na segunda metade do século XX quando os cursos de especialização em restauro ainda não tinham se consolidado no Brasil - é relativamente tardio com a teoria da escola italiana.

Alguns aspectos contribuíram para tanto; o primeiro diz respeito ao fato de que uma literatura técnica sobre o assunto inexistia no país a época. Tanto a Revista do IPHAN - a mais

Sociedade das Nações. 1964.

importante publicação teórica do campo do Patrimônio e durante muito tempo a única existente no país - não publicava artigos sobre a teoria e a prática do Restauro nas suas primeiras décadas de existência, focando apenas em artigos da área da Antropologia Cultural e da História da Arte e da Arquitetura - como também o mercado editorial brasileiro só recentemente começou a publicar livros específicos sobre o tema; só como exemplo, a *Teoria da Restauração* de Cesare Brandi só foi traduzida para o português em 2004. Evidentemente isso dificultou o acesso dos profissionais do IPHAN assim como dos profissionais de arquitetura em geral aos textos clássicos dos teóricos italianos, os quais, na segunda metade do século XX, tinham que ser importados.

A situação modifica-se quando em 1959 a UNESCO estabelece em Roma o *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM), que a partir de 1965 assume a direção do Curso de Restauração da Universidade de Arquitetura de Roma, “La Sapienza”, internacionalizando-o de forma a garantir que, a cada turma, houvesse um número significativo de profissionais estrangeiros indicados pelos Serviços de ‘proteção ao patrimônio’ de seus países de origem.⁵

Uma segunda geração de arquitetos do IPHAN toma contato de uma forma mais estreita com as teorias da escola italiana de restauro a partir do final da década de 60 - seja um contato direto porque fazem o curso em Roma, seja porque têm acesso ao material didático-científico trazido por seus colegas.

Significativo também para esta atualização profissional é o curso de *Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos*, realizado pela primeira vez em São Paulo em 1974. Organizado pelo Iphan e pela USP, estes cursos, a princípio anuais e rotativos - tiveram edições na UFMG e na UFPE - depois fixaram-se na UFBA, dando origem ao CECRE, hoje, mestrado profissional de renome.

5 JOKILEHTO, Jukka. *A History of Architectural Conservation...* Op. cit., p. 421.

Essa proximidade dos profissionais do IPHAN com a academia - italiana e posteriormente brasileira - afetou a produção científica e a divulgação no país a respeito da teoria e da prática do restauro, o que pode ser verificado através da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, o periódico brasileiro de referência na área do Patrimônio. Ao longo da década de 60, apenas três números dessa Revista vieram à luz assim como em toda a década de 70 apenas um, todos estes quatro volumes contendo somente artigos no campo dos conhecimentos já mencionados anteriormente. Após um novo período de interrupção, a Revista volta em 'novo formato e novas características editoriais' na década de 80,⁶ tendo como novidade a presença de artigos técnicos de restauração de monumentos; o n. 19 traz um artigo de Fernando Machado Leal sobre a consolidação das ruínas de São Miguel das Missões, e o n° 20 traz um dossiê bastante completo sobre a restauração do Paço Imperial na Praça XV. A partir de então, com a pretensão de editar dois números por ano - o que não foi alcançado - a Revista volta com mais persistência e começa a preencher uma lacuna no cenário dos estudos da restauração de monumentos.

Alguns aspectos de restaurações paradigmáticas do IPHAN

As primeiras restaurações daquela geração de técnicos intitulado como pertencentes à fase heroica, foram bastante controvertidas.

A título de ilustração poderíamos começar citando a restauração da casa sede e capela do sítio Santo Antônio em São Paulo, acontecida de 1940 a 47, que teve situação bastante controversa pois encontrou praticamente em ruínas as edificações e que através de demolições constrangedoramente acriteriosas - como a demolição da Casa do Barão - e reconstruções ousadas e imaginativas que não hesitaram em utilizar maciçamente o concreto armado intervindo e colocando em risco técnicas

6 Revista do Patrimônio n. 19, p. 3, 1984.

originais frágeis como a da arquitetura de terra, e embora, a época, os estudos de compatibilidade dos materiais antigos com os novos ainda não estivessem avançados, já existiam evidências claras - inclusive pela carta de Atenas de 1931⁷ - de que o concreto deveria ser usado com cautela quando de restaurações. De acordo com Gonçalves, as soluções adotadas *'apontam para a inexistência de um projeto de restauro propriamente dito, onde estariam previamente definidas as questões de ordem conceitual'*.⁸



Fig. 02. Sítio Santo Antônio em São Roque – SP. (Wikimedia Commons)

Figura 2

A intervenção do sítio Santo Antônio é paradigmática do modo como os modernistas - a época direcionando ideologicamente a instituição - viam a arquitetura colonial, anacronicamente idealizada sob os conceitos que embasavam o próprio modernismo; funcionalidade, honestidade na utilização da matéria prima, recusa de ornatos e composição em esquema de prismas simples. O resultado final é uma 'releitura modernista' da arquitetura rural paulista do século XVII.

7 Ainda que a Carta de uma forma geral aprove a utilização nas restaurações de técnicas modernas, inclusive a do concreto armado, fica evidente a necessidade de uma parcimônia nesta utilização a partir da abstenção dos membros da conferência em aprovarem as ações de M. Balanos no *'emprego do cimento como revestimento dos tambores de substituição'* das colunatas.

8 GONÇALVES, Cristiane Souza. *Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007, P. 118.

Já em 1970, quando da restauração da Sé de Olinda, a rigor o contato do corpo técnico do IPHAN com a teoria da Escola italiana de restauro era muito recente, como verificamos anteriormente, o que talvez explique que muito pouco desta teoria parece ter sido integrada no projeto, ou, ao menos, como veremos, da teoria propriamente mais atualizada.

O edifício, tal como chegou ao final do século XIX tinha as feições coloniais próprias do século anterior, ou seja, tinha incorporado ao longo de sua trajetória as curvas do barroco que tinham sido adicionadas ao estilo chão do maneirismo - frontão com curva e contracurva. Em 1911, contudo, seguindo a tendência geral no país, a fachada da igreja recebeu uma roupagem neogótica que manteve as envasaduras principais (portas), acrescentou novas, assim como uma sineira na torre inacabada da direita tendo sido arrematadas ambas as sineiras com pináculos neogóticos – outros ornatos de menor importância foram acrescentados. Em 1930 a igreja recebeu outra reforma, ainda dentro do espectro do ecletismo, e que a revestiu de trajes neobarrocos.

Quando da restauração na década de 70 em nenhum momento se pensou na manutenção da edificação eclética que havia chegado aos nossos dias, a época, essa idéia era inconcebível para o IPHAN, mas ela já estava muito clara dentro da teoria do *'restauro crítico'* vigente nos cursos do ICCROM na qual *'o único momento legítimo para a restauração é o presente'*.

A princípio, o nível da discussão teórica e do consenso que havia no seio da corporação do IPHAN quando da restauração da Sé de Olinda parece ser a do restauro filológico de 1882: *"entender o que tinha sido o 'estado normal' da construção original, e qual era seu 'estado atual' no momento presente e, em seguida, suprimir essa diferença"*. Essa foi a diretiva inicial adotada. O *'estado normal'* eleito para a edificação, foi o da fotografia do final do século XIX - a igreja barroca-colonial. No projeto de restauro de autoria de José Luiz da Mota Menezes, professor adjunto da Universidade Federal de Pernambuco, a torre da direita seria inclusive parcialmente demolida perdendo a sineira eclética.



Fig. 03. A Sé de Olinda em três momentos. No sentido horário a partir da ilustração superior: colonial c. 1870; neogótica depois de 1911; neobarroca depois de 1930 (Acervo particular).

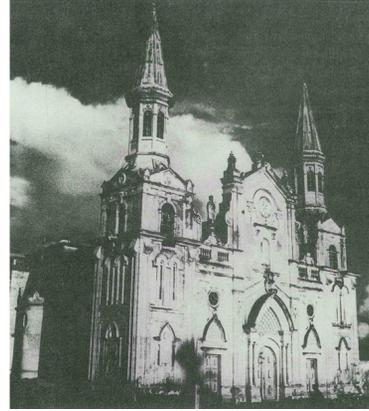


Figura 3

Fig. 04. José Luiz Mota Menezes. Proposta de restauro para a fachada principal da Sé de Olinda (1973). Proposta que estava para ser adotada pelo IPHAN e que escolhia como 'estado normal' da edificação a foto de 1870 (in: Cabral).

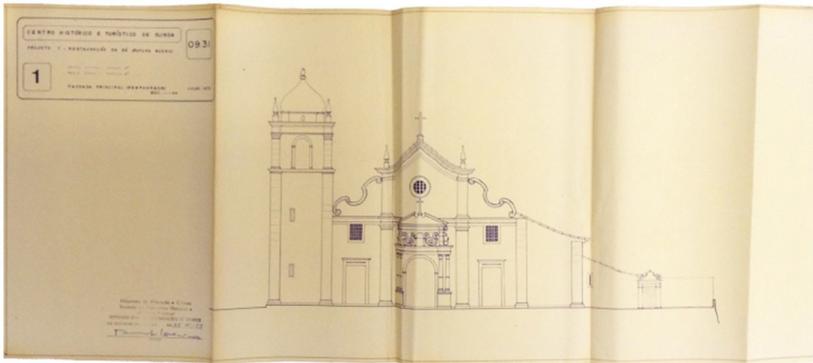


Figura 4

Entretanto, sem nenhuma explicação, o IPHAN, seguido pela Fundarpe acaba abandonando esse projeto e adotando uma solução idealizada – não referendada em nenhuma documentação – e na qual, segundo Cabral, optou-se por *'concretizar na restauração um paradigma de igreja luso-brasileira minuciosamente montado através de inúmeros modelos do período, de mesmo partido: igreja matriz de três naves'*.⁹

9 CABRAL, Renata. Entre destruições, achados e invenção: a restauração da Sé de

Fig. 05. A Sé de Olinda depois da restauração da década de 70 (Wikimedia Commons)



Figura 5

Com a restauração da Sé de Olinda, mais uma vez acaba predominando uma posição ideológica claramente ancorada em uma concepção anacrônica e idealizada da arquitetura do passado colonial.

Numa conjuntura bastante distinta acontece a restauração do Paço Imperial no Rio de Janeiro na década de 80.

A essa época, a discussão e a penetração das ideias gerais da escola ‘crociana’ - mais bem sintetizada na Teoria de Brandi designada como ‘restauro crítico’ (1963) - e que veio a influenciar fortemente a formulação da Carta de Veneza de 1964 já devia ser amplamente conhecida pelo corpo técnico do IPHAN.¹⁰ Para Brandi:

A restauração consistiria, no método da definição de uma obra de arte na sua consistência material, na sua estética e em seus

Olinda no âmbito do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste *Anais do museu paulista*, v. 24, n. 1, 2016.

10 JOKILEHTO, Jukka. *A History of Architectural Conservation... Op. cit.*, p. 413.

valores históricos, com o objetivo de repassá-la para o futuro. (...) O tempo histórico, em relação a qualquer obra de arte, é visto por Brandi em três aspectos distintos; o período de criação, o momento do final do primeiro período até o presente, e o atual momento de percepção da obra de arte em nossa consciência. A restauração não pode ser concebível durante o período anterior a conclusão da formação da obra de arte, porque isto pressuporia a reversibilidade do tempo e resultaria em fantasia. Não poderia ser concebida também no segundo período, porque isso cancelaria uma parte da história do objeto. Portanto o único momento legítimo para a restauração é o presente: isto inclui também a conservação da pátina do tempo, causada pelas intempéries e resultando em alteração dos materiais, que são inevitáveis e irreversíveis. A remoção de adições posteriores deve ser sempre considerada como uma exceção.¹¹

Apesar das evidências factuais da existência de contato com esta teoria, da premissa de uma geração mais a par com as exigências da carta do ICOMOS - publicada pela Revista do IAB ainda em 64 - como nos relata Paulo Ormino:

Uma segunda geração do Sphan, da qual fazia parte o autor destas linhas, cobrava do órgão uma orientação unificada, um corpo de doutrina e não apenas o casuísmo firmado nos pareceres, alguns notáveis, de Lucio Costa, Renato Soeiro, Alcides da Rocha Miranda e José de Souza Reis, do Sphan - Nacional.¹²

Novamente no 'projeto de restauro' do IPHAN, a alteração neocolonial do final da década de 1920 sequer foi examinada como sendo uma contribuição válida de um período histórico importante.

De acordo com Campello - coordenador do projeto de restauro - havia duas opções: *preservar* (mantendo como estava) ou *restaurar* (escolhendo um momento do passado) e, '*preservar, aí, seria privilegiar uma única intervenção. E não era aquela justamente a mais enganosa?*'.¹³ Sendo que este argumento evidentemente

11 *Ibidem*, p. 418, tradução nossa.

12 AZEVEDO, Paulo Ormino de. De Veneza com carinho: o impacto da carta primacial do ICOMOS na Bahia. *Carta de Veneza: Revista comemorativa*. ICOMOS, Comitê brasileiro, 1989.

13 CAMPELLO, Glauco. A restauração do Paço: revendo 240 anos de

é uma falácia já que a intervenção neocolonial não suprimiu o edifício barroco e a *restauração* realizada suprimiu a intervenção do ecletismo. E assim, sendo o neocolonial descartado como um acréscimo bastardo e *enganoso*, a ser removido junto com todo um pavimento do edifício, o 'estado normal' eleito para a edificação foi aquele da '*volumetria correspondente ao período colonial*'.¹⁴

Fig. 06. Abaixo a volumetria do edifício do Paço da forma como chegou até a década de 1980 (in Campello). À esquerda, como o edifício se apresenta nos dias atuais após sua restauração (Wikimedia Commons).



Figura 6

A recusa em aceitar 'o presente' do edifício era a própria recusa do ecletismo como uma fase válida na arquitetura brasileira, posição advinda de uma sub valoração que ainda prevalecia a época, em especial através do contágio com uma atitude fortemente preconceituosa e militante das hostes modernistas que faziam uma campanha inclemente contra a cidade e a arquitetura do ecletismo, apoiando inclusive a destruição de monumentos significativos da história nacional tal como o Pátio do Colégio em São Paulo (1953) e, imediatamente na década anterior à restauração do Paço, a demolição do Palácio Monroe no Rio de Janeiro (1976).

Impregnado dessa concepção ideológica o IPHAN só viria a tombar monumentos ecléticos na década de 70 - mas ainda de uma forma muito tímida - tendo sido os primeiros, quatro

transformações. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 20, p. 143, 1984.

14 *Ibidem*.

edificações da antiga Avenida Central no Rio de Janeiro. Ainda que aparentemente o primeiro prédio eclético tombado pelo IPHAN tenha sido o Palácio Guanabara, inscrito no Livro das Belas Artes e no Livro Histórico em 1938, é importante lembrar que é um prédio que na sua origem é neoclássico. Mesmo o Teatro Amazonas em Manaus, tombado em 1966, só foi inscrito no Livro Histórico. Em 1973 na Avenida Rio Branco foram tombados os seguintes prédios nos Livros Histórico e das Belas Artes: Biblioteca Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Teatro Municipal e prédio da Caixa de Amortização. Mas é a década de 80 que vai ver o benefício do tombamento ser estendido a um número maior de prédios do ecletismo. O ressentimento, ou o preconceito, contudo, permanecia. Veja-se o caso do demolido Monroe em 1976, que é bem emblemático deste clima paradoxal que se vivia na época em que se começava a aceitar o ecletismo:

Renato Soeiro, diretor do IPHAN faz também declarações no jornal O Globo, posicionando-se favorável à demolição do Palácio Monroe, afirmando que a ideia de demolir nasceu dentro do próprio Conselho Consultivo do IPHAN, quando em 1972 foram estudados os tombamentos de alguns prédios da Avenida Rio Branco (Avenida Central) (...) Na tramitação do processo, o conceituado arquiteto Lúcio Costa deu parecer favorável à demolição do Palácio Monroe, esclarecendo que o ecletismo acadêmico não deveria ser considerado como parte integrante à linha legítima da evolução arquitetônica, nem mesmo como parte da história da arte, mas como um hiato da história.¹⁵

Até a historiografia da História da Arquitetura brasileira respaldou a supressão do ecletismo. Um livro importante e fundador como *Brazil Builds; architecture new and old (1652-1942)*, um catálogo editado em 1943 no contexto de uma exposição no MOMA de Nova York que pretendia apresentar ao mundo a arquitetura brasileira, exibe apenas prédios coloniais, neoclássicos e modernos - nenhum prédio eclético aparece na compilação¹⁶ - é

15 FRIDMAN, Sergio A. *Palácio Monroe: da construção à demolição*. Rio de Janeiro: SA Fridman, 2011, p. 43.

16 A rigor a obra menciona a existência de uma arquitetura residencial de caráter neocolonial, mas que vem finalizada com a seguinte frase estabelecadora de juízo:

como se o ecletismo não existisse, sendo que a época as principais obras urbanísticas no Brasil eram uma cidade eclética e outra *art-decô* - Belo Horizonte e Goiânia - assim como a capital do país era um verdadeiro canteiro de obras do ecletismo com as construções dos grandes prédios ministeriais que tinham sido iniciados com a República Nova (com exceção do prédio do MEC, que se faz presente na coletânea como fundador da modernidade).

O historicismo só vai ser reavaliado pela historiografia na década de 80; tendo contribuído para tanto obras como *Arquitetura contemporânea no Brasil* (1981) de Yves Bruand e *Ecletismo na arquitetura brasileira* (1987) organizado por Anna Teresa Fabris. Mesmo Paulo F. Santos, um teórico reconhecidamente defensor do ecletismo, até então só tinha escrito obras sobre o barroco e o maneirismo, e a sua obra que valoriza e dá espaço ao ecletismo carioca - *Quatro séculos de arquitetura* - só veio à luz também na década de 80¹⁷.

Cerca de 20 anos depois da restauração do Paço, o pessoal técnico do IPHAN tem uma atuação distinta parecendo já ter incorporado a teoria do 'restauro crítico' e aceitando o momento eclético do monumento, como válido para ser preservado.

Quando da restauração da Igreja do Carmo na Praça XV, antiga Matriz da cidade do Rio de Janeiro e Antiga Capela Real, a situação deste templo religioso era em tudo similar à da Sé de Olinda antes da restauração: uma igreja colonial de características maneiristas que havia chegado ao século XX com poucas modificações e que, adquire, em 1911, fachadas ecléticas de características neobarrocas.

Já em 2001 foram feitas obras emergenciais para a restauração do frontispício e consolidação da fachada lateral, sob minha responsabilidade e da empresa Ópera Prima Arquitetura

'Felizmente há agora gente audaciosa que ama as casas mais de acordo com os seus hábitos próprios e necessidades modernas'. Cf. GOODWIN, Philip L. Brazil Builds: architecture new and old (1652-1942). New York: The Museum of Modern Art, 1943, p. 100..

17 Embora as palestras que tenham dado origem ao livro terem sido pronunciadas na época do 4º Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, em 1965.

e Restauro Ltda, e que introduziram obras de maior envergadura feitas em seguida, com o objetivo de preparar a igreja para as festividades em 2008 da comemoração dos 200 anos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil. Dessa vez a diretiva da restauração adotou como o ‘momento legítimo’ o do presente, e a igreja foi restaurada mantendo-se os seus adereços ecléticos e ignorando-se a fachada colonial registrada por fotografias do final do século XIX.

Fig. 07. A igreja do Carmo, antiga Sé, abaixo no seu aspecto colonial e à esquerda em uma foto de A. Malta, depois da sua reforma neobarroca em 1912 (Acervo particular).



Figura 7

Conclusão

O propósito deste artigo não foi o de fazer uma *Introdução à história da restauração no Brasil* mesmo porque no momento nos faltaria a segurança de uma pesquisa mais ampla. Tivemos a possibilidade apenas de pinçar algumas poucas, mas paradigmáticas das restaurações do IPHAN - para ilações mais complexas seria necessário um exame de um espectro maior de obras - nem por isso deixamos de pretender aqui dar uma contribuição ainda que pequena e problematizadora.

Em suma, pudemos observar que embora a segunda geração de arquitetos que atuaram na Instituição tenham começado a ter um contato mais estreito com a teoria da Escola italiana de restauro

através dos cursos do ICCROM a partir do final da década de 60, vinte anos depois, na década de 80, os princípios reconhecidos dessa Escola ainda não eram aplicados em importantes restaurações capitaneadas por esta Instituição.

As duas primeiras intervenções analisadas, acontecidas durante a ‘fase heroica’ da Instituição, tiveram soluções muito distantes de tudo o que propugnava a teoria coeva italiana: foram intervenções que implementaram na aparência das edificações restauradas uma concepção estética anacrônica e idealizada da arquitetura do passado colonial.

A terceira das intervenções, não tão ancorada nesse idealismo, por outro lado não se viu menos impregnada de ideologia na sua tentativa frustrada de apagar todo um período da História da arquitetura brasileira conhecido como ecletismo (neocolonial).

Por fim, na última das intervenções examinadas, vemos a Instituição reconhecer o ecletismo como um período importante para a historiografia da arquitetura brasileira assim como receptiva à teoria da Escola italiana do restauro e aceitando o ‘momento presente’ do monumento, como o momento a ser restaurado.

Referências

AZEVEDO, Paulo Ormino de. De Veneza com carinho: o impacto da carta primacial do ICOMOS na Bahia. *Carta de Veneza: Revista comemorativa*. ICOMOS, Comitê brasileiro, 1989.

CABRAL, Renata. Entre destruições, achados e invenção: a restauração da Sé de Olinda no âmbito do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste *Anais do museu paulista*, v. 24, n. 1, 2016.

CAMPELLO, Glauco. A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 20, 1984.

CARTA DE ATENAS. Sociedade das Nações. 1931.

CARTA DE VENEZA. Sociedade das Nações. 1964.

FRIDMAN, Sergio A. *Palácio Monroe: da construção à demolição*. Rio de Janeiro: SA Fridman, 2011.

GOODWIN, Philip L. *Brazil Builds: architecture new and old (1652-1942)*. New York: The Museum of Modern Art, 1943..

JOKILEHTO, Jukka. *A History of Architectural Conservation: The Contribution of English, French, German and Italian Thought towards an International Approach to the Conservation of Cultural Property*. York: University of York, 1986.

Revista do Patrimônio n. 19, p. 3, 1984.

Diálogos consonantes: o Grande Hotel de Oscar Niemeyer e o cenário urbano barroco da cidade de Ouro Preto

Juliana Cardoso Nery

Rodrigo Espinha Baeta

Uma das assertivas mais frequentes no campo da preservação do patrimônio edificado e urbano de interesse cultural, especialmente no que tange à questão da inserção de objetos arquitetônicos recentes em sítios históricos consolidados, é a premissa da incompatibilidade que a arquitetura do Movimento Moderno possuiria em relação à paisagem urbana preexistente; frente à unidade figurativa dos centros históricos pré-modernos; em sua continuidade com a massa edificada antiga. Os edifícios resultantes de programas arquitetônicos atrelados ao Movimento Moderno não seriam capazes de suscitar uma convivência harmônica com a preexistência histórica devido, especialmente, ao princípio basilar de ruptura com os padrões ancestrais de composição arquitetônica – sejam eles estabelecidos pela arquitetura erudita (vinculados à então Cultura Acadêmica, ao Historicismo, ao Eclétismo); sejam perpetuados pela edilícia popular (as construções ordinárias que habitam prioritariamente os conjuntos urbanos consolidados). Pelo contrário, a arquitetura moderna – notadamente aquela concebida segundo as matrizes

racionalistas e/ou funcionalistas – geraria ocasiões de graves fraturas que dilacerariam os núcleos históricos.

Contudo, ao se analisar a produção arquitetônica de Oscar Niemeyer imersa em conjuntos históricos preservados, o juízo crítico da relação de continuidade e de adequação das obras do mais célebre arquiteto brasileiro com as preexistências urbanas pode ser bem diverso da premissa da incompatibilidade entre os organismos modernos e antigos. Particularmente, sua obra executada nas décadas de 1930 a 1950 no território das Minas Gerais, mesmo ao não propor uma relação de subserviência em relação às preexistências históricas, contribui firmemente para a exaltação das qualidades arquitetônicas e paisagísticas desses cenários urbanos.

Assim, na estrutura urbana colonial complexa e dramática revelada na eloquente paisagem de Ouro Preto, a inserção da obra modernista do Grande Hotel estabelece relações arquitetônicas que superam a mera simbiose do novo em sua interconexão com o tecido urbano antigo (de fato, difícil de conquistar com autênticos exemplares do Movimento Moderno) – mas também não decreta o indesejável confronto e a trágica ruptura entre a arquitetura moderna e a paisagem urbana preexistente.

Por ser uma obra muito precoce, cujo primeiro projeto remonta ao ano de 1937, mas também por trazer soluções inovadoras, além de ser o primeiro (e único) edifício modernista de vulto a ser inserido no âmago da mais celebrada cidade histórica brasileira – declarada Monumento Nacional em 1933 –, o Grande Hotel de Ouro Preto tem sido fruto, ao longo de décadas, de diversas pesquisas que o incluem como referência essencial na história da arquitetura moderna no Brasil, além de ter conquistado avaliações críticas consistentes.

Comumente, os juízos escritos sobre o hotel buscam relatar os intricados acontecimentos e debates travados no âmbito do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – especialmente a influência de Lúcio Costa para as alterações concebidas por Oscar Niemeyer em seu projeto original em prol

de uma melhor adaptação ao sítio urbano de Ouro Preto;¹ ou então se fundamentam em uma análise, por vezes pormenorizada, das características arquitetônicas do edifício, notadamente no que se refere ao seu caráter inovador. As interpretações críticas mais densas sobre a sua relação com o contexto delicado da cidade de Ouro Preto são escassas, frequentemente baseadas no apontamento de uma pretensa continuidade tipológica, espacial, compositiva, volumétrica em relação à massa edificada remanescente. Poucos autores compreenderam que o hotel poderia ter uma conformação e uma implantação corruptoras frente ao contexto circundante – como foi o caso de Hugo Segawa:

O Grande Hotel era um projeto com dificuldades peculiares: tratava-se de um edifício novo, de grande porte, a ser inserido no setecentista tecido urbano preservado da capital do ciclo de exploração de ouro na então província das Minas Gerais. Tratava-se do primeiro desafio dessa natureza enfrentado pelo órgão que, por princípio, deveria ser o guardião da paisagem tradicional da cidade, uma das mais homogêneas que restaram no Brasil. [...] O projeto de Niemeyer resultou numa obra cujo volume e lançamento na topografia eram destoantes na paisagem.²

A difícil tarefa de implantar uma estrutura relativamente grande no sítio urbano preservado levaria o SPHAN a estudar e a elaborar várias propostas. Ao todo, quatro projetos foram desenvolvidos:

O primeiro, elaborado por Carlos Leão – então funcionário do SPHAN –, data de novembro de 1937. Era em uma solução com pátio interno e três pavimentos, abertos em janelas de arco abatido e coberto por telhado de duas águas. De feição neocolonial, portanto. Fora já determinado o terreno à Rua das Flores, onde o edifício acabaria por ser construído; o segundo, elaborado por Oscar Niemeyer entre 1938 e 1939, era um bloco elevado sobre pilotis coberto por laje plana impermeabilizada e gramada; o terceiro era uma variação do segundo com telhado cerâmico de duas águas com galbo, em lugar da laje impermeabilizada, o qual cobria também as varandas dos quartos, originalmente

1 Cf. COMAS, Carlos Eduardo. O passado mora ao lado. Lúcio Costa e o projeto do Grande Hotel de Ouro Preto, 1938/40. *Arquitextos*, n. 122, 2010.

2 SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil. 1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 96.

descobertas; o quarto projeto, também em feição neocolonial, era uma proposta de adaptação e ampliação de um edifício em outro terreno, na esquina das ruas Paraná e Tiradentes.³

O Diretor do SPHAN, Rodrigo Mello Franco de Andrade, acabaria apoiando a construção do primeiro projeto de Oscar Niemeyer (elaborado ainda na década de 1930) após a defesa apresentada por Lucio Costa – então Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos do SPHAN – na famosa carta escrita, provavelmente, no início de 1939.⁴ A mensagem que Lúcio Costa queria passar ao Diretor do SPHAN demonstra um juízo avançado sobre a necessidade da arquitetura moderna se apresentar honestamente em uma cidade histórica, sem contrafações ou imitações – uma recusa definitiva ao projeto de Carlos Leão:

Sei, por experiência própria, que a reprodução do estilo das casas de Ouro Preto só é possível, hoje em dia, à custa de muito artifício. Admitindo-se que o caso especial dessa cidade justificasse, excepcionalmente, a adoção de tais processos, teríamos, depois de concluída a obra, ou uma imitação perfeita, e o turista desprevenido correria o risco de, à primeira vista, tomar por um dos principais monumentos da cidade uma contrafação, ou então, fracassada a tentativa, teríamos um arremedo “neocolonial” sem nada de comum com o verdadeiro espírito das velhas construções.

Ora, o projeto do O.N.S. tem pelo menos duas coisas de comum com elas: beleza e verdade. Composto de maneira clara, direta, sem compromissos, resolve com uma técnica atualíssima e da melhor forma possível, um problema atual, como os construtores de Ouro Preto resolveram da melhor maneira então possível, os seus próprios problemas.⁵

O amparo de Lúcio Costa ao projeto de Niemeyer não coaduna com nenhum dos juízos cunhados, 17 anos depois, por Cesare Brandi, no polémico artigo *Processo all'architettura moderna*.⁶

3 MACEDO, Danilo Matoso. *Da matéria à invenção. As obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais 1938-1955*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008, p. 127.

4 COMAS, Carlos Eduardo. *O passado mora ao lado... Op. cit.*

5 COSTA *apud* MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto. Uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 109, 1987.

6 BRANDI, Cesare. *Arcadio o della scultura. Eliante o dell'architettura*. Torino:

O crítico italiano afirmava a categórica incompatibilidade da arquitetura moderna com a continuidade arquitetônica das cidades antigas. Os arquitetos modernos, tanto de matriz racionalista como de filiação orgânica, teriam perdido a capacidade de projetar motivados pelo método ideal da perspectiva. Segundo Brandi, através da busca constante de reduzir o espaço visível ao plano da pirâmide óptica, os grandes mestres do Renascimento, do Maneirismo, do Barroco – e mesmo aqueles arquitetos vinculados ao Neoclassicismo ou ao Historicismo do século XIX – procurariam enquadrar, coerentemente, os novos objetos arquitetônicos às fugas perspectivas da cidade, corrigindo, inclusive, as imprecisões e falhas da massa edificada. A arquitetura a ser incluída nas cidades preexistentes poderia se acomodar ao encaminhamento oferecido pelas paredes de fachadas alinhadas e contíguas, típicas dos núcleos anteriores ao século XX – ou então servir como enquadramento de fugas perspectivas oriundas do tecido urbano preexistente, estratégias alcançadas nos mais diversos níveis de complexidade. Em outra direção, o arquiteto também poderia trazer monumentos antigos a novos planos perspectivos, sempre no sentido de transformar o espaço urbano em uma experiência artística contínua e unitária.

Mas, a arquitetura moderna, assim como a arte derivada dos principais movimentos de vanguarda da primeira metade do século XX, refutaria terminante o espaço perspectivo no qual teria se fundado a arquitetura do Humanismo a partir da Renascença, e que foi basilar para promover a continuidade harmônica do cenário urbano ao interconectar o novo com o antigo. No contexto do Movimento Moderno o que passaria a contar, para Cesare Brandi, seria o volume autônomo e autossuficiente da nova construção, que se tornaria, conseqüentemente, inconciliável com os confinados e densos cenários urbanos pré-modernos, formados prioritariamente por uma edificação gregária e ininterrupta

Einaudi, 1956a; *Idem*. Processo all'architettura moderna. *L'Architettura Cronache e Storia*, n. 11, p. 356-360, 1956b.

Contestando o juízo sobre a incapacidade da arquitetura moderna em promover uma relação equilibrada com os núcleos urbanos preservados, Roberto Pane dirigiu a Brandi, ainda em 1956, uma resposta no texto *Città antiche ed edilizia nuova*⁷ – fomentando um interessante e inflamado debate.

O arquiteto italiano colocava que a falha principal das hipóteses defendidas por Brandi era tratar o problema das intervenções arquitetônicas modernas em sítios históricos como um questão de arte e de arquitetura, e não como uma problema de edilícia; de simples construção. Ele preconizava que as premissas defendidas pelo crítico italiano estavam fundadas em um juízo equivocado que entendia a arquitetura necessariamente como arte, enquanto o grosso da massa edificada que comporia um centro histórico consolidado seria formado por uma edilícia que não poderia ser enquadrada nessa categoria.

Pane empregaria a expressão “poesia arquitetônica” para se referir aos objetos arquitetônicos que, como grandes obras de arte, marcariam os poucos acontecimentos especiais destacados nos assentamentos preexistentes. Estas obras singulares seriam regidas por um sentido estético que, como a poesia, superaria toda e qualquer diretriz funcional. Já para aquela edilícia que preencheria prioritariamente os tecidos urbanos antigos, e que exprimiria de forma pertinente os valores coletivos e racionais da sociedade, o autor cunharia a expressão “literatura construtiva”:

é de se salientar, na primeira, a faculdade poética no seu abandono ao universal, além de todo limite prático; na segunda, a faculdade literária no propósito que lhe é próprio de não perder nunca de vista a razão que é guia e sustentação à realização prática.⁸

Para além disso, o arquiteto insistiria no fato de que o que mais caracterizaria as cidades antigas não seria a sua escassa “poesia

7 PANE, Andrea. L'inserzione del nuovo nel vecchio. Brandi e il dibattito sull'architettura moderna nei centri storici (1956-64). In.: CANGELOSI, Antonella; VITALE, Maria Rosaria (org.). *Brandi e l'architettura*. Catania: Icosaedro 4, 2006, p. 307-325.

8 *Ibidem*, p. 286.

arquitetônica” – os monumentos de excepcional valor artístico. Em termos percentuais, o tecido urbano das cidades históricas seria muito mais povoado pela edificação popular – a “literatura construtiva” –, formada pelas construções civis e pelos edifícios ordinários que estabeleceriam o valor coletivo que indicaria as marcas da civilização e, conseqüentemente, distinguiriam o ambiente urbano.

Logo, a inserção de edifícios modernos nos centros históricos não deveria pressupor a inclusão de objetos arquitetônicos monumentais que corromperiam os valores ambientais do tecido urbano – o que seria um problema de programa arquitetônico, e não de linguagem ou de espaço perspectivo. Pelo contrário, a convivência positiva do novo com o antigo apontaria para a construção de obras que preservassem o caráter coletivo da paisagem citadina, referindo-se à continuidade da edificação antiga ao respeitar os dados ambientais vinculados à escala e ao volume da grande massa formada pela “literatura construtiva”.

Na carta escrita ao final da década de 1930, Lucio Costa contrariava precocemente as premissas que seriam elaboradas por Brandi ao defender a imersão honesta de uma imponente estrutura moderna no âmago da cidade antiga de Ouro Preto, organismo que se configuraria como uma verdadeira e inovadora obra de arte. Mas também entraria em conflito com os juízos constituídos por Roberto Pane: como argumento para a recusa de uma obra neocolonial e a defesa da inclusão de um edifício claramente modernista no centro urbano da antiga Vila Rica, o arquiteto asseguraria que a coexistência de uma obra de arte (“poesia arquitetônica”) reconhecidamente contemporânea (no caso, o Grande Hotel) com outra obra de arte de caráter antigo (se referindo à própria cidade de Ouro Preto) sempre resultaria em uma convivência positiva, já que “a boa arquitetura de um determinado período vai sempre bem com a de qualquer período anterior – o que não combina com coisa nenhuma é a falta de arquitetura”.⁹

9 COSTA *apud* MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto... *Op. cit.*, p. 109.

Contudo, nessa mesma carta, ele ratificaria um pedido feito por Rodrigo Mello Franco de Andrade a Oscar Niemeyer para que elaborasse um estudo alternativo que proporcionasse uma maior interface entre o edifício moderno e a massa edificada da cidade. Ao que tudo parece, Lúcio Costa teria tido uma participação decisiva como consultor deste segundo projeto desenvolvido pelo arquiteto carioca – que previa, entre outras alterações, uma cobertura de duas águas em substituição à laje verde concebida originalmente.

E já que você, ontem, me comunicou haver solicitado a O. N. S. o estudo de uma variante que procurasse atender mais de perto às características locais ouro-pretanas – solicitação esta feita por você espontaneamente, sem, nem de leve, qualquer sugestão ou interferência minha –, me pergunto se, em casos assim tão especiais, e dadas as semelhanças tantas vezes observadas entre a técnica moderna – metálica ou de concreto armado – e a tradicional do “pau-a-pique”, não seria possível de se encontrar uma solução que, conservando integralmente o partido adotado e respeitando a verdade construtiva atual e os princípios da boa arquitetura, se ajustasse melhor ao quadro e, sem pretender de forma nenhuma reproduzir as velhas construções nem se confundir com elas, acentuasse menos ao vivo o contraste entre passado e presente.¹⁰

Finalmente, o projeto construído seguiria as diretrizes da segunda proposta elaborada pelo arquiteto para cumprir as solicitações do SPHAN. Porém, o telhado que substituiria a laje impermeabilizada e avançaria por cima varandas dos quartos voltados de frente para a cidade – cobertura em duas águas com uma declividade semelhante àquela das construções de Ouro Preto – seria substituído por uma cobertura de água única que cairia no sentido da elevação principal. Ou seja, Niemeyer acabaria conquistando uma solução “meio termo”, ao alterar o telhado para uma pendência única e com uma declividade mínima, bem menor que a proposta para a cobertura em duplo caimento, e ao não permitir que o telhado avançasse para além do corpo sólido do edifício – não cobrindo as varandas, transformando-as, então, em terraços (Figura 1).

10 COSTA *apud* MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto... *Op. cit.*, p. 109.

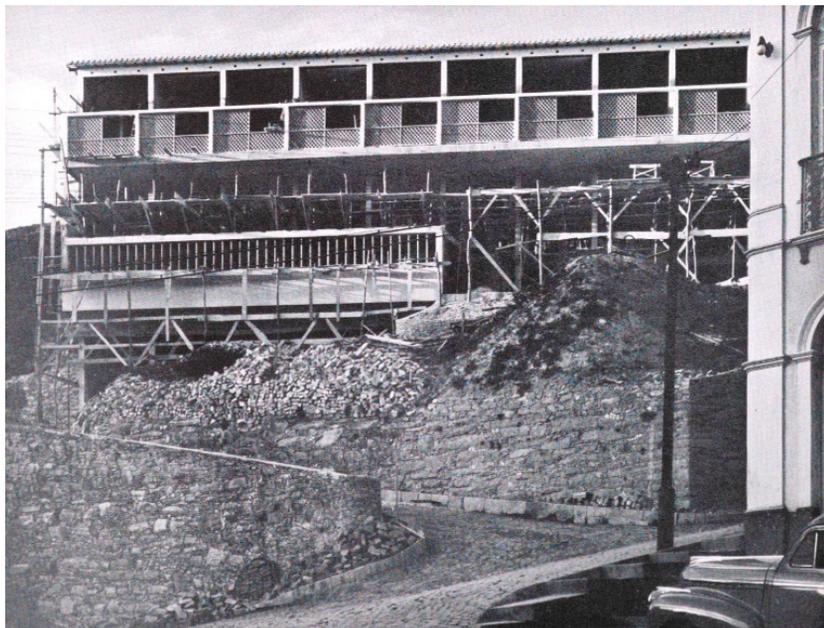


Figura 1: O Grande Hotel de Ouro Preto em construção, no início da década de 1940.
Fonte: Goodwin, Kidder Smith.¹¹

É importante frisar que estas duas concessões ao segundo projeto o aproximam da primeira proposta – mais em acordo com as doutrinas racionalistas. De fato, o fechamento superior de duas águas atribuiria ao edifício um aspecto incoerente com o seu caráter arrojado. Em outra direção, o telhado de único caimento e a sua pouca inclinação (dois expedientes arquitetônico-construtivos inexistente nas cidades históricas mineiras) não retiraria em nada o caráter moderno do hotel; para além disso, ao deixar os terraços dos quartos sem cobertura, era mantida a percepção original do balcão corrido como um volume horizontal autônomo e ritmado pela sequência de treliças de madeira que marcavam o guarda-corpo dos terraços, o que reforçava a horizontalidade reinante – para além de permitir a exposição do conjunto cadenciado de venezianas que fechava a parte superior das janelas dos apartamentos de pé-direito duplo (Figura 2).

¹¹ GOODWIN, Philip Lippincott; KIDDER SMITH, George Everard. *Brazil builds: architecture new and old, 1652-1942*. New York: The Museum of Modern Art, 1943, p. 133.



Figura 2: O Grande Hotel de Ouro Preto na década de 1940. Percebe-se como o telhado ainda não cobria o volume do balcão (terraço) dos apartamentos – em conformidade com o primeiro projeto de Oscar Niemeyer. Fonte: Fundação Oscar Niemeyer.

O resultado final alcançaria grande qualidade arquitetônica, tendo Lúcio Costa razão ao declarar o hotel de Oscar Niemeyer como uma obra de arte, ou seja, como “poesia arquitetônica”, e não como “literatura construtiva” – parafraseando Roberto Pane. E, ao não propor um termo de continuidade com a escala e com a volumetria reinantes na massa edificada local, a princípio, corromperia os dados ambientais do sítio urbano preexistente: a grande projeção horizontal de sua fachada principal (cerca de 70 metros de largura) é, por definição, contrastante com a edificação colonial, que sempre conta com testadas muito reduzidas – de poucos metros. Ou seja, ao não se portar como edificação (como “literatura construtiva”) e sim como um verdadeiro monumento, não viria a estar bem integrado ao contexto urbano. Ao ser declaradamente moderno, por outro lado, o monumento confirmaria o juízo de Cesare Brandi, se apresentando como uma estrutura independente, desconectada da continuidade perspectiva da massa edificada local – e acabaria sendo corruptora

em relação ao tecido histórico preexistente. Mas é exatamente aí que residem as inconsistências dos discursos dos críticos italianos frente ao cenário urbano de Ouro Preto, e diante do Grande Hotel.

Na verdade, o tecido edificado gregário formado pela edificação comum, que compõe prioritariamente os núcleos urbanos coloniais ligados à extração mineral, não têm o caráter denso e compacto das cidades medievais concêntricas europeias, assim como de muitos núcleos luso-brasileiros do litoral. As povoações do ciclo do ouro se desenvolveram a partir da conurbação do caminho que ligava diversos arraiais e freguesias próximos, que surgiram espontaneamente em função da mineração. Na acidentada topografia dos assentamentos urbanos, estes caminhos serpenteavam à meia encosta (seguindo as curvas de nível), passavam pelos vales, ou galgavam os diversos morros ao redor das povoações. Com o tempo, e o adensamento desta “estrada tronco”, eram abertas outras ruas e becos seguindo a mesma lógica. Deste modo, não se configuraria um tecido urbano denso, formado por quarteirões, e sim uma forma urbana longilínea, com um sistema viário e fundiário com poucos logradouros, mais ou menos paralelos, rasgados em cotas altimétricas diferentes, deixando muitas áreas verdes vazias nos vales, nas encostas, nos outeiros, nas serras.

E é exatamente nessas áreas livres que, gradativamente, o drama barroco da antiga Vila Rica viria a se configurar. Em um primeiro momento, as igrejas mais antigas seriam edificadas próximas aos vales, aonde era extraído o ouro. Com o adensamento dos caminhos e a abertura de novas vias, os monumentos religiosos começariam a buscar implantações mais cenográficas, em cotas elevadas ou no cume dos morros. Ao final, seria claramente perceptível como as igrejas dominariam a paisagem citadina: tanto no que se refere à sua inserção majestosa no sítio, como em relação à expressividade, frequentemente impactante, de sua articulação formal – especialmente na segunda metade do século XVIII, quando seriam erguidas igrejas com complexo tratamento exterior.

O tecido edificado ordinário – formado por casas e sobrados homogêneos, singelos e de pequena escala, construções distribuídas gregariamente nas vias onduladas ou naquelas de alta pendência que cortavam o centro urbano – não deixaria de ser um componente essencial para constituição da paisagem barroca que distinguiria a antiga Vila Rica. Ao servirem como contraponto à expressividade dramática do exuberante sítio natural e da arquitetura religiosa, se colocavam como moldura dos acontecimentos pontuais que constituiriam a trama cenográfica do núcleo urbano – elementos indissociáveis da unidade artística da cidade. Ou seja, não haveria como separar, na obra coletiva formada pela antiga Vila Rica, a “literatura construtiva” marcada pela arquitetura civil, da “poesia arquitetônica” caracterizada pela arquitetura religiosa – assim como seria impossível desconsiderar o sítio natural no qual todas se assentavam. Contudo, apesar de a edificação simples dominar quantitativamente o ambiente (existem centenas de vezes mais casas e sobrados que monumentos religiosos lançados na trama urbana da primeira capital das Minas Gerais), são as igrejas que comandam abertamente a expressão do ambiente da cidade de Ouro Preto – contrariando a tese de Roberto Pane.¹²

Ao serem assentadas livremente (não agregadas a qualquer construção) nas áreas verdes isoladas, nos vales, nas encostas e nos morros de Ouro Preto, adjacentes aos caminhos que cruzavam o núcleo urbano, as igrejas buscaram as melhores implantações e direcionamentos em prol de uma exposição o mais teatral possível – coerente com os desígnios barrocos.

A implantação do Grande Hotel de Ouro Preto seguiria um princípio semelhante àquele voltado aos edifícios religiosos, ao estar completamente isolado, à meia encosta, em um terreno muito íngreme, se portando, de fato, como um monumento, e não como edificação comum. Mas o impacto gerado é totalmente diverso da animação dramática provocada na inserção perspectiva cuidadosa das igrejas coloniais (Figura 3). Assentado em cota elevada, em um

12 PANE, Roberto. Cidades antigas, edificação nova. *Revista Thesis*, v. 2, n. 4, p. 286, 2017.

terreno de grande aclive, à frente de uma espécie de largo que se abre na esquina da Rua das Flores com a Rua São José (uma das mais importantes da cidade), a grande componente horizontal do edifício aparece ocupando a maior parte do espectro visual aberto entre a imponente Casa dos Contos e o casarão eclético levantado na esquina oposta (Figura 4).



Figura 3: Panorama mostrando a implantação do Grande Hotel de Ouro Preto no tecido urbano da cidade. Em destaque, as Igrejas de Mercês de Cima (esquerda) e Nossa Senhora do Carmo (direita), e a Casa dos Contos com o seu mirante (abaixo, no mesmo plano do Grande Hotel). Fonte: Fotografia de Rodrigo Baeta, 2017.



Figura 4: À esquerda, na esquina da Rua das Flores com o Largo da Rua São José, aparece discretamente o Grande Hotel de Ouro Preto, elevado, recuado e desalinhado em relação ao conjunto de edificações que se estende à direita – com destaque para o Chafariz dos Contos e para as torres da Igreja do Carmo. Fonte: Fotografia de Rodrigo Baeta, 2017.

Não obstante, o hotel surge acondicionado de forma natural e harmônica, apesar de estar no âmago da cidade histórica – em uma área muito especial do centro urbano preservado. Contudo, a apreciação da relação do edifício projetado por Oscar Niemeyer com a paisagem urbana preexistente não é fácil de se apreender e de se analisar. Frequentemente, os juízos críticos de alguns autores que versaram sobre esta interação parecem inconsistentes.

Lúcio Costa, por exemplo, já assegurava, em textos anteriores à carta que escreveu ao Diretor do SPHAN, que a estrutura independente de concreto armado da arquitetura moderna, formada por pilares e vigas, se assemelhava à tecnologia do pau-a-pique (que chamava de “barro armado”) – tão típica nas construções mineiras coloniais. Pouco tempo depois, na carta à Rodrigo de 1939, ele defenderia que a trama estrutural de concreto do edifício projetado por Niemeyer serviria como instrumento de interconexão da arquitetura moderna com a grande massa edificada das casas e sobrados espalhados pela cidade. Mas essa suposta continuidade entre o novo e o antigo só pode ser capturada através de uma profunda abstração, sendo muito difícil de ser conferida visualmente – apreensão restrita a arquitetos, engenheiros ou críticos de arte, conhecedores de história da arquitetura e da construção brasileira. No Grande Hotel, os pilotis formados por pilares e colunas, internos e externos, são comumente aparentes; mas nas construções coloniais a gaiola de sustentação do pau-a-pique não se revela com clareza para o espectador comum, que, no máximo, pode vislumbrar poucos esteios de madeira expostos nos cunhais de algumas casas e sobrados.

Pode-se dizer, no entanto, que a cadência marcada pela linha de pilares atenua a horizontalidade excessiva do edifício, bem como marca um ritmo compassado comum nas vias de Ouro Preto – caracterizado pelas sequências de casarões de pequenas testadas que preenchem as ruas, bem como pela cadência rítmica e regular dos vãos rasgados nas elevações principais, voltadas ao logradouro. Para além disso, o fato dos pilotis não soltarem em termos perceptivos o edifício do chão – de sempre haver uma parede de alvenaria, de

vidro, um arrimo ou a própria encosta ao fundo –, preserva uma certa solidez que diminui o impacto da construção em relação à edificação antiga, já que a densidade construtiva das casas, sobrados, e mesmo dos monumentos religiosos e oficiais, assentados diretamente no solo, é regra para todas as edificações ouro-pretanas. Se os pilotis fossem visivelmente permeáveis, liberando o monumento do terreno, o impacto para a cidade seria fatal.

Outro expediente constantemente declarado como elemento conector é a cobertura proveniente das alterações promovidas no segundo projeto de Oscar Niemeyer – sendo que alguns autores falam mesmo da inclinação do telhado como solução congruente com as construções coloniais.¹³ Ora, já foi colocado que o telhado de água única e a mínima declividade não condizem em nada com as preexistências edificações ouro-pretanas; pelo contrário, se aproximam da concepção puramente moderna perseguida por Niemeyer no primeiro projeto. Porém, a textura do telhado cerâmico ameniza o contraste da cobertura com a massa edificada nos panoramas capturados nas cotas mais elevadas da cidade, quando o telhado é visto de cima, situação muito comum em Ouro Preto.

Também as treliças de madeira dos guarda-corpos dos balcões dos terraços são frequentemente celebradas como elementos referenciais da arquitetura civil ouro-pretana, assim como as venezianas da parte alta das janelas dos apartamentos. É mais uma assertiva que não se sustenta, mesmo em uma análise superficial da arquitetura tradicional da cidade. Primeiramente, o uso de balcões, assim como o de terraços, é raro na arquitetura colonial urbana mineira, sendo mais comum as janelas rasgadas por inteiro no segundo piso com sacadas (guarda-corpos) pouco salientes, individuais ou corridas – nesse caso, vencendo toda a extensão da testada do sobrado. Igualmente não muito frequente, especialmente após a retirada das rótulas, gelosias e dos muxarabis das construções civis no século XIX, são os guarda-corpos treliçados, bem como as venezianas.

13 BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 107.

Mas, em uma reforma de 1965, Niemeyer resolveu cobrir os terraços, como era previsto no segundo projeto que elaborou ao final da década de 1930 – provavelmente por questões funcionais; para diminuir a insolação dos quartos e para potencializar o usufruto, pela parte dos hóspedes, do espaço dos balcões.¹⁴ Com a cobertura dos terraços (transformados agora em varandas), a percepção do volume independente formado pelos balcões se perdeu, criando um organismo arquitetônico mais compacto e puro – mais próximo à simplicidade volumétrica das construções locais. Para além disso, a sequência de esteiros de madeira lançada acima dos guarda-corpos reforçou a cadência rítmica verticalizada da fachada, mais uma vez atenuando a horizontalidade reinante. Ou seja, foi uma alteração que teve um impacto positivo na interconexão de sua trama compositiva com a cidade de Ouro Preto (Figura 5).



Figura 5: Panorama mostrando o Grande Hotel de Ouro Preto retirado do Adro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo. É possível reparar a mínima inclinação do telhado – coberto com telha cerâmica. Também é possível perceber o telhado independente que passa a cobrir os balcões a partir de 1965, os transformando em varandas. Fonte: Fotografia de Rodrigo Baeta, 2014.

Mesmo diminuindo o impacto do edifício no sítio urbano, estes recursos arquitetônico-construtivos não poderiam garantir o

14 MACEDO, Danilo Matoso. *Da matéria à invenção...* Op. cit., p. 141.

desejado equilíbrio harmônico na relação do novo com a antigo, já que o partido do hotel frente ao tecido urbano preexistente (fruto do programa apresentado ao arquiteto carioca) pressupunha a sua grandiosa escala – sua enorme extensão horizontal, um tanto incongruente com a massa edificada ouro-pretana, como já foi mencionado. No entanto – em função do hotel despontar na encosta, bem acima da via principal (a Rua São José); mas também de seu grande recuo em relação a este logradouro e à Casa dos Contos; bem como por estar em uma posição diagonal frente ao eixo da Rua das Flores – é possível apreender um enorme sentido de independência e discrição em relação à preexistência histórica, apesar de seu tamanho desmesurado.

Contribuindo para esse sentimento de autonomia e isolamento junto ao contexto antigo, o Grande Hotel parece se relacionar coerentemente com o sítio natural no qual se assenta, dando continuidade à percepção que se tinha dessa área antes da década de 1940, quando o terreno era formado por uma acidentada e desocupada encosta verde – pouco abaixo da eclética Escola Dom Pedro II, que se localiza na Rua das Flores (Figura 6).



Figura 6: Vista panorâmica de finais do século XIX da Freguesia do Pilar, com o Pico do Itacolomi, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e a Casa de Câmara e Cadeia ao fundo. Abaixo, à esquerda, na Rua das Flores, aparece a encosta verde na qual seria construído o Grande Hotel. Fonte: Acervo IFAC/UFOP.

Para além de seu desenho horizontal se acomodar naturalmente às curvas de nível, os dois altos arrimos de pedra vistos em primeiro plano desde a Rua São José, acima dos quais o hotel se implanta, ajudam a conectar o edifício ao cenário urbano preexistente – lembrando os baldrames das construções em aclave e declive de Ouro Preto.¹⁵ O desencontro entre os muros de contenção acolhe a rampa de acesso de veículos que se eleva sinuosamente até o hotel a partir da esquina entre as duas vias – caminho tratado com o mesmo piso de paralelepípedo da cidade. Finalmente, o paisagismo de Roberto Burle-Marx – especialmente o tratamento dado ao canteiro acolhido pelo arrimo que desce da Rua das Flores e sobe pela rampa até o estacionamento superior do hotel – reforça ainda mais a suave transição entre a massa edificada da cidade e a encosta verde, contribuindo para a imersão do edifício na paisagem natural e urbana de Ouro Preto (Figura 7):



Figura 7: A estrutura recuada e elevada do Grande Hotel – acima dos arrimos de pedra que acolhem a rampa de acesso de veículos – vista da Rua São José. Fonte: Fotografia de Rodrigo Baeta, 2014.

15 MACEDO, Danilo Matoso. *Da matéria à invenção...* Op. cit., p. 138.

De fato, o grande recuo do bloco em relação ao largo conformado pela rua das Flores e a rua São José ao lado da Casa dos Contos oferece o distanciamento necessário para a apreciação do volume do hotel em sua integridade, mediado por um jogo entre a rampa de acesso aos veículos e os muros de arrimo em alvenaria de pedra que a conformam. Mas a principal conciliação entre espaço externo e interno é feita através do paisagismo de Burle-Marx. A vegetação adquire especial significado quando se constata que na Ouro Preto histórica tradicionalmente as matas ciliares e grotas com vegetação nativa compõem uma trama verde que permeia toda a malha urbana. É nesta síntese e complementaridade que o volume e a implantação do hotel se afirmam numa conformação à paisagem da cidade.¹⁶

Esse isolamento volumétrico, dissidente da continuidade perspectiva da cidade preexistente, é pertinente aos princípios que Cesare Brandi declara para a arquitetura moderna em 1956. No entanto, o resultado não é nada degradante, como poder-se-ia esperar – mas extremamente satisfatório. A forma arrojada do hotel denuncia a sua condição de monumento autêntico e influente do Movimento Moderno; mas o digno assentamento no sítio urbano o isola delicadamente, o colocando como um acontecimento à parte do resto da cidade. Para isso, a longa estrutura horizontal, com sua implantação recuada e elevada, não alinhada com os logradouros, não obstante estar plenamente visível da proximidade da casa dos Contos, absorve uma condição de silencioso pano de fundo (Figura 8).

A relação que o Grande Hotel guarda com o núcleo antigo, portanto, não é de simbiose nem de confronto, mas de independência – de justaposição harmônica (Figura 9). Ele pouco fala – e quando fala, não fere a cidade; ele está sempre lá atrás, “procurando, apesar do tamanho, aparecer o menos possível, não contar, melhor ainda, não dizer nada [...], para que Ouro Preto continue à vontade, sozinha lá no seu canto, a reviver a própria história”.¹⁷

16 MACEDO, Danilo Matoso. *Da matéria à invenção... Op. cit.*, p. 137-138.

17 COSTA *apud* MOTTA, Lia. *A SPHAN em Ouro Preto... Op. cit.*, p. 109.



Figura 8: Panorama do Grande Hotel a partir da Rua São José. Os arrimos de pedra, a rampa, o paisagismo de Burle Marx, a implantação discreta, a posição elevada e recuada, contribuem para gerar a suave transição entre a arquitetura moderna, a paisagem natural e o sítio urbano antigo. Fonte: Fotografia de Rodrigo Baeta, 2014.



Figura 9: Grande Hotel e a paisagem urbana de Ouro Preto. Acima aparece a fachada lateral do Palácio dos Governadores e abaixo a Casa dos Contos. Fonte: Fotografia de Rodrigo Baeta, 2017.

Considerações finais

O exemplo tratado é bastante singular e ajuda na reflexão crítica sobre a enorme gama de variáveis que contam

no entendimento de situações reais de inserção de objetos arquitetônicos vinculados ao Movimento Moderno em conjuntos históricos. Neste sentido, a análise da obra de Oscar Niemeyer revela como o complexo e polêmico debate que se desenvolveria na Itália – conduzido por alguns dos maiores teóricos e críticos da arquitetura e da restauração, provavelmente a mais avançada discussão sobre a relação do novo com o antigo travada até aquele momento no contexto mundial –, estava aberto e indefinido.

Quando Brandi fala da incompatibilidade fatal de um objeto arquitetônico moderno com as preexistências antigas, ele se refere a edifícios excepcionais e singulares (obras de arte) de uma vertente do Movimento Moderno que se desenvolveu na Europa e especificamente na Itália, implantadas em sítios densamente construídos, com características bastante específicas – hipótese que em algumas circunstâncias, ou até mesmo em muitas, poderia ser aplicável à realidade brasileira.

Quando Pane discorre sobre a importância de se admitir a incorporação de obras modernas nos centros históricos, não se refere à arquitetura excepcional (à “poesia arquitetônica”), mas a edificação comum (“literatura construtiva”) – entendendo o conjunto ordinário construído nos centros históricos como mais importante que os próprios monumentos para o ambiente coletivo da cidade preexistente. Esta edificação moderna – ao manter certas características ambientais das cidades antigas (especialmente escala e volume), mas exaltando a linguagem própria de seu tempo – seria passível de convivência com os demais extratos históricos construídos da cidade. Esse entendimento também poderia ser pertinente e aplicável a muitos contextos brasileiros.

Porém, no caso do Grande Hotel de Ouro Preto, realizado em período anterior ao debate italiano, ambas as posições teóricas são francamente refutadas no juízo crítico aqui elaborado, dada as especificidades envolvidas.

Pode-se destacar o caráter de isolamento perseguido na implantação do Grande Hotel, concebido como monumento

arquitetônico moderno: sólido espacialmente independente, lançado autonomamente no contexto urbano e paisagístico consolidado da cidade de Ouro Preto. Também importante é a busca por uma sutil continuidade em relação à linguagem compositiva da edificação e da arquitetura antiga, o que serviu para atenuar o impacto da obra moderna no cenário urbano preexistente – solução que Brandi declararia frequente para os objetos arquitetônicos concebidos até o século XIX, levantados em sítios históricos medievais ou posteriores, mas que afirmaria não ser praticada pela arquitetura do Movimento Moderno. A consideração da linguagem compositiva precedente como artifício que pode amenizar a transição entre o novo e o antigo demonstra que não bastaria apenas o respeito à escala e ao volume para se conquistar uma presença positiva do moderno na cidade histórica; pelo contrário, esse caminho não é suficiente e nem é definitivo, contrariando as premissas de Roberto Pane.

Finalmente, a presença do Grande Hotel, de fato, não insinua qualquer interação com o espaço perspectivo da cidade de Ouro Preto – como asseguraria Brandi ao discutir a relação da arquitetura moderna com o ambiente urbano antigo. Mas sua implantação, à parte da continuidade edificação da cidade, conquista uma interconexão profundamente qualificadora exatamente na ruptura silenciosa e cautelosa frente à trama perspectiva preexistente. Por isso, o monumento modernista não ameaça a primazia das igrejas barrocas na paisagem urbana, que prosseguem governando a cenografia dramática da primeira capital das Minas Gerais.

Referências:

BRANDI, Cesare. *Arcadio o della scultura. Eliante o dell'architettura*. Torino: Einaudi, 1956a

BRANDI, Cesare. Processo all'architettura moderna. *L'Architettura Cronache e Storia*, n. 11, p. 356-360, 1956b.

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

COMAS, Carlos Eduardo. O passado mora ao lado. Lúcio Costa e o projeto do Grande Hotel de Ouro Preto, 1938/40. *Arquitextos*, n. 122, 2010.

GOODWIN, Philip Lippincott; KIDDER SMITH, George Everard. *Brazil builds: architecture new and old, 1652-1942*. New York: The Museum of Modern Art, 1943.

MACEDO, Danilo Matoso. *Da matéria à invenção. As obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais 1938-1955*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto. Uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 108-122, 1987.

PANE, Andrea. L'inserzione del nuovo nel vecchio. Brandi e il dibattito sull'architettura moderna nei centri storici (1956-64). In.: CANGELOSI, Antonella; VITALE, Maria Rosaria (org.). *Brandi e l'architettura*. Catania: Icosaedro 4, 2006, p. 307-325.

PANE, Roberto. Cidades antigas, edílicia nova. *Revista Thesis*, v. 2, n. 4, p. 309-332, 2017.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil. 1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 1997.

Casas de Vila Velha. Por uma noção de sítio histórico: a interpretação e apresentação de um patrimônio cultural urbano-arquitetônico.

Luiz Marcello G. Ribeiro

Nosso patrimônio cultural é composto pelo conjunto de bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Essa compreensão deve-se à ideia de identidade nacional, tecida no período de consolidação da república, por meio do reconhecimento de espaços urbanísticos e arquitetônicos que irão fortalecer um ideário modernizador no país, marcado por referências históricas de um passado culturalmente assinalado por uma cultura mista de elementos da colonização embricados pela mescla das culturas indígena, lusa e africana, marcando uma forte assinatura representacional. Esse legado, enquanto conjunto, possui também o papel de contar a história de nosso povo, conformando sua identidade, lugar da memória coletiva e cidadania; podendo assim ser observada e sentida no cotidiano por meio da relação com o patrimônio urbano-arquitetônico, que configura ambiências e registros, desempenhando forte contribuição na compreensão da realidade contemporânea. Embora tal expressão de tenha gerado inserções de transição, na cidade contemporânea, esses elementos

possuem importância não apenas estética, mas também política e representacional, que será sincrônica à própria constituição de uma estruturação da preservação cultural no Brasil, aliada às discussões do patrimônio e da preservação em uma escala mundial. Como resultado do modelo idealizado, houve grande ruptura nos processos do fazer urbano, supervalorizando aspectos tais como a tecnologia e a velocidade, em uma perspectiva de homogeneização cultural, em detrimento a valores regionais e ao reconhecimento da própria história, muito afins à consolidação do então modelo republicano-militar no Brasil. Em Vila Velha, capital histórica do Espírito Santo, ocorre um estranho fenômeno quanto a invisibilidade, tanto física, quanto do conhecimento e informação sobre essa importante parcela da história do lugar e, conseqüentemente, de seu patrimônio cultural urbano-arquitetônico. Na cidade, a ideia de valorização do patrimônio histórico e cultural estanca na extensão do período colonial para o Império, refletindo-se em uma invisibilidade histórica para os períodos seguintes, em que não há espaço para a interpretação e apresentação desse contexto desde inspirações românticas às matrizes racionalistas e protomodernas. Na atualidade a cidade vive a negação de tal contributo, buscando uma imagem distanciada dessa realidade que, a partir de sua interpretação, poderia contribuir para uma linearidade histórica do patrimônio, chegando à cidade contemporânea. Metodologicamente esta pesquisa é gráfica, literária, documental e, ao mesmo tempo, empírica, analisando a atual situação do sítio histórico estudado para que, então, seja desenvolvido um plano interpretativo do conjunto. Os resultados deste trabalho são ao mesmo tempo conceituais, pois fundamentam a importância do objeto de estudos para o recorte no qual está inserido, e ainda funcionais, pois apresentam de forma gráfica possíveis ações a serem tomadas na consecução do projeto interpretativo que venha preencher a lacuna do elo afetivo dos habitantes com o lugar.

Introdução

As relações formadas pelos diferentes indivíduos e grupos sociais ocorrem mediante trajetórias e fenômenos históricos nos quais se constroem afinidades alicerçadas pela memória e identidade do coletivo.¹ Desta forma, a sociedade contemporânea e as futuras gerações são depositárias de uma herança social e cultural que deverá ser transmitida às futuras gerações. A este legado, por sua riqueza e atributo sociocultural, reconhece-se o valor de Patrimônio Cultural. No Brasil, tal conceito define-se por um conjunto de bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.² Essa compreensão deve-se à ideia de identidade nacional, tecida no período de consolidação da república, através da produção de espaços arquitetônicos e urbanísticos que vão iniciar um ideário modernizador no país. Em sua permanência,³ enquanto conjunto - lugar da memória coletiva e cidadania - esse legado possui, também, o papel de contar a história do nosso povo, moldando sua identidade, podendo assim ser observada e sentida no cotidiano, por meio da relação com o patrimônio urbano-arquitetônico, que configura ambiências e registros de época, desempenhando forte contribuição na compreensão da realidade urbana contemporânea.

Em diferentes situações, as cidades, mediante suas evoluções históricas, são portadoras de atributos que levam às críticas e percepções pautadas pelas alterações e reconfigurações do espaço e da paisagem urbana, onde o patrimônio histórico e cultural participa ora pela sua permanência e preservação, ora por sua alteração ou perda. “As coisas mudam, a realidade se altera, a própria matéria se desgasta e a própria tradição também se transforma”.⁴ No Brasil, como resultado de um modelo idealizado pelo progressismo, houve grandes rupturas nos processos do fazer

1 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990

2 BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal. Centro Gráfico, 1988, art. 216.

3 ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

4 CARSALADE, Flavio. *A pedra e o tempo*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014.

urbano, supervalorizando aspectos tais como a tecnologia e a velocidade, em uma perspectiva de homogeneização cultural, em detrimento a valores regionais e ao reconhecimento da própria história, muito afins à consolidação dos modelos republicanos no país. Embora tal expressão de modernidade tenha gerado inserções, de transição, com cunho institucional e civil, esses elementos também tiveram, de alguma forma, importância não apenas estética, mas também política, simultâneos à própria estruturação das ideias de preservação cultural, aliada às discussões do moderno em uma escala global.⁵ Assim, a sociedade brasileira caminha, apoiada num discurso institucional modernizador que superestima o novo em detrimento do antigo, muitas vezes, desconhecido. Percebe-se, dessa forma, grande negligência com os bens que constituem a história e a memória mais recente das cidades, desmerecendo-os em favor de renovação sem critério ou reflexão. Nas cidades com características de metrópoles, como as capitais, a percepção e compreensão deste processo é ainda mais complexa, uma vez que a supracitada permanência possui caráter mais etéreo ainda. Devido as necessárias expansões e desenvolvimento metropolitano, tais cidades passam a sofrer maiores perdas no sentido da preservação de conjuntos de seu patrimônio urbano-arquitetônico, que não formam conjuntos definidos pela homogeneidade outrossim, pela diversidade.⁶

Em Vila Velha, capital histórica do Espírito Santo, ocorre um estranho fenômeno: a invisibilidade, tanto física, quanto do conhecimento e informação sobre importante parcela da história do lugar e, conseqüentemente, de seu patrimônio cultural urbano-arquitetônico. Na cidade, a ideia de valorização do patrimônio cultural estanca na extensão do período colonial para o Império [1835-1889], refletindo-se em uma invisibilidade histórica para os períodos seguintes; em que não há espaço para a interpretação

5 TAVOLARO, Sérgio. B. F.; TAVOLARO, Lília. G. M. Existe uma cidadania à brasileira? *Anais do 33º Encontro da ANPOCS*, 2009.

6 MESENTIER, Leonardo M. Patrimônio e competição na metrópole contemporânea. *Forum Patrimônio: Ambiente construído e patrimônio sustentável*, v. 1, n. 1, p. 61-77, 2007.

e apresentação de contextos de inspiração romântica, *art déco* e matrizes racionalistas, protomodernas e, mesmo, modernistas. Na atualidade a cidade vive uma negação de tal contributo, buscando uma imagem distanciada dessa realidade que, ao contrário, a partir de sua interpretação, poderia contribuir para uma linearidade histórica do patrimônio, que realçasse sua cultura, chegando à cidade contemporânea.⁷

Assim, esta pesquisa busca, mediante uma metodologia gráfica, literária, documental e, ao mesmo tempo, empírica, analisar a trajetória e atual situação do conjunto estudado para que então seja desenvolvido um plano interpretativo, que possa levar a adoção de políticas públicas de preservação e educação para o patrimônio cultural urbano-arquitetônico na cidade.

O Patrimônio Cultural Urbano-Arquitetônico

Segundo Gordon Cullen uma cidade é algo maior que a simples aglomeração de pessoas; é, sobretudo, uma unidade geracional de excedente de bem-estar.⁸ Considera-se, a partir daí, o impacto visual resultante desta aglomeração e seus excedentes de atrações para esta coletividade. Enquanto a construção isolada, no meio do campo, fora da cidade, traz a percepção direta da obra arquitetônica, um grupo de construções inter-relacionadas – o espaço urbano – sugere uma leitura diferenciada enquanto formação. De um conjunto edificado urbano, decorrem relações improváveis na obra arquitetônica isolada. Por exemplo: a visão serial advinda de um percurso em meio ao conjunto. A obra isolada contempla-se; o conjunto urbano vivencia-se, experimenta-se. Com essa constatação inicial defende-se a ideia da cidade como construção social dinâmica e complexa nas relações estabelecidas por seus usuários.

Através de diferentes significados, estabelecidos por significantes presentes no conteúdo da cidade,⁹ a paisagem urbana

7 LYNCH, Kevin. *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999.

8 CULLEN, Gordon. *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70, 1983.

9 CULLEN, Gordon. *Paisagem Urbana... Op. cit.*

irá se formar e se transformar mediante sua cor, texturas, escala, estilos, além de sua natureza e personalidade, marcada pelas noções de identidade cultural anteriormente abordadas.

Podemos assim concluir que o patrimônio cultural urbano-arquitetônico está intrinsecamente ligado ao cotidiano de um lugar atuando de forma indelével no comportamento dos habitantes e usuários, definindo-se como suporte espacial dessas relações, onde a arquitetura passa a ser valorizada de forma diferente ao longo do tempo, pois, o que se valoriza em determinada época pode já não fazer sentido em outra, abrindo margem para o conceito de “tradições inventadas”¹⁰ ou, por que não dizer, reinventadas.

Quanto à morfologia urbana, analisa-se o modo como se organizam os elementos que constituem e definem o espaço urbano, a partir de aspectos de organização funcional e de aspectos qualitativos e figurativos. No aspecto funcional predominará a compreensão sobre a atividade humana: habitar, produzir, recrear etc., ou seja, o tipo de uso que se faz do solo urbano. Por outro lado, os aspectos qualitativos vão referir-se ao tratamento dado ao espaço quanto ao conforto do usuário. Nos edifícios pode-se observar a forma correta do abrigo ao sol, ao vento no meio urbano, o conforto ao pedestre, a arborização, a acessibilidade etc.

Nos aspectos figurativos predominam, essencialmente, a comunicação estética e sensorial. Nos diferentes contextos de áreas históricas os elementos morfológicos são semelhantes: rua e praça, monumentos isolados e fachadas. As diferenças resultam do modo como esses elementos se posicionam, se organizam e se articulam entre si para constituir o espaço urbano. Segundo Garcia Lamas, “a relação do edifício com o espaço urbano vai processar-se pela fachada”. São as fachadas, o “plano marginal”, que exprimem “as características distributivas, [...] o tipo de edificado, as características e linguagem arquitectónica [...] um conjunto de elementos que irão moldar a imagem da cidade”.¹¹

10 HOBSBAWN, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In.: HOBSBAWN, E., RANGER, T. *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

11 GARCIA LAMAS, José M. R. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa:

Assim, retornamos a ideia de uma paisagem urbana formada por um patrimônio urbano-arquitetônico onde existe uma “arte do relacionamento” cujo objetivo é a junção de elementos que contribuem para a formação de um ambiente, integrado pelo emaranhado de elementos que o forma: edifícios, árvores, publicidade, transportes, natureza etc. de maneira a despertar emoção e interesse, provocando no usuário reações e comportamentos,¹² que alinhados, levam à sua identidade cultural.

A interpretação dos conjuntos urbanos-arquitetônicos, a partir de suas edificações de reconhecido valor patrimonial histórico e cultural torna a paisagem urbana legível como um marco particular que assinala a memória local. Nessa lógica, a compreensão da conservação do patrimônio urbano-arquitetônico, em toda sua linearidade histórica, assume seu lugar de importância para a cidade contemporânea. (Figura 1).



Figura 1: Da arquitetura religiosa histórica, marco de fundação da vila, ao modernismo expressionista institucional, passando pela arquitetura civil de inspiração classicizante e romântica. Fonte: Inventário iconográfico do período 1930/1965. Pesquisa Paisagem Urbana Contemporânea – Casas de Vila Velha. UVV, 2016/2018. A) – Acervo morrodomoreno.com; B) – Acervo Casa da Memória; C) – Acervo IBGE. Manipulado pelo Autor, 2017.

Vila Velha, a capital histórica do Espírito Santo.

Berço da colonização do solo espírito-santense, Vila Velha é uma cidade integrante da Região Metropolitana de Vitória, capital do estado, e ocupa uma área de 209,965 km², sendo que 54,57 km² estão em perímetro urbano. Sua população, em 2021, foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2011.

12 CULLEN, Gordon. *Paisagem Urbana... Op. cit.*

(IBGE) em 508 655 habitantes, o que faz do município o segundo mais populoso do Espírito Santo, atrás apenas do município da Serra.

A história de Vila Velha inicia no século XVI, quando os primeiros colonizadores portugueses chegaram à Capitania do Espírito Santo, liderados pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho que fundou em 1535 a Vila do Espírito Santo, a atual cidade de Vila Velha, que passou a ser a sede da capitania.¹³

Devido aos ataques indígenas, franceses e holandeses, os colonizadores empreenderam transferir a sede da capitania para a Ilha de Santo Antônio, no interior da baía de Vitória. A Vila Nova do Espírito Santo, como foi denominada, foi fundada em 8 de setembro de 1551. Posteriormente, o lugar teve seu nome modificado para Vila da Vitória, em memória da vitória obtida por Fernandes Coutinho, contra os goitacás.¹⁴

Ao longo dos séculos XVII e XVIII a região ficou sob profunda estagnação econômica, devido a estratégia da coroa portuguesa de tornar a região “áreas proibidas”, delegando à capitania do Espírito Santo a “defesa natural das Minas Gerais ou a trincheira natural para a defesa das Minas Gerais”.¹⁵ Evidenciam essa condição a proibição de se fazerem estradas que ligassem a sede da Capitania às Minas Gerais, criada no século XVIII, e a atenção dedicada às fortificações locais, reforçadas pela passagem do Tenente Mestre de Campo Nicolau Abreu de Carvalho na tarefa de fortificar a Vila da Vitória.¹⁶

Nesse contexto a Vila Velha do Espírito Santo pouco se desenvolveu, atravessando trezentos anos de marasmo e falta de urbanização. Pouco se conhece sobre a história de Vila Velha do século XVI ao século XIX. Neste período, destacam-se o término da construção do Convento da Penha e, ainda, os ataques de

13 OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Espírito Santo*. Vitória: APEES, 2008, Coleção Canaã.

14 *Ibidem*.

15 *Ibidem*.

16 *Ibidem*.

holandeses contra as fazendas de açúcar, no século XVII. Sabe-se que a cidade pouco se desenvolveu durante este período, sendo que um relatório do governo da província registrou pouco mais de 2.000 habitantes no lugar em 1827. O acesso à capital, Vitória, era bastante dificultado. Naquela época, a economia estava baseada na agricultura.¹⁷

Somente no século XX, a vila foi elevada à categoria de cidade, passando por uma série de digressões entre idas e vindas de sua condição territorial e administrativa. Contudo, a condição geográfica de seu núcleo inicial, a Prainha da Vila Velha, limitava seu desenvolvimento urbano frente ao crescimento natural da área mais próxima do Centro de Vitória – Argolas e Paul, mediante travessia marítima facilitada. Tal condição perpetuava seu isolamento e prejudicou seu desenvolvimento que só viria se consolidar a partir das primeiras décadas do século XX.

Assim, desde sua fundação e, posteriormente em sua trajetória histórica, passando pelo declínio entre os séculos XVII e XIX, período que se desenvolveu apenas como uma singela vila de pescadores, Vila Velha teve seu renascimento no período da 1ª República (1889-1930) quando investimentos em infraestrutura urbana, tais como a construção de reservatório de água potável, energia elétrica e a implantação da linha do bonde, iniciaram mudanças na paisagem local a partir de 1910, tornando-a reconhecida, ao longo do século XX, como uma cidade-dormitório orbitando a capital Vitória.¹⁸

As primeiras transformações físicas se dão com o primeiro aterro na orla da Prainha, a partir de 1916,¹⁹ que viria viabilizar o raio de curvatura para o retorno do bonde que ligava o núcleo inicial da Prainha com a área de coligação com a capital Vitória, passando ainda pela região do Aribiri, também de ocupação

17 SANTOS, Jair. *Vila Velha, onde começou o Estado do Espírito Santo*: fragmentos de uma história. 1.ed. Vila Velha: Ed. Do Autor, 1999.

18 LIMA, Dijairo Gonçalves. *Vila Velha: seu passado e sua gente*. Vila Velha: [s.n.], 2002.

19 GURGEL, Antônio de Pádua. *História Política e Econômica de Vila Velha*. Vitória: Pro texto Comunicação e Cultura, 2010.

histórica, formada pelos primeiros quilombos na região.²⁰ A partir de então, também com a efetiva presença do exército no local, na implantação do 3º Batalhão de Caçadores,²¹ iniciará a transformação local, passando da pequena vila de pescadores, com traçado e características remanescentes do período colonial, para o município que se desenvolve sob um progressismo republicano.

A “negação das estruturas urbanas coloniais” marca, sobremaneira, o processo modernizador de diferentes cidades pelo Brasil, uma vez que a morfologia do período colonial se rompe visando a expansão urbana e a adequação de uma nova imagem de padrão eurocêntrico, assim como, para outras cidades brasileiras, herdeiras das grandes transformações da Paris de Haussmann em meados do século XIX.²² Para compor as ações de melhoramento empreendidas nos planos urbanísticos das primeiras décadas do século XX, a arquitetura eclética foi a que predominou, satisfazendo demandas estéticas da época em diferentes tipologias de edificação, apresentando uma arquitetura que não era categorizável nem por sua estilística uniforme nem por sua fidelidade a uma época histórica em particular.²³

Sob os auspícios da economia cafeeira, foi construída a primeira ponte [Florentino Avídeos] ligando Vila Velha à Vitória. Em seguida, as atividades portuárias na Capital foram beneficiadas pelas intervenções urbanas que retificaram ruas, criando avenidas amplas à beira mar, na área central, a partir de aterros sucessivos, refletindo em Vila Velha, em menor proporção os efeitos da campanha modernizadora do Estado. Em Vitória, a modernização da cidade-ilha gerou o desaparecimento de quase todos os vestígios do período colonial e do Império, associados, equivocadamente, à

20 BORGES, Clério. *Aribiri*. Disponível em <<http://www.vilacapixaba.com/vilavelha/bairros/Aribiri.htm>> Acesso em: 19 de Abr.2018.

21 BROCHADO, Roberto A. *História do Exército em Vila Velha*. Disponível em <<https://www.morrodomoreno.com.br/materias/historia-do-exercito-em-vila-velha.html>> Acesso em: 19 de Abr.2018

22 SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900 - 1990*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

23 CURTIS, William J.R. *Arquitetura moderna desde 1900*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

ideia de “cidade suja” e à letalidade.²⁴ Esse processo também seria impresso em Vila Velha, em seu núcleo inicial na Prainha, com a criação de vias pavimentadas, arborização e ordenação territorial a partir da linha do bonde. Anos mais tarde (1937-1943) o cemitério localizado atrás da Igreja do Rosário seria desativado e uma nova praça surgiria naquele núcleo central da cidade.

As convulsões políticas que culminaram com a Revolução de 1930 encontraram no Espírito Santo um quadro situacionista bastante delicado. O corolário desse episódio levou à intervenção federal sob o comando do Capitão João Punaro Bley.²⁵ Nomeado por Vargas, Bley empossou-se no cargo de interventor federal e governou o Estado por mais de uma década. [1930-1943]. Tal origem política adversa às elites locais, formada pelas ligações familiares e relações amistosas com as oligarquias locais, enriquecidas pelo comércio do café e exploração do latifúndio,²⁶ fez com que Bley, pelo longo período de poder, obtivesse intensa resistência a sua figura entre as classes dominantes locais. Distingue-se, entretanto, em sua obra administrativa, a gestão eficiente e sábia dos recursos públicos, saneando o Tesouro do Estado de todas as dívidas dos exercícios anteriores assumindo um rigoroso controle de despesas.²⁷

Pôde, então, o governo estadual sob interventoria, empreender a construção de edifícios institucionais importantes, tais como escolas; estabelecimentos de assistência médico-sanitária, penitenciária, patronato de menores, colônia de hansenianos e a retomada das obras no porto de Vitória. Em Vila Velha destacam-se o Grupo Escolar Vasco Coutinho que se consolida em sua sede na Praça Duque de Caxias em 1933 e a estação ferroviária da linha Vitoria-Rio de Janeiro [Leopoldina Railways - 1937], originalmente em território administrativo de Vitória, no entanto, geograficamente no continente, parte da Vila

24 OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Espírito Santo... Op. cit.*

25 *Ibidem.*

26 ACHIAMÉ, Fernando A. M. *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário.* Rio de Janeiro: FGV, 2010

27 *Ibidem.*

do Espírito Santo [Vila Velha], além de estradas de rodagem, uma vez que os veículos automotores já eram uma realidade local.²⁸

Assim, cabe ressaltar a gênese do lento processo de evolução urbana por qual passou a Vila Velha do Espírito Santo paralelo ao que foi, historicamente, submetido o Estado do Espírito Santo, que sofre, nesta trajetória, diferentes inflexões na curva de seu desenvolvimento. Esses fatos cristalizam-se nas marcas da relativa defasagem de desenvolvimento econômico e social em relação aos demais Estados da região sudeste, protagonista do grande desenvolvimento capitalista nacional.²⁹

Vila Velha, um conjunto urbano marcado pela diversidade

Como visto anteriormente, na primeira metade do século XX as cidades brasileiras foram marcadas por transformações em suas arquiteturas e paisagens, modificando as feições coloniais que ainda carregavam desde o século anterior, marcando assim a passagem para um novo período, agora como República, caracterizada pelo discurso do progresso e da modernização. Nesse contexto e nos seus desdobramentos, para além do ecletismo, substanciado no revivalismo histórico e nas vertentes pitorescas, a *art déco* foi importante na consolidação de uma ideia de modernidade, cuja adoção foi gradativa, conforme as políticas de reestruturação que se diferenciaram em cada província na transição da Primeira República para República Nova [Era Vargas] e, em seguida ao Estado Novo. Desta forma, conforme a trajetória histórica descrita, será abordada a evolução tipológica e estilística da arquitetura civil presente no Sítio Histórico da Prainha empreendida pelos reflexos da modernização e crescimento econômico local,³⁰ na qual culminou a permanência de um núcleo urbano singelo e diversificado em suas morfologias.

28 OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Espírito Santo... Op. cit.*

29 SILVA, Marta Z. *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*. Vitória: FCAA/UFES, 1995.

30 VILA VELHA. *Lei Nº 5.657, de 29 de outubro de 2015. Cria o Sítio Histórico da Prainha. Vila Velha, ES: DIOES, 2015.*

Diferente da noção de Sítios Históricos marcados por unidade de estilo, reforçado por longos períodos de estagnação econômica,³¹ como se pode verificar em Tiradentes (MG) ou Paraty (RJ), notadamente marcados pela tipologia da arquitetura civil do período colonial e imperial; pode-se destacar uma visão distinta para Centros e Sítios Históricos assinalados por uma noção de conjunto marcado pela diversidade histórica e heterogeneidade estilística. O Rio de Janeiro e sua Paisagem Cultural reconhecida como patrimônio mundial é grande exemplo para a constatação dessa mudança de paradigma.³²

Assim, pode-se perceber que a morfologia urbana e suas tipologias arquitetônicas contribuem para a percepção de aspectos econômicos, políticos e sociais pautados em diferentes ideologias, cujo simbolismo possa remeter a diferentes conceitos de comportamento, além da perenidade das edificações de uso coletivo de diferentes perfis institucionais; elementos que representam a presença dos poderes na condução dos serviços locais. Assim, múltiplas manifestações estilísticas da história da arquitetura podem coexistir por seus caracteres estéticos aliados à funcionalidade, eficiência e economia de sua produção, conforme a época, conquistando a predileção em diferentes níveis e investimentos na esfera pública e, em especial, a privada.³³

No recorte do Sítio Histórico da Prainha, a categoria dos edifícios religiosos, com o uso de um arcabouço classicizante, variando do maneirismo chão ao barroco, destacam-se os monumentos de maior densidade como a Igreja do Rosário, (Figura 2-A) o Convento da Penha e o Portal Franciscano, antigo acesso ao convento pela Ladeira das 7 Voltas ou da Penitência. Ainda no âmbito de uma estética de inspiração clássica tardia, pode-se observar a institucionalidade histórica do local na presença de edificações construídas inicialmente como escolas,

31 FREITAG, Bárbara. A Revitalização dos Centros Históricos das Cidades Brasileiras. *CADERNO CRH*, n. 38, p. 115-126, 2003

32 UNESCO. *Rio de Janeiro: Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea* Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/1100>> Acesso em 19 de Abr. 2018

33 SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900 - 1990... Op. cit.*

como a “Casa da Família Shalders” (Figura 2-B) ou o imóvel da “Praça da Bandeira 147”, este bastante descaracterizado. Na faixa da tipologia da arquitetura civil clássica, ainda se pode verificar outros cinco exemplares, com destaque para a “Casa da Memória” (Figura 2-C).



Figura 2: Da arquitetura religiosa histórica, marco de fundação da vila, a barroca Igreja do Rosário; no âmbito institucional a clássica “Casa da Família Shalders”, originalmente construída como escola e a “Casa da Memória” como remanescente de uma tipologia da arquitetura civil de inspiração clássica. Fonte: Acervo da Pesquisa 2016/2018. Pesquisa Paisagem Urbana Contemporânea – Casas de Vila Velha. UVV, 2016/2018. A) – Igreja do Rosário B) – Casa da Família Shalders; C) – Casa da Memória. Manipulado pelo Autor, 2017.

A partir da pesquisa Paisagem Urbana Contemporânea – Casas de Vila Velha desenvolvida no âmbito dos projetos de iniciação científica da Universidade Vila Velha junto ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado Arquitetura e Cidade, iniciou-se um sistemático inventário que viesse completar e tornar visível, a lacuna de conhecimento quanto ao tema na região. Na atualidade a cidade e seu grupo social vivem uma espécie de miopia e esquecimento dessas distintas contribuições históricas, focando apenas em uma imagem distanciada dessa realidade que, a partir de sua interpretação, poderia colaborar para uma linearidade na compreensão do patrimônio cultural que integra a cidade contemporânea.

Para tornar visível a dimensão da produção e difusão de ideias, bem como políticas modernizadoras e ciclos de desenvolvimento, pode-se avaliar o mapeamento efetuado na pesquisa, pontuando diferentes edificações de interesse de preservação, em diversos estilos e suas variantes mais significativas, bem como aquelas que foram surgindo nas expansões e consolidações do território da cidade em meados do século XX. (Figura 3).

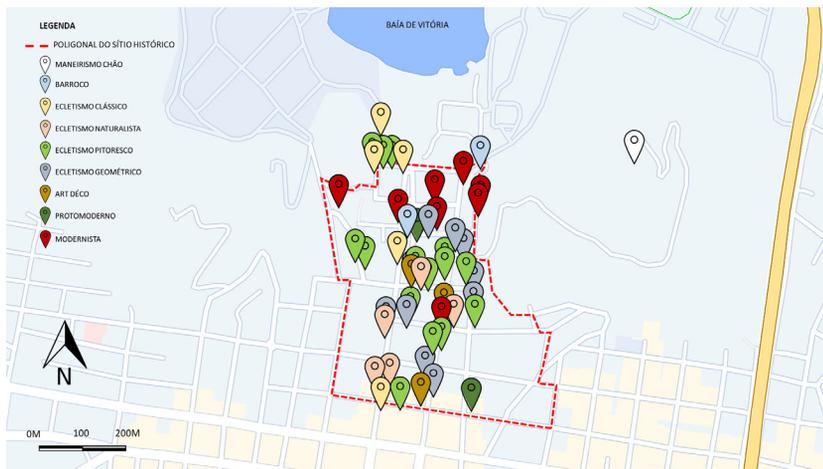


Figura 3: Mapeamento georreferenciado efetuados pela equipe de pesquisa para determinação da mancha de extensão dos edifícios de interesse de preservação que integram o sítio histórico da Prainha considerando abordagem temporal e estilística. Fonte: Pesquisa Paisagem Urbana Contemporânea – Casas de Vila Velha. UVV, 2016/2018. Levantamento elaborado por Letícia Gobetti. 2017. Manipulado pelo autor, 2022.

A partir desta variação estilística, revelando evolução e modernização do local ao longo do século XX impressa pelos caracteres arquitetônico das diversas épocas da arquitetura no Brasil e suas variantes, vamos constatar outros desdobramentos que levam a percepção desse processo evolutivo que viria imprimir novas tendências na sociedade local.

A interpretação e apresentação de um patrimônio cultural urbano-arquitetônico.

Passados mais de 60 anos dessa produção e de sua consolidação como corpo físico de um conjunto urbano-arquitetônico (lugar de história), observa-se na população local a dificuldade quanto a percepção e compreensão deste patrimônio, lugar de memória.³⁴ Conforme anteriormente exposto, a noção de patrimônio histórico está intrinsecamente relacionada a um período específico da história local e à ideia do bem cultural pautado nos

³⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, 1993.

grandes episódios da história oficial,³⁵ notadamente a arquitetura religiosa. Assim, como forma de enriquecer a produção deste conhecimento, apoiado na ideia de que a preservação somente se torna visível para todos quando um bem cultural se encontra em bom estado de conservação, a pesquisa buscou em seu processo metodológico produzir não apenas um levantamento fotográfico do conjunto urbano-arquitetônico, outrossim, uma forma lúdica de interpretar e apresentar este conjunto para que a população possa se reencontrar com tal história.

A partir dos levantamentos de campo e mapeamento georreferenciado, mais de 50 imóveis, compreensíveis como bens culturais, já foram identificados e trabalhados na continuidade da pesquisa visando o seu reconhecimento enquanto conjunto urbano-arquitetônico. Para tanto, uma intensa produção gráfica de representações na técnica de *flat style vector* (Figura 4) foi elaborada e disponibilizada ao público por meio de um site: <<https://tendadamemoriaitab.wixsite.com/casasdevilavelha>> e de publicações em redes sociais como forma de alcançar um público mais jovem; assim como, possa ser utilizado por educadores em atividades de educação continuada e para o patrimônio, buscando assim reverter a “invisibilidade” sobre o tema.



Figura 3: Produção Gráfica do inventário inicial da pesquisa. Exemplos de alguns imóveis identificados no Sítio Histórico da Prainha como de interesse de preservação e caracterização da Paisagem Cultural local. Fonte: Acervo da Pesquisa 2016/2018. Pesquisa Paisagem Urbana Contemporânea – Casas de Vila Velha. UVV, 2016/2018. Elaborado pelo autor, 2017.

35 BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In.: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

Adotou-se o estilo *flat style design* para a elaboração de tais materiais, com ênfase minimalista e cores solidas, a partir de softwares como *Corel Draw* e *Illustrator* utilizados ainda para o planejamento e concepção visual do projeto. Desta forma, foi desenvolvida identidade visual, incluindo logotipo, estudo de paleta de cores, aplicações em cartazes, apresentações *power-point* e, futuramente, publicação de um livro e/ou cartilha educativa. Além disso, foram elaborados infográficos para apresentação de dados sobre o conjunto, suas características, afinidades, filiações e classificações por tipologia e uso. Vale reiterar que, a intenção de apresentação de dados por meio de tal estratégia visa a comunicação de forma mais efetiva com as comunidades, além de educadores e escolares envolvidos, facilitando a divulgação de informações conceituais sobre preservação e patrimônio nas escolas que, por meio de planejamento adequado, poderá contribuir positivamente para reversão do quadro de degradação e descaracterização, ensejando ações legais de proteção mais completas, assim como, resultados positivos sobre intervenções no bem cultural.

Conclusão

Buscando apenas um reconhecimento histórico pautado na ideia da história oficial e ainda por uma evolução desenvolvimentista, a cidade de Vila Velha - ES carrega em sua trajetória - de forma equívoca - o desprezo, e mesmo desconhecimento, pelo passado próximo, da primeira metade e meados do século XX. Tal posicionamento provoca grande descaso com o patrimônio urbano-arquitetônico construído à época, que gradativamente se apaga na história do lugar e de seus cidadãos. Na cidade contemporânea, tal posicionamento tem resultado em um conjunto urbano-arquitetônico “invisível”, enquanto patrimônio histórico e cultural, que vem cedendo às descaracterizações e pressões de demolição, abrindo espaço para novas construções, que em uma perspectiva inadvertida da gestão pública, se apresentam como métricas de crescimento e desenvolvimento da cidade. As edificações que sobreviveram ao

tempo, tornam-se “invisíveis” frente seus novos vizinhos, assim como, sofrem o impacto de uma cidade repleta de elementos espúrios que comprometem sua interpretação e apresentação. Por longo tempo trabalhou-se no local pela visão de progressismo e desenvolvimento buscando a modernidade. Quando as questões patrimoniais entraram na pauta de discussões, essas entraram com um recorte temporal extremamente direcionado e seletivo e focado apenas em uma visão comercial e turistificadora do lugar. Mesmo com as ações de preservação e difusão do patrimônio local, e elas existem, tal recorte produziu uma cidade sem uma identidade plena, onde os edifícios de interesse de preservação existentes, ao invés de fazerem parte de um conjunto inserido no contexto urbano, encontram-se isolados enquanto monumentos, em um enfoque ultrapassado, separados de seu contexto, em meio às novas construções. Tal situação faz com que as práticas adotadas de proteção ao patrimônio sejam pontuais e limitadas sem que haja desenvolvimento de políticas públicas efetivas para a preservação e fiscalização geral do Sítio Histórico, além da ausência de visão da necessidade de proteção legal individualizada para estes casos.

A conservação de um patrimônio resulta de práticas e procedimentos, não somente das políticas públicas, mas também do envolvimento do grupo social organizado em torno de seus bens. Em Vila Velha, a noção de educação para o patrimônio é tímida e pontual; não se faz presente em grandes associações e, quando ocorre, limita-se a típica visão da história oficial e seletiva do período colonial inicial, marcada pelo viés do turismo e pelo desenvolvimento de eventos. A ideia de preservação não está ligada às relações do cotidiano, da rua e do lugar onde se habita, comercializa-se e vive-se. O que tornaria o grupo social protagonista desses lugares, levando ao reconhecimento do valor que tem seu conjunto urbano-arquitetônico. Outra prática - novamente equivocada - observada nas ações locais, incentivadas pelo poder público, é o tratamento de musealização,³⁶ da cidade e de seu presente e, conseqüente, elitização do patrimônio criando,

³⁶ HUYSSSEN, Andréas. *Memória do modernismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997

uma separação desses espaços como restritos ao uso cultural e, em parte glamourizado, que atua como obstáculo impedindo que exerça sua função sociocultural de aproximar as pessoas de seu passado, tornando-o lugar de memória, fortalecendo a cidadania e a qualidade de vida a partir da identidade do lugar.

Constata-se assim um *pathos* patrimonializador ou, no dizer de Françoise Choay, uma “Alegoria do Patrimônio”, seletivo e perverso em que a prática da preservação ocorre por um viés específico, voltado apenas para a parte da história que constrói trajetórias adequadas aos interesses de grupos específicos, quer por ignorância, quer de forma intencional.³⁷ Como penalidade o patrimônio urbano-arquitetônico, em seu conjunto, vai se degradando frente à essa incompreensão e ausência de interesse atual, afinal tais edificações não possuem legislação de preservação ao seu favor, tampouco estudos e pesquisas que tragam o tema à atualidade do debate. Destaca-se a ideia de que são possíveis o desenvolvimento e a vitalidade urbana em um ambiente pontuado por arquiteturas históricas, de interesse de preservação, e que esta condição não impede o desejado crescimento e a evolução da cidade. Defende-se aqui a interpretação e apresentação deste patrimônio como forma de evitar situações em que as transformações contemporâneas não venham comprometer a paisagem e seu conjunto urbano-arquitetônico, interferindo na leitura e no reconhecimento de toda a trajetória histórica do lugar. O significado da arquitetura, como integração e estabilidade do grupo social, está em conflito com o abandono e negligência observados.

Na cidade contemporânea o espaço e ambiente tendem a favorecer o ideal de imediatismo e consumo promovendo a imagem e o a valorização do momento em novos fenômenos que, a todo instante, levam a uma ideia de futuro, velocidade e agilidade, nas quais as relações autênticas com o patrimônio cultural e a memória social de um lugar esgotam-se sem seu sentido. A descaracterização

37 CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

e degradação levam a destruição e descontextualização social, espacial e histórica desse conjunto rompendo com a experiência histórica, com a memória e com a identidade do grupo social local. As reflexões ora apresentadas demandam uma ação contra a condução da memória coletiva como mecanismo político para impor, muitas vezes de forma dissimulada, outras identidades forjadas e voltadas para o consumo ou valorizadas pela indústria cultural [entretenimento!] de massa, relacionada ao turismo e que cria gentrificação. Ao fim, o valor atribuído ao patrimônio torna-se moeda de troca transformado em valor econômico, tornando distante aquilo que une a população aos episódios de sua própria história e lugar de memória.

Referências

ACHIAMÉ, Fernando A. M. *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário*. Rio de Janeiro: FGV, 2010

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal. Centro Gráfico, 1988, art. 216.

CARSALADE, Flavio. *A pedra e o tempo*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CULLEN, Gordon. *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70, 1983.

CURTIS, William J.R. *Arquitetura moderna desde 1900*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

FREITAG, Bárbara. A Revitalização dos Centros Históricos das Cidades Brasileiras. *CADERNO CRH*, n. 38, p. 115-126, 2003

GARCIA LAMAS, José M. R. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2011.

GURGEL, Antônio de Pádua. *História Política e Econômica de Vila Velha*. Vitória: Pro texto Comunicação e Cultura, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990

HOBBSAWN, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In.: HOBBSAWN, E., RANGER, T. *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUYSSSEN, Andréas. *Memória do modernismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997

LIMA, Dijairo Gonçalves. *Vila Velha: seu passado e sua gente*. Vila Velha: [s.n.], 2002.

LYNCH, Kevin. *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999.

MESENTIER, Leonardo M. Patrimônio e competição na metrópole contemporânea. *Forum Patrimônio: Ambiente construído e patrimônio sustentável*, v. 1, n. 1, p. 61-77, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Espírito Santo*. Vitória: APEES, 2008, Coleção Canaã.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, Jair. *Vila Velha, onde começou o Estado do Espírito Santo: fragmentos de uma história*. 1.ed. Vila Velha: Ed. Do Autor, 1999.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900 - 1990*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

SILVA, Marta Z. *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*. Vitória: FCAA/UFES, 1995.

TAVOLARO, Sérgio. B. F; TAVOLARO, Lília. G. M. Existe uma cidadania à brasileira? *Anais do 33º Encontro da ANPOCS*, 2009.

UNESCO. *Rio de Janeiro: Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea* Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/1100>> Acesso em 19 de Abr. 2018

Cercos e deserções: as fortificações no desenvolvimento urbano do Recife-PE

Pedro Valadares

Uma defesa inglória

A temática das fortificações é ainda pouco abordada, de modo geral, quando comparada às igrejas e palácios, por exemplo, principalmente no âmbito da conservação. Um grande número de fortes foi substituído pela expansão urbana das cidades na medida em que tais obras de defesa se tornaram desnecessárias para suas finalidades primitivas. No Recife, capital de Pernambuco, este cenário possui algumas particularidades que merecem atenção, tanto do ponto de vista histórico como no bojo das discussões preservacionistas.

O litoral da atual divisão política de Pernambuco chegou a ser defendido por mais de duzentas obras de defesa, quantidade similar à construída no litoral da Bahia, cinco vezes mais extenso.¹ Fato que se deve à prosperidade econômica de Pernambuco, devido ao sucesso da produção do açúcar e seus derivados.

Olinda era o centro político e econômico da capitania, assentada sobre um conjunto de morros, conforme a tradição portuguesa. Contudo, o litoral da cidade não oferecia as condições

1 CASTRO, A. H. F. D. *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: Fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. v. 3. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, v. 3, 2009.

favoráveis às atividades portuárias, condições estas encontradas na extremidade sul do istmo², onde o mar dispunha de profundidade adequada e contava com um arrecife natural para conter a violência das ondas.³

As atividades portuárias no istmo propiciaram o surgimento de comércio, feitorias e o conseqüente estabelecimento de uma pequena vila. Era por este porto que passavam as mercadorias vindas dos engenhos de açúcar rumo a Lisboa. O sucesso econômico destas atividades atraía interesses externos, mas como a maior parte dos lucros era canalizada para a metrópole e quase nada era destinado à manutenção e melhoramento das vilas da colônia, as obras de defesa eram escassas.

Diante disso, Olinda e seu porto possuíam uma defesa ineficiente, que consistia em um diminuto número de trincheiras, baterias e paliçadas, sem dispor de fortificações que estivessem à altura de suas necessidades e do poder de prováveis invasores.⁴

A primeira obra de defesa formal, que reconhecidamente envolveu um processo projetual e construtivo, se deu pela construção do Forte de São Jorge, entre 1597 e 1603, localizado no istmo, em frente à barra do porto. Por volta de 1612 e 1614, foi construído o Forte de São Francisco na extremidade norte do arrecife, para que, juntamente com o de São Jorge, defendesse o acesso ao porto. O Forte de São Francisco era conhecido como Forte de Laje ou, mais popularmente, como Forte do Picão⁵. Estas duas fortificações eram consideradas obsoletas contra as armas de fogo: o Forte de São Jorge, por exemplo, é comumente retratado como uma fortificação com muralhas verticais com cubelos⁶ em

2 Extensão de terra estreita e alongada, podendo interligar duas porções de terra.

3 MELLO, J. A. G. D. M. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

4 ALBUQUERQUE, M.; LUCENA, V.; WALMSLEY, D. *Fortes de Pernambuco: Imagens do passado e do presente*. Recife: Graftorre, 1999.

5 Embora a historiografia não ateste a motivação deste apelido, é provável que sua origem seja uma referência ao local do forte: a extremidade, a ponta ou pico do arrecife. Para saber mais ver: COSTA, F. A. P. D. *Anais Pernambucanos (1591-1634)*. 2. ed. v. II. Recife: FUNDARPE, 1983.

6 Torre ou torreão;

seus vértices, enquanto o Forte do Picão, também com muralhas verticais, mas sem cubelos, com planta eneagonal e com apenas 16 metros de diâmetro, aproximadamente.

Em 1629, deu-se início à construção do que seria uma fortificação abaluartada de planta pentagonal, um pouco ao norte do Forte de São Jorge, no istmo, para cruzar fogo com as outras duas obras de defesa. Entretanto, Costa salienta que sua construção foi interrompida em 1630 com a chegada da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais e que, naquele momento, os dois fortes existentes no Recife, além de algumas obras rudimentares de menor poder de fogo e de obras igualmente ineficientes em Olinda, não foram suficientes para impedir o invasor.⁷

Inglórias incitantes

A historiografia pertinente consente que o forte que estava em construção pelos luso-brasileiros foi em parte aproveitado pelos holandeses para a construção do Forte do Brum, a primeira grande fortificação abaluartada da cidade, com dois baluartes voltados para o rio Beberibe e dois meio-baluartes para o mar. No mesmo ano, os batavos construíram os fortes Ernesto (seu quartel general) e Frederik Hendrik na Ilha de Antonio Vaz⁸, e Madame Bruyne (ao norte do Brum) no Istmo, enquanto os portugueses construíram o Forte Real do Bom Jesus em local afastado.

O Forte Frederik Hendrik possuía traçado pentagonal, o que motivou os moradores a chamá-lo de Forte das Cinco Pontas. O Forte Madame Bruyne foi construído nas proximidades de um local chamado pelos luso-brasileiros de Buraco de Santiago, razão pela qual este forte ficou conhecido popularmente como Forte do Buraco.

Com a ocupação holandesa, os luso-brasileiros se refugiaram em locais afastados, de onde partiam com frequência

7 COSTA, F. A. P. D. *Anais Pernambucanos (1591-1634)...* Op. cit.

8 A ilha ainda existe e abriga os bairros de Santo Antônio, São José, Cabanga e Joana Bezerra.

para emboscadas. Os batavos, habituados às técnicas de defesa em solo plano, horizontal, permaneceram no Recife, devido às características semelhantes às dos Países Baixos, e incendiaram Olinda por considerá-la indefensável pela sua geomorfologia acidentada, vulnerável às armas de fogo, e também para impedir que ali se constituísse uma ameaça luso-brasileira.

Outras obras de defesa foram construídas, tanto pelos invasores como pelos defensores, mas de menor importância estratégica e arquitetônica. Após a chegada de Maurício de Nassau⁹ em 1637, designado a governar o chamado Brasil holandês, teve início a construção de uma cidade na Ilha de Antonio Vaz, a partir de 1638, a qual se chamou de Mauritsstad¹⁰, com arruamento ortogonal, canais e muralha abaluartada periférica, segundo os moldes preconizados na tratadística holandesa.

O sistema defensivo implantado pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais consolidou no Recife a presença da fortificação abaluartada, em consonância com a tratadística militar. Antes deste período, a moderna fortificação só era empregada pelos luso-brasileiros na colônia onde houvesse condições e demanda para tal. Porém, a ingloria sofrida pelos luso-brasileiros durante os vinte e quatro anos de ocupação holandesa e os conflitos enfrentados por Portugal na Europa causavam a apreensão de que ecoassem novas ameaças na colônia, o que incitou a adoção definitiva da fortificação abaluartada pelos colonizadores portugueses no Recife.

Baluartes para uma nova era

Após a capitulação holandesa, em 1654, houve dúvidas quanto ao local a ser restabelecido o governo da capitania. Os

9 Johann Moritz von Nassau-Siegen (1604-1679) era alemão, nascido em Dillenburg, mas é comum que lhe atribuam equivocadamente a nacionalidade holandesa, certamente porque ele servia às forças armadas dos Países Baixos e passou a integrar a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais que era sediada em Amsterdam. Tornou-se conde em 1674 e em seguida príncipe de Nassau-Siegen, Estado do Sacro Império Romano-Germânico.

10 Cidade Maurícia, Mauricéia ou Mauriciópolis, em homenagem a seu governante.

senhores de engenho, integrantes da aristocracia local e ávidos por aumentar seus lucros, eram favoráveis à reconstrução de Olinda, enquanto os comerciantes, pejorativamente chamados de mascates pelos aristocratas, deram preferência ao Recife devido à já existente estrutura favorável às atividades comerciais. Os interesses aristocráticos predominaram e Olinda foi aos poucos sendo reparada e reocupada, embora fosse indefensável. Por outro lado, as atividades comerciais permaneceram no istmo, onde o Recife nasceu, porém foram se expandindo, suplantando a antiga malha holandesa, da qual praticamente nada restou, a não ser parte do traçado.

As obras de defesa deixadas pela Companhia das Índias estavam em mau estado de conservação. Eram de terra e careciam de reparos e refazimentos. Porém, como Portugal estava ainda em conflito com os Países Baixos, até 1661, e com a Espanha, até 1668, havia o temor de que tais conflitos ecoassem na colônia, o que motivou a condução de um processo de planejamento da defesa do Recife.

Segundo Castro, o sistema defensivo deixado pelos holandeses era extenso e demasiadamente oneroso, o que obrigou os luso-brasileiros a adotarem uma postura pragmática: construir fortificações em pedra, mais duráveis, mas apenas nos locais estratégicos que pudessem impedir incursões inimigas vindas do mar, enquanto as fortificações mais recuadas deveriam ser desconsideradas visto que o domínio do território estava assegurado.¹¹

Neste sentido, o local dos antigos fortes do Brum e Frederik Hendrik foram considerados importantes visto que o primeiro defendia a entrada da barra, enquanto o segundo defendia a Barreta dos Afogados, uma falha geológica nos arrecifes naturais por onde poderiam passar embarcações, além de proteger as cacimbas de água potável existentes na localidade. Enquanto estruturas arquitetônicas, ambas as fortificações holandesas, de

11 CASTRO, A. H. F. D. *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro...* Op. cit.

terra, foram suplantadas por novas obras empreendidas pelos luso-brasileiros, mas em alvenaria de pedra.

O forte que substituiu o antigo Forte do Brum foi batizado de Forte de São João Batista, construído com o mesmo traçado de seu antecessor, mas com cerca de vinte metros a mais em seus lados: planta quadrangular com dois baluartes voltados para oeste (Rio Beberibe) e dois meio-baluartes a leste (mar). Por outro lado, a fortificação construída no local do antigo Frederik Hendrik foi denominada Forte de São Tiago, com traçado quadrangular, bem menor que o antecessor batavo, com quatro baluartes. Embora fossem fortificações novas, construídas a partir de 1677, portanto vinte e três anos após a capitulação holandesa, a memória coletiva preservou à posteridade suas antigas denominações populares, incorporando-as oficialmente aos seus nomes atuais: Forte de São João Batista do Brum e Forte de São Tiago das Cinco Pontas, respectivamente.

Considerou-se que o local onde existiu o Forte Madame Bruyne, conhecido como Forte do buraco, era também estratégico para defender a barra. Em local próximo à esta primitiva fortificação holandesa foi construído o forte de Santo Antônio, em 1705, que herdou o apelido da antiga defesa batava. Este novo forte possuía traçado quadrangular, em alvenaria de pedra, com quatro meio-baluartes e dois redentes.

Na extremidade sul do porto foi construído um novo forte, em 1684, sobre um banco de areia resultante de assoreamento do Rio Capibaribe, área que nunca tinha sido ocupada. O Forte do Matos¹², como foi denominado, nunca foi finalizado e sua localização e características geraram suspeitas de que jamais teria eficácia, razão pela qual foi abandonado ainda no início do século XVIII e, aos poucos, foi ocupado por armazéns e demais construções.

Apesar do empenho para constituir um novo sistema defensivo para a cidade, decorrente dos temores de que os

12 Referência a seu executor Antônio Fernandes de Matos, empreiteiro que teria sido o responsável pela construção do Forte do Brum, de acordo com o projeto de Antônio Correia Pinto.

conflitos de Portugal na Europa pudessem ecoar na colônia, as fortificações do Recife jamais enfrentaram inimigos externos, mas, sim, da própria terra, em agitações geradas por discordâncias internas, tais como a Guerra dos Mascates (1711), a Revolução Pernambucana (1817), a Guerra da Independência (1821), a Confederação do Equador (1824) e a Revolução Praieira (1848-1850), além de outras movimentações de menor vulto.

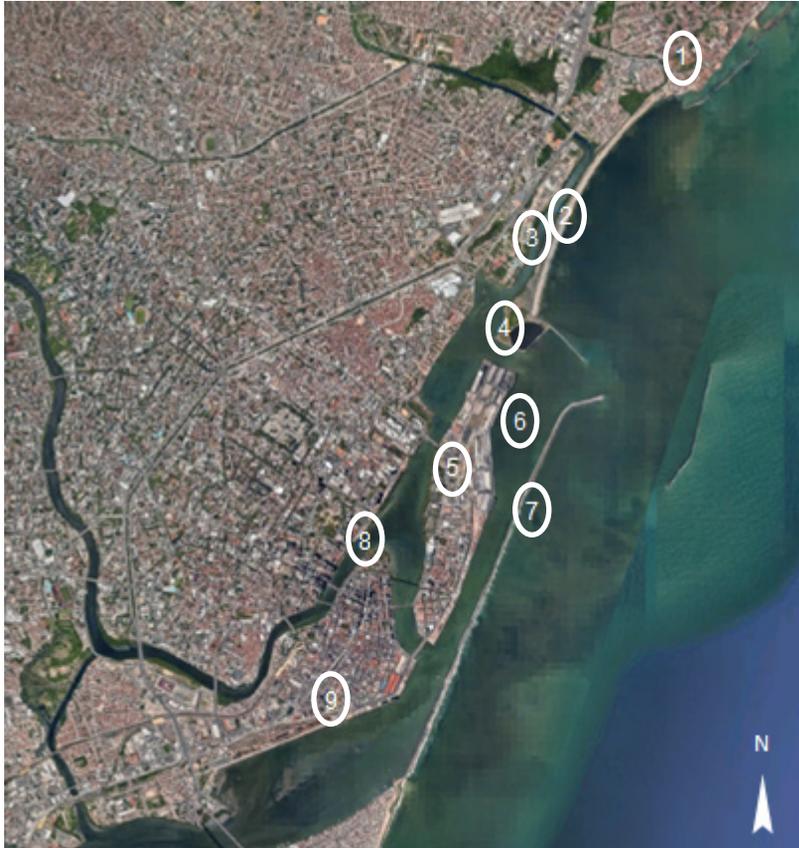


Figura 1: Localização dos fortes do Recife e pontos de referência. Fonte: Google maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/>. Acesso em 11 de maio de 2021. Editada pelo autor. Legenda: (1) Olinda; (2) Istmo de Olinda; (3) Rio Beberibe; (4) Forte do Buraco; (5) Forte do Brum; (6) Estuário; (7) Arrecife; (8) Rio Capibaribe; (9) Forte das Cinco Pontas.

Com a independência do Brasil, em 1822, havia ainda em Pernambuco um sentimento nacionalista e uma insatisfação quanto à dependência do Império sediado no Rio de Janeiro, o que

incitou o surgimento de novas rebeliões. Entretanto, nenhuma das revoltas surtiram o efeito esperado, as quais foram contidas em pouco tempo, mas predominantemente por batalhas extramuros. Castro explica que o insucesso do sistema defensivo do Recife neste contexto se deveu em grande parte ao crescimento urbano da cidade¹³ que se aproximava dos fortes, criando pontos cegos onde adversários poderiam se reunir e contra-atacar.¹⁴

Cercos e deserções de uma expansão urbana

Apesar do esforço aristocrático de manter Olinda como centro do poder político de Pernambuco, as atividades comerciais do Recife, garantidas pelo porto, propiciaram uma prosperidade econômica que acelerou o processo de expansão urbana, de modo que a antiga vila foi elevada à categoria de cidade em 1823 e à capital da província em 1827. Este processo foi ainda impulsionado pela presença da corte portuguesa no Brasil, pela abertura dos portos às nações amigas e pelas consequentes obras de melhorias urbanas ocorridas nas principais cidades do então Império, entre as quais o Recife figurava com destaque.¹⁵

Com as possibilidades de incursões externas relativamente apaziguadas, as atenções se voltaram para conter os conflitos internos. Castro esclarece que, para evitar novas revoltas, as forças armadas foram reestruturadas, com seu contingente gradativamente diminuído, a maioria das fortificações foi desclassificada como tal e, conseqüentemente, desativada.¹⁶ Algumas foram demolidas e outras reaproveitadas para novas finalidades como prisão de unidades administrativas do exército.

Neste cenário de crescimento urbano e encolhimento da defesa, houve ainda no Recife as obras de ampliação do porto

13 Evidentemente, este não foi o único fator, pois não bastava dispor de fortificações, era necessário haver pessoal apto a manejá-las, com as condições necessárias para uma defesa efetiva.

14 CASTRO, A. H. F. D. *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro...* Op. cit.

15 MENEZES, J. L. M. *Atlas histórico cartográfico do Recife*. Recife: Massangana, 1988.

16 CASTRO, A. H. F. D. *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro...* Op. cit.

com a simultânea remodelação da ocupação urbana do istmo na década de 1910. Neste contexto, o Forte do Picão, localizado no arrecife, considerado obsoleto e desnecessário, principalmente após a construção de um farol ao seu lado, foi demolido para que suas pedras fossem aproveitadas nas obras do bairro.

Permaneceram em uso os fortes do Brum, das Cinco Pontas e do Buraco, enquanto os demais se tornaram, no linguajar militar, fortes de fogo morto, até serem demolidos ou substituídos pela urbanização. Contudo, apenas o Brum chegou ao século XX ainda como fortificação ativa, sendo desclassificado apenas em 1926. Este forte foi o último do país em atividade, juntamente com o Forte de São Marcelo, em Salvador.¹⁷ Os fortes das Cinco Pontas e do buraco tiveram destinos distintos.

O cerco do Brum

O crescimento urbano da cidade se deu sobre aterros consecutivos, desde o século XVII até o século XX. No local onde existiu o obsoleto Forte de São Jorge, no istmo, foi construída a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, por volta de 1680, contribuindo para um crescimento da ocupação até aquele local. Mapas de 1808, 1856 e 1888 ilustram que a ocupação urbana cresceu ao longo do século XIX, inclusive com a instalação de estação ferroviária e fábrica de produtos alimentícios, de modo que as novas construções foram erguidas a apenas 70 metros do Forte do Brum, aproximadamente.

Com as obras de ampliação do porto na década de 1910 e a simultânea reformulação urbana de toda a ocupação do istmo, deu-se um impulso significativo para a construção de armazéns, fábricas, silos e unidades administrativas e operacionais de empresas marítimas, petrolíferas e demais instituições usuárias do porto. Tais obras foram viabilizadas pelos sucessivos aterros que aumentaram o distanciamento do forte às frentes d'água que antes o banhavam à leste (mar) e à oeste (Rio Beberibe).

17 CASTRO, A. H. F. D. *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro...* Op. cit.

A partir dos anos 1930, o Forte do Brum foi utilizado como residência pelos soldados, com construções espúrias em seu fosso e adjacências. Em 1938, foi tombado como monumento nacional e nos anos 1960 passou a abrigar a 21ª Circunscrição do Serviço Militar. Em meados do século XX, a construção da avenida Alfredo Lisboa causou uma ruptura em um dos ângulos salientes¹⁸ do caminho coberto¹⁹. Na década de 1970, a prefeitura foi transferida para uma nova sede, um edifício modernista de quinze pavimentos sobre um novo aterro, a 120 metros do forte. Em 1987, o Brum passou a abrigar o Museu Militar do Exército, função que abriga até os dias atuais.



Figura 2: Forte do Brum. Fonte: Pedro Valadares, 2019.

18 Em um fosso de fortificação, ângulo saliente é aquele formado entre duas contra-escarpas paralelas às faces de um baluarte.

19 Caminho entre o fosso e a esplanada destinado ao deslocamento de tropas durante um cerco, protegido por uma mureta, de modo que os defensores estariam “cobertos” dos disparos dos inimigos.

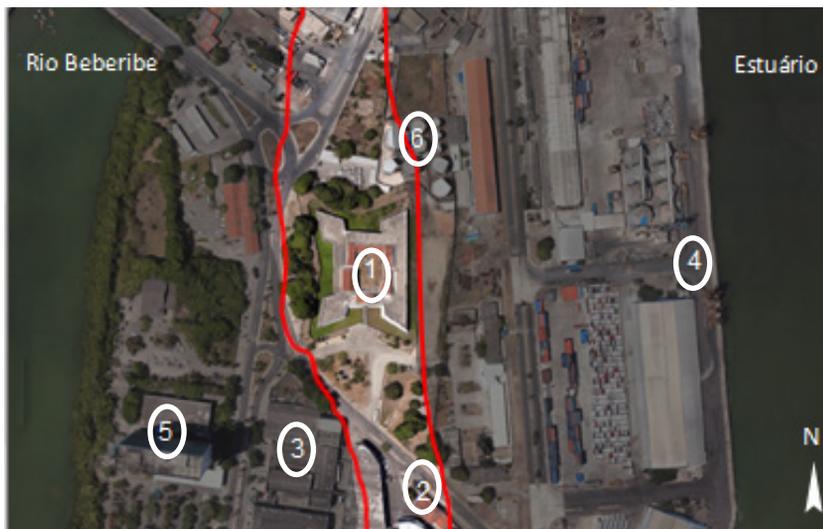


Figura 3: Situação atual do Forte do Brum (São João Batista). Em vermelho, limite aproximado do istmo no século XVII. As áreas fora destes limites são resultado de aterros para permitir a expansão urbana e portuária. Fonte: Google maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/>. Acesso em 11 de maio de 2021. Editada pelo autor, com base em Menezes (1988). Legenda: (1) Forte do Brum; (2) Antiga estação ferroviária; (3) Fábrica de produtos alimentícios; (4) Porto; (5) Prefeitura; (6) Silos de granéis líquidos;

O cerco das Cinco Pontas

Na ilha de Antônio Vaz, durante o domínio holandês, as edificações mais próximas do primitivo Forte das Cinco Pontas distavam dele aproximadamente 115 metros, mas há que se compreender que este forte havia sido erguido para conter emboscadas pela parte sul da ilha, que era uma região desabitada, e também para proteger as cacimbas de água potável que ali existiam. Além disso, a Mauritsstad era circundada por uma muralha abaluartada, o que lhe conferia certa segurança. Contudo, o atual Forte das Cinco Pontas, erguido no mesmo local do anterior, sofreu um cerco urbano ainda mais contundente do que o ocorrido com o Brum.

O mapa de Diogo da Silveira Veloso, de 1739, ilustra que grande parte das edificações civis holandeses havia sido demolida, de modo que a ocupação urbana luso-brasileira distava cerca

de 180 metros do Forte das Cinco Pontas. Porém, um mapa anônimo de 1771 apresenta a ocupação urbana já a 50 metros da entrada do forte, correspondendo à situação atual. Neste mesmo mapa, percebe-se a existência da Igreja de São José do Ribamar, construída naquele século. O mapa de Law e Blount, de 1856, retrata a presença da Igreja Matriz de São José e uma considerável ocupação a aproximadamente 80 metros a noroeste da fortificação. Em 1858, foi inaugurada a estação ferroviária Cinco Pontas, “na esplanada da fortaleza”,²⁰ juntamente com seu pátio ferroviário em expansão. Em 1863, a Barreta dos Afogados, falha geológica no arrecife, por onde poderia haver uma incursão inimiga, foi finalmente fechada. Por volta de 1875, havia sido construída a sede da Recife Drainage Company (atual Tribunal Regional Eleitoral), empresa de origem inglesa designada ao tratamento do esgoto da cidade, cuja edificação foi erguida a menos de 20 metros de distância do forte. Atualmente descaracterizada, a edificação abriga o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

Este crescimento acelerado decorreu da destituição do Forte das Cinco Pontas enquanto obra de defesa, embora esta situação só tenha sido formalizada apenas em 1907. Entretanto, permaneceu em atividade como quartel do Exército e, em 1938, foi tombado como monumento nacional, mesmo possuindo todo o seu terrapleno ocupado com edificações estranhas à sua concepção, que abrigavam funções administrativas do exército.

Em 1953, foi inaugurado o terminal rodoviário da cidade, considerado um dos mais movimentados do país, localizado a 150 metros do Forte das Cinco Pontas. A presença deste equipamento urbano intensificou o tráfego de veículos no local, além da presença das centenas de ônibus que chegavam e partiam diariamente. Com o intuito de promover melhorias no trânsito daquele local, teve início a construção do primeiro viaduto da cidade, em 1969,

20 FREIRE, M. E. L. [et al.]. Patrimônio ferroviário: memória ou esquecimento? Abordagem conceitual no processo de valoração do patrimônio ferroviário de Pernambuco. *VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial*, Recife, 2012, p. 5. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t6_patrimonio_ferrovuario.pdf>. Acesso em: 9 maio 2021.

contornando o forte, monumento nacional, com autorização do IPHAN, apesar das críticas. Contudo, o discurso propagandístico da prefeitura visava incutir na sociedade não apenas a necessidade de solucionar um problema de ordem prática, mas também a concepção de progresso, de avanço da cidade para um futuro que, na realidade, não se consolidou.

Segundo atestam os jornais da época, o viaduto era tido como uma obra de arte, em que “a leveza de suas linhas encobre a estrutura potente, característica das obras projetadas com vistas ao futuro” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 25 DE OUTUBRO DE 1970). [...] Apesar de se localizar ao lado do Forte das Cinco Pontas, monumento tombado pelo IPHAN, a inauguração do viaduto foi bastante festejada, segundo o noticiário. De acordo com a citada matéria, “o viaduto emoldura o Forte das Cinco Pontas, valorizando o cenário histórico”. Percebe-se que, apesar dos esforços envidados pelo 1º Distrito do IPHAN em manter os monumentos com sua visibilidade garantida, não alterando sua escala com a adição de elementos dissonantes, o mesmo não ocorreu no caso da fortificação construída ainda no século XVII.²¹

Note-se que o dito emolduramento do forte foi considerado pela imprensa, e seguramente pelos gestores da cidade, uma intervenção urbana que valorizou o cenário histórico. Este era um discurso recorrente à época, principalmente quando se tratava de empreender obras de grande vulto que comumente incorria em substituição de edificações seculares por avenidas, por exemplo. No mesmo período, já havia a polêmica da abertura da Avenida Dantas Barreto, também próxima do Forte das Cinco Pontas, em que foram demolidos centenas de sobrados e casas, além da Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios, todos do século XVIII.²²

A construção do viaduto, inaugurado em 1970, ocasionou a demolição de construções do século XIX, a exemplo da antiga estação ferroviária, sendo esta também uma edificação que descaracterizou o entorno do Forte das Cinco Pontas. Ainda na década de 1970,

21 LORETTO, R. P. *Paraíso & Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008, p. 169, grifo nosso.

22 *Ibidem*.

foram inauguradas duas grandes avenidas na cidade: Dantas Barreto e Governador Agamenon Magalhães, as quais, principalmente esta última, passaram a atrair a maior parte do fluxo de veículos, o que rapidamente tornou o viaduto desnecessário, ainda mais após a desativação da rodoviária nos anos 1980.

Na década de 1970, o forte foi doado à Prefeitura do Recife para que nele fosse instalado o Museu da Cidade, inaugurado em 1982. Além de todo o cerco urbano sofrido pelo forte, havia ainda os acréscimos construtivos sobre seu terrapleno e no fosso parcialmente aterrado, os quais abrigaram as funções administrativas do exército. As obras de instalação deste museu visaram restabelecer o que fosse possível das feições anteriores do forte, eliminando os acréscimos e as descaracterizações.²³

A pouco mais de 300 metros do Forte das Cinco Pontas, na margem da Bacia do Pina (braço do Rio Capibaribe), foram inaugurados, em 2009, os edifícios Píer Duarte Coelho e Píer Maurício de Nassau, empreendimento residencial de alto padrão, popularmente chamado de Torres Gêmeas. A construção destas edificações de 42 pavimentos esteve envolta em polêmicas, tanto jurídicas como sociais e acadêmicas, pois a escala destes edifícios, limítrofes à um polígono de tombamento federal, transformou em definitivo a silhueta histórica do Bairro de São José.

Em meados de 2012, a notícia de que o antigo pátio ferroviário seria transformado em um empreendimento imobiliário de grande impacto, denominado de Novo Recife, incendiou o paiol das classes preservacionistas: academia, conselhos, órgãos de preservação das três esferas governamentais, além de parte da sociedade civil. O projeto, que chegou a ser debatido em reuniões públicas e sofreu adequações, previa a construção de treze edifícios verticais, com gabaritos e usos distintos, ao passo em que previa também a preservação de parte dos antigos galpões da rede ferroviária e três casas existentes no local, que serviam a antigos

23 MELLO NETO, U. P. D. *O Forte das Cinco Pontas: um trabalho de arqueologia histórica aplicado à restauração do monumento*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1983.

funcionários ferroviários. Constavam também alterações viárias, o restauro da Igreja Matriz de São José e a demolição do viaduto das Cinco Pontas, sendo estas duas últimas ações resultado de mitigações impostas pelos órgãos de preservação. Apesar dos embates jurídicos e das intensas manifestações populares jamais vistas na cidade sobre a temática das intervenções urbanas, o projeto foi aprovado e já se encontra em execução.



Figura 4: Forte das Cinco Pontas (São Tiago) em meados dos anos 1970. Notar terrapleno e fosso ocupados por edificações, o viaduto e demais construções. Fonte: Autoria desconhecida. Acervo do Museu da Cidade do Recife.



Figura 5: Forte das Cinco Pontas. Fonte: Pedro Valadares, 2019.



Figura 6: Situação atual do Forte das Cinco Pontas (São Tiago). Em vermelho, limite aproximado da Mauritsstad, no século XVII. As áreas fora destes limites são resultado de aterros para permitir a expansão urbana e portuária. Em branco, transparente, o traçado aproximado do primitivo Forte Frederik Hendrik. Fonte: Google maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/>. Acesso em 11 de maio de 2021. Editada pelo autor, com base em Menezes (1988). Legenda: (1) Forte das Cinco Pontas; (2) Igreja de São José do Ribamar; (3) Igreja Matriz de São José; (4) Tribunal Regional Eleitoral; (5) Antigo pátio ferroviário; (6) Antigo Terminal Rodoviário; (7) Viaduto; (8) Edif. Pier Duarte Coelho.

A deserção do Buraco

Esta forma de expansão e transformação das áreas urbanas em direção a monumentos de reconhecida relevância cultural, aqui chamada de cerco urbano, não ocorreu com o Forte de Santo Antônio, ou Forte do Buraco. Pelo contrário, o forte foi relegado ao abandono, principalmente a partir das décadas finais do século XIX, quando se instalou a ferrovia entre Recife e Olinda no trecho continental.

As primeiras alterações na localidade do Forte do Buraco ocorreram entre 1912 e 1915, quando o istmo sofreu um rompimento causado pelo avanço do mar, provavelmente decorrente da construção de um molhe nas proximidades do forte. Entretanto, este rompimento se deu em uma área em que já se

planejava, desde o final do século XIX, a criação de uma passagem de embarcações para a criação de um antepuerto no estuário do Rio Beberibe.²⁴ Esta abertura viria a se consolidar nas décadas seguintes, tornando o trecho urbanizado do istmo em uma ilha, atual Bairro do Recife. Esta separação findou por acentuar o distanciamento do forte do cotidiano cidadão, pois inviabilizou o fluxo de pedestres e carroças entre Recife e Olinda pelo istmo.

No início dos anos 1950, a Marinha deu início à dinamitação do Forte do Buraco, que já estava em arruinamento, para utilizar suas pedras na construção de um cais em frente ao forte, para a instalação de uma base naval. À época, o forte era tombado pelo IPHAN, desde 1938, mas o então Ministério da Marinha obteve autorização do presidente Café Filho, em 1953, para prosseguir com as obras, argumentando que se tratava de “ruínas sem maior significação histórica” solicitando “autorização para demolí-lo a fim de não perturbar a realização” do empreendimento.²⁵ Um mês após o início da demolição do forte, a obra foi interrompida após inúmeras solicitações de profissionais e técnicos.

O ministro da Marinha alega desconhecer o tombamento e afirma que ele já se encontrava parcialmente destruído pelo tempo quando foram iniciadas as demolições. Mas, segundo pesquisas do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, a destruição interrompida em 1953 foi retomada no ano de 1958, quando o forte sofreu nova dinamitação. Nesse momento, o forte encontrava-se “destombado” – o tombamento foi cancelado, em 19 de janeiro de 1955, por ordem do então Presidente da República, Café Filho.²⁶

Diante da polêmica, a obra não seguiu seu curso, embora parte do cais tivesse sido construído, e os planos para instalar a base naval ali foram abandonados, assim como o forte também o foi. Desde então, o forte permaneceu arruinado, primeiramente por

24 CABRAL, R. C.; PONTUAL, V. P. Transformações do território e representações cartográficas: o Istmo de Olinda e Recife, Brasil. *IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2011.

25 MARINHA DO BRASIL *apud* CABRAL, R. C.; PONTUAL, V. P. Transformações do território e representações cartográficas... *op. cit.*, p. 7.

26 *Ibidem*.

agentes antrópicos, cujo estado foi agravado pela longa exposição às intempéries, ao avanço da restinga local, a qual encobre atualmente o forte em sua totalidade, e à desertção. Após quase 50 anos do ocorrido, o IPHAN voltou a tombar a fortificação, mas, desta vez, na qualidade de ruína, em 13 de janeiro de 2000.



Figura 7: Localização do Forte do buraco. Fonte: Google maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/>. Acesso em 11 de maio de 2021. Editada pelo autor.
 Legenda: (1) Forte do Buraco; (2) Istmo; (3) Cais do que seria a base naval; (4) Molhe; (5) Farol; (6) Bairro do Recife / Porto.

Em 2006, foi apresentado à sociedade o Projeto Recife-Olinda, elaborado pela empresa pública portuguesa Expo-Lisboa, em uma parceria com o governo federal brasileiro, governo do estado de Pernambuco, das prefeituras do Recife e de Olinda e do Porto Digital²⁷. O projeto previa uma intervenção urbana de larga escala, em frentes d'água de ambas as cidades, predominantemente em áreas históricas, incluindo o entorno dos fortes das Cinco Pontas e do Brum, com a construção de edifícios, rearranjo dos

²⁷ O Porto Digital é uma Organização Social no ramo de tecnologia (softwares, tecnologia da informação, economia criativa etc.), coordenada entre governo, academia e empresas. O parque tecnológico do Porto Digital está instalado em edificações do Bairro do Recife, onde a cidade nasceu, e tem contribuído com a requalificação da área com a recuperação de edifícios históricos.

espaços públicos, criação de áreas de lazer e contemplação. No bojo das propostas, previa-se o restauro do Forte do Buraco e a criação de um parque em seu entorno para contemplação do monumento, com acesso facilitado por via marítima, terrestre e teleféricos. Este projeto de escala metropolitana nunca saiu do campo das intenções e, apesar dos pontos polêmicos, consistiu em uma iniciativa única que se apresentou à sociedade com a previsão da inserção do Forte do Buraco no contexto da cidade.

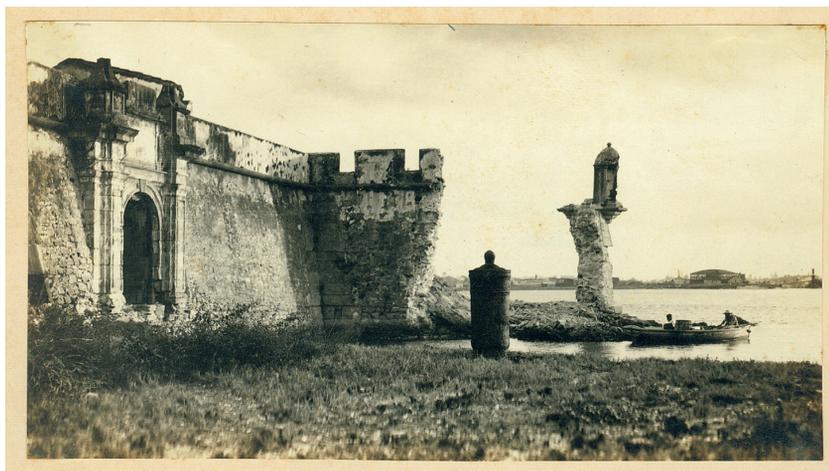


Figura 8: Localização do Forte do buraco. Data e autoria desconhecidas. Fonte: Acervo do IPHAN-RJ.



Figura 9: Ruína do Forte do Buraco. Fonte: Pedro Valadares, 2019.



Figura 10: Ruína do Forte do Buraco. Fonte: Pedro Valadares, 2019. Fonte: Pedro Valadares, 2019.

Considerações finais

Até a década de 1910, a área onde se encontra o Forte do Brum viveu a cultura da expansão urbana, enquanto o mesmo ocorreu onde se situa o Forte das Cinco Pontas até meados do século XX. Desde então, ambas as áreas, mas principalmente o entorno do Cinco Pontas, passaram a vivenciar uma cultura de transformação, o que se aproxima do que Venuti chama de *terceira geração da urbanística*, embora o autor utilize este termo no sentido de um planejamento amplo e ordenado.²⁸

Zanchetti esclarece que esta terceira geração urbanística, também chamada de urbanismo reformista, teve origem na Itália dos anos 1960/70, mais especificamente pela experiência de recuperação do centro histórico de Bolonha, no final dos anos 1960.²⁹ Esta operação atingiu notoriedade internacional devido ao planejamento urbano que, entre outros aspectos, visou a conservação do patrimônio histórico degradado da cidade, ocupado por grupos de baixa renda. Para o autor, este contexto é

28 VENUTI *apud* ZANCHETTI, S. M. Conservação integrada e planejamento urbano: uma revisão. *Cadernos de Estudos Sociais*, 107-124, 2003.

29 *Ibidem*.

a origem do conceito de Conservação Integrada, cujas diretrizes foram sistematicamente formuladas pela primeira vez na Declaração de Amsterdã, de 1975, com “uma série de princípios de ação, especialmente para o poder público municipal”.³⁰

Entretanto, não é possível afirmar que as mencionadas intervenções urbanas ocorridas no entorno dos fortes do Brum e das Cinco Pontas, muito menos o que ocorre com o Forte do Buraco, tenham seguido quaisquer princípios ordenados e articulados, de longo prazo, muito menos decorrentes do conceito de Conservação Integrada.

Independentemente do juízo de valor que se faça do cenário em que estes fortes se encontram, percebe-se que se trata de uma realidade urbana conturbada. Trata-se do resultado de um conjunto de ações pontuais e sucessivas, além da ausência de um planejamento macro que estabelecesse etapas de desenvolvimento sustentável, que pusesse o patrimônio como ponto de partida, não como obstáculo, a exemplo do que ocorre em muitas cidades europeias. Há que se promover a harmonia entre a conservação do patrimônio e a necessária construção de novas áreas, compatíveis com os valores desses monumentos.

Os fortes que foram concebidos para defender a cidade contra invasores e rebeldes não conseguiram se defender do avanço desordenado do aclamado progresso, por um lado, e do esquecimento, por outro. As edificações no entorno dos fortes do Brum e das Cinco Pontas consistiram em pontos cegos, locais onde oponentes poderiam se reunir e contra-atacar, além de inviabilizar a necessária visibilidade do entorno em favor da defesa. A materialidade desses fortes foi mantida, mas grande parte das motivações de sua localização e de suas características arquitetônicas se perdeu. Perderam-se, inclusive, as esplanadas, fundamentais para visualizar a aproximação de inimigos e teriam sido também fundamentais nos dias atuais para a compreensão das estratégias de defesa. Neste sentido, os fortes do Brum e das Cinco

³⁰ ZANCHETTI, S. M. Conservação integrada e planejamento urbano... *Op. cit.*, p. 108.

Pontas sofreram um longo cerco urbanístico que, lentamente, os submeteu a infortúnios. Todavia, ainda respiram as glórias de seu passado através das memórias relatadas por seus acervos museológicos e pela sua arquitetura conservada.

O Forte do Buraco, por sua vez, não viu a luz da urbanidade, nem se defende aqui que a tivesse visto ou viesse a vê-la, mas que pudesse constituir parte viva da sociedade por meio de um uso compatível com seus valores e suas características. Em uma expedição realizada em 2019 ao Forte do Buraco, com especialistas e integrantes dos órgãos de preservação, bem como da Marinha e do Exército, constatou-se a presença abundante de lixo, muitos deles depositados por usuários de entorpecentes que ali frequentam, além da extensa cobertura vegetal que encobre a ruína. Situado em local ermo, o isolamento do forte é amplificado pela deserção sofrida por parte dos agentes públicos, o que lhe condena aos domínios das ações antrópicas e intempéricas. Trata-se de uma fortificação indefesa, há muito vencida, que define em silêncio no calabouço da ignorância.

Entre cercos e deserções, as três fortificações remanescentes no Recife resistem, ora ao fogo do progresso desordenado, ora ao limbo da sociedade, mas é urgente que se institua a prática do planejamento urbano em consonância com as diretrizes da Conservação Integrada, para evitar que tais cercos e tais deserções resultem em inglorias irreversíveis.

Referências

ALBUQUERQUE, M.; LUCENA, V.; WALMSLEY, D. *Fortes de Pernambuco: Imagens do passado e do presente*. Recife: Grafforre, 1999.

CABRAL, R. C.; PONTUAL, V. P. Transformações do território e representações cartográficas: o Istmo de Olinda e Recife, Brasil. *IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2011.

CASTRO, A. H. F. D. *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: Fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. v. 3. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, v. 3, 2009.

COSTA, F. A. P. D. *Anais Pernambucanos (1591-1634)*. 2. ed. v. II. Recife: FUNDARPE, 1983.

FREIRE, M. E. L. [et al.]. Patrimônio ferroviário: memória ou esquecimento? Abordagem conceitual no processo de valorização do patrimônio ferroviário de Pernambuco. *VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial*, Recife, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t6_patrimonio_ferrovuario.pdf>. Acesso em: 9 maio 2021.

LORETTO, R. P. *Paraíso & Martírios*: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MELLO NETO, U. P. D. *O Forte das Cinco Pontas*: um trabalho de arqueologia histórica aplicado à restauração do monumento. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1983.

MELLO, J. A. G. D. M. *Tempo dos flamengos*: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MENEZES, J. L. M. *Atlas histórico cartográfico do Recife*. Recife: Massangana, 1988.

ZANCHETTI, S. M. Conservação integrada e planejamento urbano: uma revisão. *Cadernos de Estudos Sociais*, 107-124, 2003.

 (27) 99648-6399

 facebook.com/EditoraMilfontes

 @espacomilfontes

Conheça mais sobre a Editora Milfontes.
Acesse nosso site e descubra as novidades que preparamos para Você.
Editora Milfontes, a cada livro uma nova descoberta!



Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas
Cormorant Garamond.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada
a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.



M I L F O N T E S